

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO
EM HISTÓRIA

RONALDO RODRIGUES COELHO

O Pensamento das Elites Militares durante o Segundo
Governo Vargas: Nacionalistas Versus
Internacionalistas no Clube Militar (1951/1954)

NITERÓI

2019

RONALDO RODRIGUES COELHO

Linha de Pesquisa: Política, Movimentos Sociais e Cultura.

O Pensamento das Elites Militares durante o Segundo Governo Vargas:
Nacionalistas Versus Internacionalistas no Clube Militar (1951/1954)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em História da
Universidade Salgado de Oliveira, campus
Niterói, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Drº. Fernando da Silva Rodrigues

NITERÓI
2019

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
Universo Campus Niterói

C672p Coelho, Ronaldo Rodrigues.

O pensamento das elites militares durante o segundo governo Vargas: nacionalistas versus internacionalistas no Clube Militar (1950/1954) /Ronaldo Rodrigues Coelho. – Niterói, 2019.

113 p.

Bibliografia: p. 102-104.

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História - Universidade Salgado de Oliveira, 2019.

Orientador: Dsc. Fernando da Silva Rodrigues.

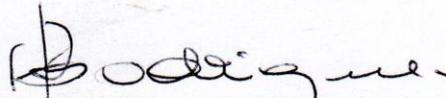
1. Brasil - História. 2. Exército - História - Brasil - Séc. XX. 3. Clube Militar. 4. Brasil - Política e governo - 1951-1954. 5. Vargas, Getúlio, 1882-1954. 6. Nacionalismo. 7. Desenvolvimento econômico - Brasil. 8. Desenvolvimento industrial - Brasil. I. Título. II. Subtítulo: Nacionalistas versus internacionalistas no Clube Militar (1950/1954).

CDD 981

RONALDO RODRIGUES COELHO

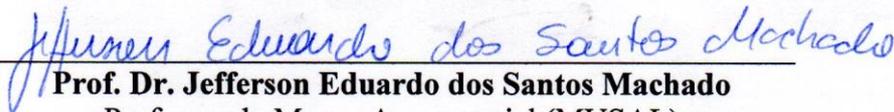
“O PENSAMENTO DAS ELITES MILITARES DURANTE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS: NACIONALISTAS VERSUS INTERNACIONALISTAS NO CLUBE MILITAR (1951/1954)”

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 15 de maio de 2019 pela banca examinadora, composta pelos professores:



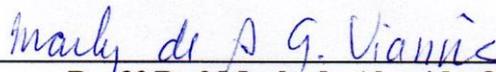
Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof. Dr. Jefferson Eduardo dos Santos Machado

Professor do Museu Aeroespacial (MUSAL)



Prof.ª Dr.ª Marly de Almeida Gomes Vianna

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Resumo

Esse trabalho teve por objetivo analisar e compreender o papel que o Exército representou no fim do Segundo Governo de Getúlio Vargas, por meio das ações ocorridas no Clube Militar, entre os anos de 1950 e 1954, embasadas tais ações, nas disputas entre os nacionalistas e os internacionalistas, e submetidas aos ditames sobre que rumos seriam dados ao Brasil, em sua busca pelo desenvolvimento econômico com destaque para o desenvolvimento industrial: se ocorreria autonomamente ou associado ao capital internacional.

Palavras-chave: História Militar; Exército; Clube Militar; Era Vargas; Nacionalismo.

Abstract

The purpose of this work was to analyze and understand the role played by the Army at the end of Getúlio Vargas' Second Government, through actions that took place in the Military Club between 1950 and 1954, based on such actions, in the disputes between nationalists and internationalists, and submitted to the dictates of what directions Brazil would take in its quest for economic development with emphasis on industrial development: whether it would occur autonomously or associated with inter-national capital.

Keywords: Military History; Army; Military Club; Vargas Era; Nationalism.

*A minha amiga e companheira de mais de três décadas, Valéria Pavão,
que sempre apoiou as minhas aspirações. Esse mestrado é mais seu do que
meu. E aos dois inspiradores da minha vida, Rebecca e Raphael.*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha família, minha esposa Valéria e meus filhos, Rebecca e Raphael, pela ajuda e paciência que tiveram comigo em toda essa jornada. Agradeço a minha mãe Marlene, que contribuiu substancialmente para que este trabalho pudesse ser concretizado. Agradeço também ao meu irmão Roberto e sua esposa Shirlene, minhas cunhadas e esposos Christina e Júlio César, Mônica e Marcos, além de meus sobrinho e sobrinhas Ana Carolina, Danilo, Juliane e Maria Eduarda pelos constantes compromissos de que me ausentei para cumprir minha responsabilidade neste período.

Um agradecimento especial ao meu orientador e amigo Professor Fernando Rodrigues, pelo suporte dado, pelas críticas feitas e por sempre se mostrar aberto e disposto em ajudar nas horas em que mais precisei, e ao coorientador Prof. Jefferson Machado, do Museu Aeroespacial, situado na base aérea do Campo dos Afonsos, que, com grande paciência, apoiou minhas necessidades organizativas da dissertação. Preciso também, agradecer as orientações precisas da segunda pessoa mais difícil de lidar que eu conheci, mas, que ao mesmo tempo, é a mais brilhante com quem convivi: Marly Vianna, a primeira sou eu mesmo.

Gostaria de dizer muito obrigado ao General de Brigada Leandro Souza de Alcântara, diretor da Secretaria do Clube Militar, que me franqueou a entrada e acesso aos materiais disponíveis para minha pesquisa no Clube Militar, além de me proporcionar o prazer de ter sido professor de suas netas. Quero reconhecer a atenção e o carinho a mim dispensado pelas senhoras Camilla Costa Gonçalves Sobreira (Bibliotecária) e Janaína Correa de Souza (Assistente Cultural e de Restauração), responsáveis pela biblioteca do Clube Militar, pela afabilidade e atendimento fraterno, tornando festivas minhas tardes tediosas de pesquisa. Aos queridos professores de português, companheiros do Colégio Militar do Rio de Janeiro, Coronel Santiago, Prof.^a Acáciamaria, Prof.^a Roseane, Prof. Matheus. Aos amigos da Seção de Impressão, Sargento André Luiz Infante e a Senhora Cláudia Márcia da Silva, e ao Sargento Ericsson Becker Agostinho, dos Meios Auxiliares, que muitos problemas e consertos resolveu facilitando o trabalho desse professor, além do ex-comandante da Engenharia, Tenente Cesar Rabelo, todos também do Colégio Militar.

Preciso penhorar especial atenção e agradecimentos, aos companheiros da “mesa do mal”, que todas as manhãs dividem comigo, pelos últimos 18 anos, o café matinal antes da difícil, mas enriquecedora, experiência da sala de aula, no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Até pouco tempo, essa refeição era partilhada também pelos queridos amigos Coronel Antônio Adel e Coronel Arume, onde eu era o mais novo, e agora me tornei um dos mais velhos: Coronel Wellington, Coronel Alfredo, Tenente Coronel Rogério, Tenente Coronel Sassaqui, além dos amigões Luciano Biccieri e Paulo Brito. É claro, como não mencionar a decana da mesa, a maravilhosa Dona Zilah, que do alto dos seus 89 anos ainda nos oferece gratificantes lições de vida.

Não posso deixar de assinalar as contribuições oficiosas do Coronel Adel e do Coronel Gilson, que, em 1964, numa noite de frio e desconhecimento, perfilavam como cadetes, sob o comando do general Garrastazu Médici, comandante da AMAN, à espera do comboio que vinha de MG em direção ao Rio de Janeiro. Grandes debates marcaram nossos encontros sobre a temática da História Militar naquela época, a eles meu muito obrigado.

Feliz aquele que pode privar da amizade de algumas pessoas especiais, e eu sou um deles, pois pude contar com o apoio, a atenção e a solução de problemas por amigos

que gostam da minha pessoa. Como chegar ao fim dessa jornada sem a ajuda da Coronel Cláudia, ex-chefe da Supervisão Escolar, do Colégio Militar do Rio de Janeiro, que adequou meus horários, permitindo que realizasse minhas aulas seus choques com o Mestrado e, quando ela foi à reserva, sucedeu-lhe o carinho da Prof.^a Viviane que me auxiliou sobremaneira na feitura dos horários às vésperas da defesa da dissertação, além da aquiescência dos meus colegas de ano.

Quero agradecer em especial ao ex-comandante do Colégio, Coronel de Infantaria Haroldo Cursino, que facilitou as condições para que eu fizesse a prova do Mestrado. E a agora o agradecimento vai para o atual Comando, na pessoa do comandante, Coronel de Material Bélico Himário Trina, cujo pai foi professor do meu filho e eu agora retribuo sendo o melhor professor que posso para sua filha. Ao subcomandante Coronel Du Val, ao Comandante do CA, Coronel Harada e ao Chefe da Divisão de Ensino, Coronel Azevedo, todos de Material Bélico e todos de uma atenção e respeito inigualáveis.

Quero aqui reconhecer o papel desempenhado pelos colegas e amigos que atuaram para não me deixar ser tomado pelo desânimo, quando eu estava perdido, irritado, desanimado ou simplesmente com preguiça: Coronel Ernani, Tenente Coronel Carvalho, o Carvalhinho, Coronel Pedroso, um doido varrido, Tenente Coronel Eraldo, a animação viva, Major Armada, amigo dos tempos do 8º Ano. E, é claro, os companheiros do Mestrado, os do início: Zé Manuel, Antônio Modesto, Rogério, Cindye, Pacceli, e os novos, Micheli, Jessica, Alex Sandro, Paulo, Ubirajara, além do Major Hélio, que comigo dividiu o ensino de História nas turmas do 1º Ano do Ensino Médio e facilitou o meu trabalho como coordenador do Ano.

É preciso um destaque especial para uma amiga sempre discreta, que durante anos estimulou, cobrou e, finalmente, conseguiu levar-me ao mestrado: à minha querida amiga Franchina cujos esforços para que eu realizasse o mestrado foram hercúleos. Muito obrigado pelo sua dedicação.

Por último e mais importante, gostaria de agradecer demais ao meu pai Joaquim Coelho, que apesar de nossas diferenças, sempre apoiou minhas realizações como professor, mas que infelizmente não poderá ler este texto. Por isso, que onde quer que esteja, espero que saiba o quão agradecido eu sou por tê-lo tido em minha vida.

Sumário

| | |
|---|-----|
| Introdução | 01 |
| Capítulo 1 | 09 |
| Uma História Tensa e Partidária no Clube Militar | 09 |
| 1.1 O Clube Militar e suas Manifestações | 12 |
| 1.2 Estatutos do Clube Militar entre 1887 e 1955 | 22 |
| 1.3 Clube Militar e o Abolicionismo | 26 |
| 1.4 O Clube Militar e a Proclamação da República | 29 |
| 1.5 O Clube Militar e a Primeira República | 33 |
| 1.6 O Clube Militar e o Tenentismo | 35 |
| 1.7 O Clube Militar e a Revolução de 1930 | 38 |
| Capítulo 2 | 43 |
| O Clube Militar e o Nacionalismo da primeira metade do século XX | 43 |
| 2.1 Pensamento Político Militar: dialogando com a historiografia | 43 |
| 2.2 O Clube Militar e o Nacionalismo do Século XX | 54 |
| 2.3 Fim do Governo Vargas em 1945 | 62 |
| 2.4 Amigos de Ontem, Inimigos de Hoje: Militares derrubam Vargas | 63 |
| 2.5 O Fim da Segunda Guerra Mundial e o retorno da FEB | 65 |
| 2.6 A Criação da ESG: Novo Pensamento Político-Ideológico | 67 |
| 2.7 O Clube Militar: A Face Visível das dissensões ideológicas | 70 |
| Capítulo 3 | 73 |
| O Clube Militar e as Disputas Políticas | 73 |
| 3.1 Nacionalistas versus Internacionalistas nos Anos 1950 | 73 |
| 3.2 Eleições no Clube: a Cortina de Fumaça para as Dissensões Políticas | 74 |
| 3.3 A Campanha pelo Petróleo: Autonomia X Imperialismo | 77 |
| 3.4 Clube Militar: Porta Voz da Tropa | 83 |
| 3.5 Clube Militar: Ameaça a Disciplina e a Hierarquia | 84 |
| 3.6 Revista do Clube Militar: um Pomo de Discórdia | 88 |
| 3.7 Revista do Clube Militar: a Cruzada Democrática | 92 |
| Considerações Finais | 95 |
| Referências Bibliográficas | 101 |
| Bibliografia | 101 |
| Teses e Dissertações | 103 |
| Documentos Eletrônicos | 103 |
| Instituições | 103 |
| Documentos | 103 |

Introdução

Nosso propósito com essa pesquisa foi analisar o pensamento das elites militares durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954), a partir da disputa entre nacionalistas e internacionalistas pela presidência do Clube Militar, no período que foi de 1950 e 1955.¹ Baseamo-nos na hipótese de que a ideia central, presente no processo de críticas, enfraquecimento e extinção do segundo período de governo do presidente Getúlio Vargas, apresentou como um dos seus epicentros o Clube Militar, por meio das ações políticas contestatórias, ocorridas dentro da agremiação, durante aquele período de governo.²

Aquelas disputas sucessórias ocorreram de duas formas, ora por meio das disputas para a presidência da agremiação, em que se manifestavam discursos questionando a proposição econômica e política defendidas por Vargas, e que despontavam nas reuniões realizadas em sua sede do clube, ou por meio dos artigos publicados na revista da instituição de lazer. Às vezes criticando as propostas nacionalistas, defendidas pelo segmento nacionalista das Forças Armadas, aquele que apoiava ideias autonomistas, conflitando com as propostas do ‘entreguistas’.³

Em nosso trabalho vamos externar como se deu o processo de enfraquecimento do governo varguista, espelhado nos procedimentos políticos, quase partidários, acontecidos dentro do Clube Militar e que opuseram, praças e oficiais, oficiais de variadas patentes e oficiais do Alto Comando, a partir da questão sobre qual rumo o país deveria tomar, na busca do seu desenvolvimento econômico: autonomia estatal ou associação ao capital externo.

Era questão que incomodava vários setores da política brasileira, mas especialmente o Exército, já que ela estava relacionada aos projetos consolidadores da instituição, exigindo uma resposta:⁴ Dever-se-ia seguir a bússola nacionalista, sustentada na participação do Estado como gestor e financiador do processo desenvolvimentista ou seguir com o modelo apoiado na participação do capital

¹ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Zahar, 2ª Ed., 2005, pp.111-117.

² CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Zahar, 2005.

³ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Zahar, 2ª Ed., 2005, pp.127-130.

⁴ ALFRED C.. STEPAN. *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Artenova, 1975, pp. 46-52.

internacional, na busca de um processo de florescimento e aparelhamento econômico, com o consequente alinhamento político encarado num período histórico difícil e delimitado pela Guerra Fria⁵ e da Doutrina Truman.⁶

Cumpramos ressaltar, que o período que se interpôs aos dois governos de Vargas, esteve marcado pelo acirramento dos confrontos o mundo ocidental, capitalista e o mundo soviético e de seus adeptos, comunista, na mencionada por Guerra Fria. Isto impôs ao Brasil, a tomada de uma posição ideológica mais alinhada com o mundo alicerçado na Doutrina Truman, que assustou a muitos atores políticos nacionais, temerosos de uma liberalidade considerada por segmentos civis e militares, como expressão de uma aproximação ao comunismo.

O período entre anos de 1950 até 1955 limitou o nosso estudo e a ocasião a ser analisada, porque integrado pelas disputas e debates ocorridos no Clube Militar, a respeito, essencialmente do significado do nacionalismo ou do internacionalismo, para responder as demandas de prospecção e exploração do petróleo e matérias primas estratégicas (minerais radioativos, por exemplo). As controvérsias ocorridas neste espaço ganharam, ao longo daquela temporada, um contorno de propostas políticas de cunho golpista, já que, ao lado das questões meramente políticas, conjugaram-se as continuidades e a consolidação do projeto ideológico do Exército.⁷

Exército esse que procurava as condições políticas e ideológicas necessárias para tornar-se o ‘representante’ do poder decisório do Estado, preparando a transformação da arma terrestre, de um papel político organizacional para um de uma Instituição. Estabelecendo um *status* definido e predominante na sociedade brasileira, conforme expressava o general Góes Monteiro⁸ ao afirmar em sua obra editorial, que o objetivo seria não “fazer política no Exército e sim fazer a política do Exército”.

Nesse trabalho serão explorados os conceitos defendidos tanto pelos setores nacionalistas quanto pelos internacionalistas, que é como doravante chamaremos os defensores das soluções apoiadas no capitalismo estadunidense. Essas observações serão corroboradas, a partir dos estudos sobre na farta bibliografia produzida sobre o

⁵ MUNHOZ, Sidnei José. *Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. Diálogos, v. 6, n. 1, p. 41-59, 2002.

⁶ A expressão Doutrina Truman designa um conjunto de práticas do governo dos Estados Unidos em escala mundial, à época da chamada Guerra Fria, que buscava conter o avanço do comunismo junto aos chamados “elos frágeis” do sistema capitalista.

⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de Um soldado*. Civilização Brasileira, 1967, 295-301.

⁸ MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Andersen Editores, pp. 260-262, 1932.

assunto, como a literatura de José Murilo de Carvalho, Alain Roquié, Nelson Werneck Sodré, entre outros. Além disso, exploraremos os artigos e as reportagens da revista do Clube Militar, comparando-os ao pensamento defendido pelos oficiais superiores e gerais dentro do clube.

Nessa dicotomia estará o foco de nosso estudo, coisa que já transparecia nas diferentes visões políticas dos contendores, e o espaço aonde irá se apresentar o cerne de nossa análise: “nacionalismo x entreguismo” / “comunismo x internacionalismo”. Essa interpretação revelará as propostas contidas nesses conceitos, presentes ambos nas fileiras na força militar brasileira. Duas visões particulares, de dois grupos que expressavam de maneira própria, a forma como viam o desenvolvimento do país. E que também eram vistas, de maneira diferenciada, pelos variados atores políticos e econômicos na sociedade brasileira, Alto Comando do Exército, setores empresariais ligados ao capital internacional ou grupos políticos conservadores, por exemplo.

É preciso esclarecer essa questão, que define o tratamento dado aos adversários ideológicos. Primeiro, é preciso dizer que ambos eram representantes de uma política industrialista para o país, entretanto, são propositores de caminhos diferentes para se chegar a ela. Por isso, a acusação de nacionalistas serem defensores de uma rota que os colocava ao lado da proposta comunista, que no Brasil eram vistos como apoiadores de proposições consideradas ‘ameaçadoras’ a manutenção da realidade social do Brasil, como a reforma agrária, tabu no país, mesmo quando, na verdade, o discurso dos marxistas, os aproximasse do internacionalismo, mais do que nacionalismo.¹⁰

O discurso internacionalista estava associado ao projeto gestado desde a volta dos representantes das forças brasileiras na Segunda Guerra Mundial. O fim dela e o aparecimento da Guerra Fria e da Doutrina Truman, infundiu nas Forças Armadas um medo de uma revolução mundial.¹¹ Essa ameaça, em nome de uma ideologia considerada a materialização da desordem, contra as tradições e os valores da sociedade cristã brasileira. Não se alinhar na primeira hora aos Estados Unidos passou a ser considerada a primeira ação em direção ao caos comunista esposado por aqueles que viveram a luta na Itália, leia-se os ‘febianos’.

⁹ Mentalidade ou prática de entregar os recursos naturais da nação para a exploração por outras nações ou por outras entidades internacionais.

¹⁰ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 97-126.

¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de Um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 245-249.

Para cada um dos adeptos de um caminho próprio, objetivavam a aceitação de um modelo que, tinham plena certeza, seria aquele que levaria o país e a sociedade, como um todo, a alcançar a prosperidade. A questão central foi a certeza dos internacionalistas que a modernização do Brasil se daria por uma via conservadora, sem a participação das camadas populares, especialmente os operários. Já para os nacionalistas, a questão dominante era a preservação das riquezas minerais nacionais, que em sua visão, estavam expostas a sanha dos *trusts* internacionais, principalmente os estadunidenses. Reservas minerais esgotáveis e cujos frutos iriam, na maior parte, para as mãos dos grupos internacionais e não para os cofres do país.

Era essa a disputa que marcou o embate entre nacionalismo, associado ao mundo comunista, e o internacionalismo, explicado como o ato de entregar nossas riquezas naturais para o capitalismo internacional, o chamado imperialismo. Além disso, veremos como o Exército encarava a si próprio a partir da voz do Alto Comando, e onde a possibilidade da liberdade de opinião para os aspirantes e jovens oficiais da força, realizadas nas disputas políticas do Clube Militar, eram vistas como ameaça a hierarquia e a disciplina.¹²

Na medida do possível, consideraremos também os posicionamentos expressos pelos civis, que participavam nas reuniões realizadas no Clube Militar, para podermos atestar as possíveis repercussões das ações ocorridas no clube para a realidade política brasileira. As disputas políticas manifestadas no clube serão abordadas pelas obras de Alain Rouquié ou pela obra de José Murilo de Carvalho, entre outras, uma vez que elas representavam um fórum de discussão para questões nacionais, sua análise diz respeito a interpretação do dia a dia dos problemas nacionais, da primeira metade da década de 1950.

Quanto ao *corpus documental* e a metodologia a serem utilizados, exploramos a análise e a interpretação das atas das reuniões produzidas no Clube Militar, procurando ponderar nos discursos as propostas e decisões dos participantes das reuniões. A finalidade é expor as condições políticas do país e as opiniões e os questionamentos que marcaram a luta do Exército na definição do seu papel no espaço político-ideológico do Brasil.

¹² SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de Um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 220-243.

A investigação terá o suporte dos conceitos políticos propostos por Antonio Gramsci (1977)¹³ “que preconiza que dentro de uma estrutura ideológica, expressa por um dos grupos encarregados da difusão da ideologia hegemônica do Estado, está o aparelho repressivo representado pelas Forças Armadas”. No nosso caso particular, essa estrutura estará simbolizada pelos oficiais do Exército, atuantes dentro do Clube Militar. Especialmente, os representantes da baixa oficialidade, que encontraram no clube e na sua revista, o espaço de expressão negado pelo binômio característico do Exército, hierarquia / disciplina.

As inquirições que permeiam as diferentes formas com que os militares veem ideais políticos, econômicos, sociais, ideológicos, e como esses se tornam propostas pelas Forças Armadas, no nosso caso particular o Exército, expressam-se sempre baseado na mentalidade constituída em sua formação profissional conseguida em seu período de curso na Academia Militar. Diferentes épocas geram diferentes objetivos, e a maneira de se chegar a eles, por isso, ao estudarmos o Clube Militar, focaremos um processo particular, onde o móvel político estará centrado no confronto entre o nacionalismo e o internacionalismo. As formas de defender esse processo, por diferentes segmentos da força terrestre, em busca da afirmação de conceitos não apenas limitados ao projeto de desenvolvimento do país.

Isto, principalmente com relação aos rumos que a própria força deveria tomar pelos elementos presentes naqueles segmentos. Para tanto analisaremos as propostas concebidas pelos defensores das duas vertentes desenvolvimentistas atuantes no Clube Militar: os nacionalistas, identificados várias vezes, com relação a seus ideais, aos comunistas, e os internacionalistas, também chamados de entreguistas, por sua maneira de enxergar o crescimento do país associado e dependente ao capital externo. Por isso, trataremos o tema nacionalismo utilizando alguns conceitos definidos por autores abalizados, para entendermos o que ocorria no Brasil.

É nossa hipótese que o nacionalismo aqui atuante era representante de uma visão que procurava conceber um crescimento autóctone, privilegiando uma noção particular da *via prussiana*¹⁴ de desenvolvimento, com um incremento tecnológico

¹³ PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Paz e Terra, p. 30, 1977.

¹⁴ A via prussiana de desenvolvimento capitalista análise realizada por Karl Marx, a propósito da afirmação do projeto capitalista, se reveste de uma forte presença do Estado na economia, com o intuito de acelerar o desenvolvimento da economia para chegar ao mesmo nível de desenvolvimento dos países que o realizaram pela via clássica. Feito isso, as empresas são transferidas para o setor privado, exceção

próprio, diferente do ideário internacionalista preconizado pelos defensores do apoio do capital estrangeiro, particularmente norte-americano, como resultado da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria,¹⁵ moldada pela Doutrina Truman.

Essa visão se casou, momentaneamente, com os propósitos particulares de alguns elementos do Exército, que os entendiam como o caminho a ser seguido pelo país, mormente em relação ao estabelecimento de uma indústria bélica capaz de permitir a força se constituir como uma força política atuante dentro da sociedade brasileira.

Uma visão que se adequa ao nacionalismo estabelecido na proposição dos representantes do Exército do Brasil está expressa no trabalho de Ernest Gellner:¹⁶

O Nacionalismo resulta da organização social industrial; resulta da homogeneidade cultural e da unidade política. O Nacionalismo não é o despertar de uma velha força, latente e adormecida, embora seja assim que de facto se apresenta. É, na realidade, a consequência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas eruditas profundamente interiorizadas e dependentes do fator educação, sendo cada uma delas protegida pelo seu próprio Estado. O Nacionalismo não é o despertar de unidades míticas naturais. O Nacionalismo “representa a cristalização das novas unidades, adequadas às condições que agora prevalecem, embora utilizando como matérias-primas, reconhecidamente, as heranças culturais, históricas e outras do mundo pré-nacionalista”. Para o autor, “é o Nacionalismo que dá origem às nações”.

Para Norberto Bobbio, o nacionalismo é definido como um termo que:

(...) designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional (v. NAÇÃO), que se sobrepõe às ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectiva. O Estado Nacional gera o nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político que visa à fusão de Estado e nação, isto é a unificação, em seu território, de língua, cultura e tradições.¹⁷

Provavelmente, seja o conceito que mais aflige aquele que pretende discutir as condições ideológicas que perpassavam a evolução o Exército. Nos primeiros cinquenta anos do Século XX, a força procurou uma unidade e uma identidade únicas. Nós buscaremos estabelecer seu significado, a partir das questões que atendem nossos objetivos de enxergar o Clube Militar. Seja como um centro de expressão política, por

para aquelas consideradas estratégicas que, por isso, continuariam nas mãos do Estado. Esse processo desenvolveu-se durante a unificação do Estado germânico, na segunda metade do século XIX.

¹⁵ MUNHOZ, Sidnei José. *Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. Diálogos, v. 6, n. 1, p. 41-59, 2002.

¹⁶ GELLNER, Ernest. *O Advento do Nacionalismo e sua Interpretação: Os Mitos da Nação e da Classe*. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

¹⁷ BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, V. 2, p. 802, 1998.

ser um espaço de busca de afirmação da força castrense, seja como uma instituição. Por outro lado, ser um foco de atuação política efetiva da oficialidade, principalmente dos representantes da baixa oficialidade.

Por isso, fomos buscar também as impressões de Eric J. Hobsbawm para o sentido do que é nacionalidade. Para nós, será o suporte necessário ao trabalho, para dar forma ao sentido da discussão nacionalista, através de sua obra sobre nações e nacionalismo:

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência da nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram “nações” e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais.
18

Sendo, talvez, a base da unidade nacional daquilo que foi fomentado na Europa Ocidental, no alvorecer da contemporaneidade. Por isso, utilizaremos os conceitos mencionados para sustentar a discussão sobre o nacionalismo, que passou a ser mais incisivo no período em que a Europa estava sendo “redesenhada”. De acordo com esses princípios apresentados por Eric Hobsbawm, aquilo que é expresso como nação e nacionalidade, ficando claro que tais conceitos não atendem a compreensão, por nós buscada, do projeto manifestado no Brasil.

Não há aqui, uma tradução de nacionalidade como aquela que atendeu aos objetivos geopolíticos da Europa, especialmente no período anterior as guerras mundiais. A maior parte desses estudos se perguntava o que seria uma nação? E como eram classificados os grupos que integrariam a mesma: a nacionalidade.

De acordo com o autor anteriormente citado: “Na verdade, também não é possível reduzir nem mesmo a “nacionalidade” a uma dimensão única, seja política, cultural ou qualquer outra (a menos, é certo, que se seja obrigado a isso pela *force majeure* – força maior – dos Estados)”.¹⁹ Mesmo depois de estudos e suposições para o conceito real de nação, não se chegou a um lugar que atendesse nosso interesse, por isso em sua obra, Hobsbawm não assume nenhuma postura a priori do que seria uma nação.

Assim, nem a definição subjetiva, nem a objetiva são satisfatórias, e ambas são enganosas. Em qualquer caso, o agnosticismo é a melhor postura inicial de um estudioso nesse campo, e, portanto este livro não possui uma definição

¹⁸ HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1990, p. 15.

¹⁹ Idem, p. 17.

a priori do que constitui uma nação. Como hipótese inicial de trabalho, trataremos como nação qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma “nação”.²⁰

Além do que, a projeto ‘ordenador’ de um território específico, abastece os objetivos da burguesia financeiro-industrial, principalmente a partir da segunda fase da revolução industrial e do imperialismo, em fins do século XIX.

Baseando-nos nessas premissas, tentaremos demonstrar a importância do nosso objeto de pesquisa, e porque não, das motivações que são nossas peças de análise na observação do Clube Militar. Além disso, existe todo um debate a ser desenvolvido pela historiografia, em torno das influências no Exército e do Exército, que as disputas políticas acontecidas no clube exerciam na política nacional.

No primeiro capítulo trataremos de apresentar um breve histórico sobre a existência do Exército, desde a declaração de independência política, exporemos as buscas pela formação de uma nova mentalidade para o Exército, as razões e os objetivos da procura de uma nova ideologia e de um papel e significado para um novo “*status político*” para o Clube Militar. Objetivar-se-á demonstrar como o Clube foi participante ativo em diferentes momentos da História brasileira, nas cinco primeiras décadas do século XX.

No segundo capítulo procuraremos abordar algumas questões mais representativas da atuação do Exército após a Revolução de 1930, a constituição do Estado Novo, ao fim da Segunda Guerra Mundial e da Era Vargas (1930-1945). Pretendendo com isso clarificar as transformações que condicionaram a nova atuação da força militar, especialmente após a Política de Segurança Nacional e a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em agosto de 1949.²¹

Para tanto, empregaremos como fonte de análise os documentos referentes ao Clube Militar, sejam as atas das reuniões sejam os artigos publicados em sua revista, dentro do período da primeira metade dos anos 50 do século XX. Além de observar as distinções entre o projeto nacionalista defendido pela burguesia, os setores sociais modernizantes e os militares, como sendo as mais significativas.

Por fim, no terceiro capítulo, atuaremos objetivamente sobre os discursos assumidos pelos atores ‘políticos’, civis e militares, dentro do Clube Militar, nas reuniões e na revista do clube. Com ênfase nas interferências em questões internas da

²⁰ Ibidem, p. 18.

²¹ ARRUDA, Antônio de. ESG: história de sua doutrina. São Paulo: GRD, p. 02, 1980.

força de terra e na atuação de diferentes facções políticas dentro do Exército, especialmente sobre o Segundo Governo Vargas. Desde o momento em que aventou a possibilidade de Getúlio candidatar-se a um segundo período de governo até o instante em que a ação extremada de Vargas, em agosto de 1954, determinou o fim da era política e o início de uma etapa de radicalização.

Capítulo 1:

Uma História Tensa e Partidária no Clube Militar

Desde meados do século XIX, a “força de terra” vinha procurando organizar seus interesses por meio de diversos fatores como: formação profissional para seus oficiais, mecanismos para a convocação de novos efetivos, modernização dos equipamentos militares – armas, principalmente, projeto político para a força e para o país.²² Desta forma há uma modificação em relação ao papel do Exército dentro no Estado brasileiro devido às ingerências sofridas pelas forças políticas conservadoras, atrasadas e retrógradas.²³

Aquelas se mostravam intransigentemente avessas à concepção de uma força militar, política e ideologicamente organizada, capaz de impedir que essas mesmas forças conservadoras, mas que aparentavam um liberalismo político, que objetiva a manutenção de seu poder político, mantendo distante e sob o controle das camadas não proprietárias, e o poder econômico, cuja face mais efetiva mantinha os excluídos longe de ter acesso a posse da terra. Por isso, o impedimento à formação de uma ordem centralizadora, sem seu domínio, que os fizessem perder o seu espaço de poder político para a consolidação de um Estado alheio as suas ambições.²⁴

À procura por condições mais adequadas ao seu papel institucional, de uma força militar dominante, levou o Exército a desenvolver, desde o Império, mesmo quando ainda em uma situação de fragilidade frente às imposições políticas das elites agrárias dominantes à época, defendendo e expressando suas reivindicações por melhores condições: salário digno, ampliação da capacidade de recrutamento dos efetivos, maior penetração e representatividade nos diferentes grupos sociais, além do reconhecimento de seu papel corporativo na sociedade. Será nesse contexto que a força militar terrestre proporá lenta, mas continuamente, mudanças para afirmar-se sobre a nação, o Estado e a sociedade.

Entretanto, para nossa elite política predominante, que marcara um momento crítico (principalmente os setores agrário-exportadores) do país, entre o Império a Revolução de Trinta, tais reivindicações foram sempre consideradas como problemáticas. Como o Exército brasileiro demorou em se afirmar como uma força

²² CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Zahar, 2005, pp. 13-61.

²³ Idem.

²⁴ HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, 1990, pp. 44-47.

institucional, até que a confluência do processo desenvolvido nos anos vinte e trinta, do século XX, que levou as suas forças renovadoras a se expressarem em reivindicações e proposições renovadoras na formação e qualificação da tropa, permitindo que mudanças institucionais produzissem transformações educacionais, ideológicas e, principalmente, políticas na estruturação institucionais do Exército.

Serão exemplos desses elementos renovadores, os aspirantes da Academia Militar da Praia Vermelha, chamados de “científicos”, os tenentes oriundos dos movimentos reivindicatórios dos anos vinte e as forças reformadoras dos segmentos, tanto da elite mineira como da elite gaúcha, que romperam com o domínio da Primeira República na Revolução de 1930, a Força Terrestre pode efetivar as mudanças pretendidas para a consolidação de seu novo *status quo*.

Precisamos considerar que as elites políticas e econômicas brasileiras, atuantes desde o Império, temiam que o nacionalismo viesse a se transformar num fator que atrapalhasse a continuidade de sua preponderância sobre o Estado, principalmente num país que tradicionalmente vivenciava a dependência econômica, com o consumo dos produtos primários e matérias primas, elaboradas pelos países do capitalismo central.

Tais grupos político-econômicos sempre agiram no sentido de manter suas prerrogativas política, valendo-se do controle da máquina do Estado e da submissão da sociedade e, assim, evitando a formação de uma ideia de nacionalidade ou da manutenção de uma força nacional como poderia vir a ser o Exército, permitindo ao Estado uma capacidade de centralização. Além de temer o fortalecimento das forças populares, coisa perceptível na demora em por fim a escravidão procurava manter a dependência dessas populações rurais dependentes a ela, utilizando o modelo de exploração da mão de obra introduzindo o trabalho imigrante, além do tratamento dado ao operariado após o advento da industrialização iniciada na segunda metade do século XIX.

Para essas elites conservadoras, a constituição, pelo Exército, de um padrão de conduta uniforme e a procura pelo estabelecimento de um lugar onde pudesse expressar livremente seus anseios (*espaço de poder*)²⁵ na sociedade brasileira representava uma séria ameaça a sua hegemonia política, pois isso permitiria ao Estado

²⁵ ARENDT, Hannah et alii. *O Que é Política?* Bertrand Brasil, 2006, I parte, Fragmento 1, pp. 21-24.

intervir autonomamente nos rumos da política, de forma dominante, o que criaria grandes óbices aos interesses daqueles.

Isso se manifestou nas lutas políticas que o Exército empreendeu para propor mecanismos de afirmação institucional, tais como: a convocação dos novos efetivos; participação de elementos de todas as camadas sociais, não dos pobres; buscar qualificar seus elementos, com uma formação classificada do seu quadro de oficiais na Academia; pela imposição de valores próprios e sólidos a toda a tropa; pela eficaz preparação tecnológica e pelo respeito advindo pela compreensão da sociedade sobre o seu papel.

Nesse quesito a orientação teórica oferecida por Hanna Arendt, através de sua obra sobre relações políticas, explicita bem seu significado.²⁶ Ela expõe o significado do papel representado por um espaço físico, que ocupado por um determinado seguimento social, passa a significar a expressão de poder político e social, ou até mesmo, ressignificar e exprimir sua atuação, importância e garantia de “sua vontade” na sociedade onde isso ocorre.²⁷

A ação política iniciada com a Proclamação da República e continuada ao longo da Primeira República deixava as aspirações ideológicas castrenses claramente expostas, pois logo após o exílio da família real, iniciaram-se as disputas entre o marechal Deodoro da Fonseca e os antigos “donos do poder” (oligarquias agroexportadoras) sobre as escolhas e os caminhos a serem tomados pelo governo brasileiro.

Esse ‘embate’ terá continuidade ao longo de boa parte do Século XX, onde as elites dominantes – após a década de sessenta, além do setor agrário também os grupos industriais – no Brasil, ora buscaram o apoio das Forças Armadas ora serão confrontados pelos militares sobre o que seria melhor para o país, culminando no Golpe de 1964. Exemplos dessas questões podem ser observados nas deposições de Washington Luís, de Vargas (se excluirmos o suicídio, por duas vezes), na posse de Juscelino, garantida pelo general Lott, ou na ascensão de Jango à presidência.

Para uma melhor compreensão do significado político do Clube Militar, vamos utilizar o conceito de “espaço político”, usando como referência para essa

²⁶ Op. Cit., pp. 21-24.

²⁷ Idem.

apreciação a definição apresentada por Norberto Bobbio,²⁸ em seu dicionário de conceitos sociológicos, ou, ainda, como é acordado por Hanna Arendt na obra sobre a temática.²⁹ Através dela, iremos analisar como o lugar em que se escutará a voz dos grupos militares, em nosso caso, o Clube Militar, aonde se reverberará os desejos de tornar a força uma instituição atuante na sociedade e no Estado, cada grupo segundo sua lógica ideológica. Especialmente aqueles militares que participaram das várias questões políticas que antepuseram o Exército e o Estado brasileiro, por se sentirem desprestigiados desde os conflitos, agiram para alterar a situação.

Entre as decisões mais importantes esteve a fundação do Clube Militar, casa da expressão das vontades mais significantes das forças militares do Império, local onde as opiniões da vanguarda militar encontravam eco às suas reivindicações mais importantes e que teria como um dos pontos mais altos a Abolição da Escravidão e na Proclamação da República, lançando as bases da transformação da Força Terrestre em árbitro das mudanças e alterações mais importantes na história do país ao longo do século XX.

1.1 O Clube Militar e suas Manifestações

O Clube Militar foi um centro de atração de forças políticas variadas e que procuraram expor suas propostas, desde a época da fundação da agremiação, onde as disputas de ideias diferentes eram avivadas nos confrontos entre oficiais, subalternos e superiores, e entre oficiais e generais, como aquelas ocorridas durante a fundação da agremiação, ou durante a questão das “cartas falsas”.³⁰ Logo, não seria de estranhar os confrontos em torno do nacionalismo ou do internacionalismo liberal, como caminho para o desenvolvimento do país.³¹

Mesmo não querendo parecer remetido, precisamos reafirmar que análise proposta por nós, objetiva observar as manifestações, ocorridas dentro do Exército, em especial no período pós década de vinte do século XX, com o desenrolar do movimento

²⁸ BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, V. 2, p. 811-3, 1998.

²⁹ ARENDT, Hannah et alii. *O Que é Política?* Bertrand Brasil, 2006, I parte, Fragmento 1, pp. 21-24.

³⁰ <http://atlas.fgv.br/verbetes/cartas-falsas>.

³¹ CARLONI, Karla. *Forças Armadas e Democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955*. Garamond, 2012.

tenentista. Essas demonstrações político-partidárias nacionalistas,³² e que após a revolução de trinta, com a forte influência das nações ocidentais, manifestaram-se também internacionalistas³³ e liberais, enunciadas pela já citada liderança militar – conquanto a presença de elementos civis fosse bastante significativa, – agiram dentro do Clube Militar.³⁴

E, o momento em que melhor se expressavam, foi nas disputas sucessórias, dentro do Clube Militar, com destaque para o período do Segundo Governo Vargas³⁵ (1951-1955), na eleição presidencial, em 1950, visto ser esse período um momento de grande ebulição política dentro do país e entre os defensores do nacionalismo e o do internacionalismo. À época, os militares não se viam sendo aceitos, ou imaginam que não, pelas forças políticas nacionais.

E como participantes destacados dessa mesma comunidade, eles buscaram sempre que possível sê-lo, principalmente, ao procurarem se organizar internamente como uma comunidade única e unida. Podemos considerar que essa procura se expressa numa afirmação utilizada por Hanna Arendt, no seu trabalho sobre o poder político: “são os instrumentos, que têm a função de articulação, agregação e transmissão das demandas que provêm da Sociedade civil e que são destinadas a tornar-se objeto de decisão política”.³⁶

Baseando-nos nas razões históricas que levaram a fundação do Clube Militar,³⁷ apresentadas no próprio estatuto da Instituição, podemos perceber que:

Art. 1º O Club Militar, fundado nesta Côrte em 26 de junho último, tem por fim: § 1º Estreitar os laços de união e solidariedade entre os officiaes das diferentes classes do exército e da marinha; § 2º Desenvolver o gosto pelo estudo dos diversos ramos da instrucção profissional, por meio de palestras e

³² BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, V. 2, p. 809, 1998.

³³ BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, V. 2, p. 652-8, 1998.

³⁴ BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, V. 2, p. 802, 1998.

³⁵ D'ARAUJO, Maria Celina. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. Zahar Editores, RJ, 1982, pp. 50-54.

³⁶ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Estudos sobre poder e hierarquizações sociais: por um debate bibliográfico*. In Jorge Calvário dos Santos. *Excursos Contemporâneos: abordagens pertinentes à sociedade e sua defesa*. 1ª Ed., Curitiba, Ed. Prismas, pp. 33-52, 2017.

³⁷ COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Editora Record, 2000, pp. 61-63.

conferencias militares; § 3º Defender pela imprensa e junto aos poderes do Estado os direitos e legítimos interesses da classe militar etc.³⁸

Podemos reconhecer que, aquilo que na verdade foi proposto em sua constituição, em fins do século XIX, era a da concepção de um “espaço de poder”,³⁹ um lugar de debate político, que atendesse aos objetivos expressos pela Força (tais como a unidade da tropa, a educação continuada e a defesa dos interesses militares), muito claramente explicitados por seus membros mais proeminentes, como Benjamin Constant, Mena Barreto, Sena Madureira etc.

As críticas atribuídas às Forças Armadas brasileiras tinham como base a certeza, pelas elites governantes do Segundo Império, que o Exército seria uma ameaça como força repressiva a seus privilégios. Poderia ser explorada pelo Estado centralizador, como o principal elemento de pressão política sobre o setor agrário. Especialmente os representantes políticos dos setores agrários monocultores e exportadores, representados pelos latifundiários do nordeste e rio-grandense, que se impuseram como força reativa ao esvaziamento do Exército, a partir da criação da Guarda Nacional.

Essa situação determinou a busca de novos rumos políticos e ideológicos, que se seguiram durante o século XIX, culminando na falta de um efetivo de tropas treinadas, especialmente nas questões ocorridas na região platina e, terminando na expectativa de mudanças e adequações, ao novo mundo político, social, econômico, nascido à época da Proclamação da República. Essa esperança pode ser manifestada nas tentativas de criação de um espaço aonde a vontade das Forças Armadas se expressasse livremente, até a fundação do Clube Militar. É por isso, que devemos ponderar sobre as concepções de Arendt sobre o que é espaço de poder:

A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças. Enquanto os homens organizam corpos políticos sobre a família, em cujo quadro familiar se entende, o parentesco significa, em diversos graus, por um lado àquilo que pode ligar os mais diferentes e por outro aquilo pelo qual formas individuais semelhantes podem separar-se de novo umas das outras e umas contra as outras⁴⁰.

³⁸ Ata de fundação do Clube Militar, em 26 de junho de 1887. Fotocópia disponível na Biblioteca do Clube Militar.

³⁹ ARENDT, Op. Cit., pp. 21-24.

⁴⁰ Idem, p. 21.

Ou, então, observando às intenções declaradas pelos militares contemporâneos à fundação do Clube Militar:

A criação do Clube Militar foi precedida de várias tentativas similares, que resultaram na criação de grêmios, institutos, clubes e associações na capital e em várias províncias, todos de duração efêmera. Aos poucos, conforme se agravavam as crises do final do Império, com as conhecidas “questões” religiosa, diplomática e militar, amadurecia a ideia de que os militares precisavam fazer-se ouvir de maneira coletiva e organizada⁴¹.

Na apreciação sobre os conceitos deste capítulo, pretendemos esclarecer como a vontade política do Exército precisou de um espaço de atuação que produzisse uma ação direta sobre a política, em primeiro lugar, mas também essencialmente, sobre o Estado e a sociedade, numa “busca por impor-se sobre uma comunidade que se transmutava”⁴², mas que não lhe reconhecia uma atuação mais representativa e aceitação de seu papel político. No governo de Hermes da Fonseca, a Política das Salvações⁴³ expressou essa tentativa de afirmação frente à sociedade e a política, por volta da década de 1910, através das ações e propostas, dos primeiros ‘jovens oficiais’ brasileiros, mais tarde apelidados de “Jovens Turcos”, retornados de estágio na Alemanha, trazendo a influência e os ensinamentos do exército alemão para a tropa.

Após os esforços de seguidos Ministros da Guerra⁴⁴, João Nepomuceno de Medeiros Mallet (15/11/1898 a 15/11/1902 – Campos Sales), Francisco de Paula Argolo (15/11/1902 a 15/11/1906 – Rodrigues Alves) e Hermes Rodrigues da Fonseca (15/11/1906 a 27/05/1908 – Afonso Pena), que buscavam uma maior profissionalização da tropa, esses oficiais, e que mais tarde receberam o epíteto de jovens turcos, articularão um projeto de difusão de seus conhecimentos para a força de terra, através da adoção mudanças na preparação da oficialidade, como as alterações na área de formação educacional na Academia Militar.

Foram propagadores desses ideais através de uma publicação fundada em 1913, chamada de “A Defesa Nacional”,⁴⁵ onde destacavam artigos técnicos, formadores de uma mentalidade profissional e, principalmente, apolítica, para seus oficiais. Mesmo durante a Grande Guerra não esmoreceram na sua pretensão de trazer

⁴¹ Ata de fundação do Clube Militar, em 26 de junho de 1887. Fotocópia disponível na Biblioteca do Clube Militar.

⁴² RODRIGUES, Op. Cit., pp. 33-52, 2017.

⁴³ CARVALHO, Op. Cit., pp. 43-48.

⁴⁴ Idem, pp. 22-24.

⁴⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Editora Civilização Brasileira, 2ª ed. 1968, pp. 135-143.

ao país uma missão militar alemão. Apenas em 1919, quando o Brasil rompeu relações com a Alemanha é que deixaram de lado seu desejo.

Foi com o fim da Guerra e o Tratado de Versalhes, que o governo brasileiro passou a procurar o concurso das habilidades francesas, que materializadas em 1920, com uma missão comandada pelo general Maurice Gamelin, responsável pela reformulação dos currículos das escolas militares e a introdução de escolas de formação superiores para o oficialato, como a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Estado-Maior, a Escola de Veterinária etc. São esses elementos que, ao lado de militares influenciados por eles, vão tomar as rédeas do processo de mudança na Força.

Nossa análise sobre o significado político do Clube Militar pode ser explicada pela interpretação realizada por Hanna Arendt,⁴⁶ em sua obra sobre o significado da Sociedade civil e sua relação com as instâncias de poder e espaço político onde ela, no texto citado, procura avaliar os conceitos sobre o tema, como aquele expressado por John Locke, onde ele afirma que:

“Aqueles que se reúnem num só corpo e adotam uma lei comum estabelecida e uma magistratura à qual apelar, investida de autoridade e decidir as controvérsias que nascem entre eles, se encontram uns com os outros em Sociedades civis; mas os que não têm semelhante apelo comum (...) estão sempre em Estado de Natureza”. (LOCKE. Segundo Tratado sobre o Governo, Parágrafo 87.).

Ou ainda, a utilização pela mesma autora, citando o livro de Thomas Hobbes⁴⁷, ao dizer que: “a Sociedade civil ou Estado nasce por contraste com um estado primitivo da humanidade, em que o homem vivia sem outras leis senão as naturais”. Ou seja, para ela é preciso uma força que mantenha a expressão de coesão do Estado, uma ordem que promova a existência de leis que alterem o estado de natureza. Para promover um poder comum, capaz de estabelecer direitos fundamentais para os elementos daquela comunidade, que, sem isso, retomam o caminho da sociedade natural.

É de nossa opinião que essa caracterização de uma instituição, se opõe a visão gramsciana de ordenamento do poder do Estado. Aquela que se apresenta à representação hegemônica do Estado, é a sociedade política, em nosso caso simbolizado pelo Exército, expondo a luta pela afirmação do papel político dominante procurado pelo Exército, para se consolidar com a fiel da balança do Estado brasileiro. E é a isso

⁴⁶ ARENDT, Op. Cit., pp. 21-24.

⁴⁷ Idem, pp. 23, citando as palavras de Thomas Hobbes no livro *Leviatã*.

que vamos nos apegar para compreender a busca de uma expressão política utilizando um espaço de poder (Clube Militar) por parte do Exército.

Destaquemos especialmente os grupos modernizadores, que se apoiavam nos exércitos, principalmente nos países de capitalismo central. E podemos consolidar nossa observação pela leitura de parte do estatuto do Clube Militar, aprovado em 04 de julho de 1887: “Defender pela imprensa e junto aos poderes do Estado, os direitos e os legítimos interesses da classe militar”.⁴⁸

Estavam perfeitamente enunciados os principais objetivos que nortearam a organização – profissionalização dos oficiais, penetração em todas as camadas da sociedade, desenvolvimento industrial e, por consequência, das condições armamentistas etc. – em sua busca por se afirmar como uma instituição e que coincidiram com as aspirações das Forças Militares brasileiras – à época apenas Exército e Armada – ao fim de um período de querelas como foi a Questão Militar, delimitando os interesses do Exército e das elites regionais atuantes no Império.

O Clube Militar foi fundado, nos últimos anos do Império, quando o movimento abolicionista e republicano no Brasil já conseguira uma sensível penetração nas populações urbanas do país, e após a eclosão da chamada Questão Militar, que opôs oficiais do Exército ao governo imperial.⁴⁹

Desde as disputas na região platina, com destaque para a Guerra do Paraguai;⁵⁰ as opiniões que a Armada e o Exército, principalmente, têm contra o tratamento dispensado pelas forças políticas do Império, especialmente em relação às aspirações dos militares, faziam surgir arestas de forma acelerada e, apesar das sucessivas tentativas dos ministros militares em apará-las, as discordâncias continuaram a recrudescer e se precipitaram nas querelas entre políticos e militares, com destaque para a Questão Militar, em que se revelaram as grandes dificuldades em relação às antipatias dos representantes das forças e as elites políticas, temerosas do que poderia ocorrer se se reforçasse o centralismo⁵¹ do Estado imperial, com a ação militar:

Até a Guerra do Paraguai (1864-1870), o Exército tinha pouca força política na estrutura de poder do Império. Tal situação foi evidenciada especialmente pela reforma de 1850, quando o Ministro da Guerra, Felizardo de Sousa e

⁴⁸ Primeiro Estatuto do Clube Militar de 04/07/1887, no seu Artigo Primeiro, Parágrafo Terceiro.

⁴⁹ LAMARÃO, Sérgio, MONTALVÃO, Sérgio e URBINATI, Inoã Carvalho. In ALVES, Alzira Abreu. *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Verbetes Clube Militar. 1ª Ed., CPDOC, RJ, 2015, pp. 1383-1389.

⁵⁰ DORATIOTO, Francisco. *A Guerra do Paraguai*. Editora Brasiliense, 1991.

⁵¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, pp. 285-286, 1990.

Melo, racionalizou as promoções, que passaram a ser feitas mais por merecimento do que em função da origem aristocrática do militar, e estabeleceu como pré-requisito para o oficialato o curso da Real Academia Militar, que fora criado em 1810, por dom João VI. As duas medidas tornaram a carreira militar desinteressante para os jovens da elite⁵².

A vitória, no principal conflito platino, como foi o triunfo na Guerra do Paraguai, permitiu um crescimento apreciável da autoestima do Exército e intensificou a sua politização, mas permaneceu inexistindo um papel de esteio político significativo, pois, além de ser convocado a perseguir escravos fugidos, teve salários aviltados e grandes dificuldades em obter as promoções esperadas na carreira, além das tradicionais dificuldades em repor efetivos para a tropa. A partir da década de setenta do século XIX, iniciaram-se as pressões sobre o Gabinete do Império para promover as melhorias nas condições econômicas e, principalmente, políticas do Exército.

Em 1871, 40 oficiais da força terrestre fundam o Instituto Militar⁵³, “entidade voltada para a defesa do Exército como corporação e órgão político”⁵⁴ e, com esse objetivo, teriam o propósito de ter o espaço político desejado pelos representantes de uma fração social, que, durante muito tempo, sentira-se excluída de relevância ou afirmação de *status* na sociedade. Para isso escolheram como sua liderança o genro do imperador, esposo de Princesa Isabel, o Conde D’Eu⁵⁵, gerando uma forte reação do Conselho de Estado que considerou tal atitude uma quebra da disciplina e obrigou o Conde a recusar a oferta e a abandonar essa posição aos militares que fundaram o instituto, sendo o mesmo, quase que imediatamente extinto.

Durante os anos setenta e oitenta do século XIX, sob a influência do positivismo adotado na Escola Militar na Praia Vermelha⁵⁶, os jovens oficiais insistiram na busca por consolidar o seu status e papel político, sobre a sociedade brasileira e tentavam, cada vez mais, se opor aos grupos políticos que os desconsideravam há tanto tempo. Envolveu significado fundamental nesse processo, as sólidas proposições

⁵² Idem, pp. 285-286.

⁵³ OLIVEIRA, José Simeão de. Militar, Verbete, pp. 1-5. Governador de PE (1889-90), Constituinte (1891), Senador de PE (1891), Ministro da Guerra (1891-92), in de ABREU, Alzira Alves et al. (Ed.). *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)*. FGV Editora, 2015.

⁵⁴ Idem, pp. 1-5.

⁵⁵ Luís Filipe Maria Fernando Gastão, Conde d’Eu. Gastão era neto do rei Luís Filipe I de França, tendo renunciado aos seus direitos à linha de sucessão ao trono francês em 1864, quando do seu casamento. Tornou-se príncipe imperial consorte do Brasil por seu casamento com a última princesa imperial de fato, D. Isabel Cristina Leopoldina de Bragança, filha do último imperador do Brasil, Dom Pedro II.

⁵⁶ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Zahar, 1995, pp.28-32.

científicas ministradas aos alunos da Escola Militar, que expressava uma instituição que era voltada para a formação de uma comunidade científica.

Era o arquétipo dos conceitos positivistas, cuja manifestação deixava os jovens em destaque perante a sociedade, porém, dentro do contexto do local, da distância educacional da Academia para o resto do mundo, deixava a grande maioria dos estudantes isolados da realidade brasileira. Eram pessoas que estavam afastados da família principalmente, e na Escola possuíam como objetivo materializar uma formação educacional de conduta sólida.

Com valores e conceitos solidamente constituídos e, cada vez mais conscientes de sua importância como representantes do que de melhor havia no Brasil, rivalizando, inclusive, com os estudantes da Faculdade de Direito. Afirmava Benjamin Constant, matemático, positivista, militar e professor da Escola da Praia Vermelha: “era fácil entrar, mas só os melhores concluíam o curso”. E em adendo a ele complementa Celso Castro,

O Exército estava então dividido em três faixas etárias: os militares pré-Guerra do Paraguai, como o marechal Deodoro da Fonseca e o marechal José Antônio Correia da Câmara, visconde de Pelotas; os que eram jovens quando participaram do conflito, como o coronel Raimundo José da Cunha Matos e Benjamin Constant; e os alunos ou ex-alunos que não foram à guerra e se autodenominavam de “juventude militar”.⁵⁷

Por isso, a fragilidade das condições políticas foi fundamental para opor o Exército ao Império, tendo seu ponto de disputa mais intensa a chamada Questão Militar, entre 1884 e 1887, que pode ser sintetizada nos confrontos entre os oficiais superiores do Exército e os políticos, representantes do governo imperial.

Entre 1883 e 1887, os jovens oficiais do Exército se insurgiram contra as punições impostas a dois comandantes aclamados pela oficialidade: o Tenente Coronel Sena Madureira e o Coronel Cunha Matos,⁵⁸ que protestaram pela imprensa contra um projeto do Visconde de Paranaguá que obrigaria aos militares contribuir para um montepio compulsoriamente e sob o controle do governo imperial. Ambos foram execrados publicamente pelo ministro da Guerra e pelo Parlamento, açodando as relações entre as partes.

⁵⁷ CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Zahar, 2000, pp. 14-18.

⁵⁸ COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Editora Record, 2000, pp. 61-63.

Mas não só, será também contra o resto da tropa, pois os políticos incluíram no rol de criticados, um herói da tropa, o marechal Deodoro da Fonseca. Os conflitos culminaram no convite feito por Sena Madureira a José Francisco do Nascimento, “o Dragão do Mar”, líder jangadeiro que organizara uma greve de seus pares, no Ceará, contra o transporte de escravos, para uma visita à Escola de Tiro do Rio de Janeiro. As relações com o Governo deterioraram-se completamente, lançando uma grande disputa que culminará na renúncia do Ministro da Guerra e na imposição da força política da arma terrestre.⁵⁹

Os confrontos continuaram em escaramuças jornalísticas e verbais, entre representantes do governo e de oficiais mais jovens, admiradores dos coronéis, além de que é possível percebermos nessa disputa, uma face oculta manifestada nas alterações, disfarçadas entre liberais e conservadores, já em fins do Império.

No entanto, ficava evidente que os caminhos expostos indicavam um fosso entre as propostas de um Exército que se transformava e um Estado que sofria pressões para mudar, mas tergiversava numa tentativa de permanência e manutenção de suas estruturas ultrapassadas, como um liberalismo político e econômico truncados ou a escravidão e a monocultura exportadora.

Mesmo assim, a força transformadora do Exército era ainda uma realidade insipiente, para se materializar e produzir mudanças significantes, como ficou perceptível em sua atuação na Proclamação da República. Foi Deodoro, apoiado por alguns elementos da força terrestre e da Marinha, que realizou a mudanças do regime e que não demorou em ser abraçado pelo resto dos militares – observemos as duas revoltas organizadas por figuras de destaque da Armada, como o foi Custódio de Melo. E mesmo tendo sido o marechal Deodoro o primeiro presidente do Clube Militar e responsável direto pela Proclamação da República, envolvido que estava nas disputas de poder das diferentes facções republicanas, foi rapidamente substituído por Floriano Peixoto na presidência.

É ao longo da Primeira República que se constituirá uma transformação mais decisiva da força terrestre, com a adoção de sucessivos planos para a modificação dos currículos de formação dos oficiais, de uma melhor equipagem das tropas, da constituição de uma mentalidade moderna de guerra, da necessidade de defender uma

⁵⁹ Idem, pp. 63-69.

industrialização de base,⁶⁰ capaz de municiar os efetivos, da escolha por sorteio dos novos convocados e, acima de tudo, dar ao Exército a definição de quem ele era e do seu papel na Sociedade e no Estado brasileiro.⁶¹

Uma das medidas mais importantes introduzidas para o aperfeiçoamento de oficiais, foi o envio de jovens oficiais, recém-saídos da Academia, para países cujo desenvolvimento industrial e militar fosse mais avançado. O processo foi realizado com o envio dos aspirantes para a Alemanha. Esse projeto idealizado por lideranças como Francisco de Paula Argolo,⁶² João de Medeiros Mallet,⁶³ Hermes da Fonseca,⁶⁴ cada um deles ministro da Guerra, em seu momento, resultará no movimento chamado “Jovens Turcos”.⁶⁵

Foram assim chamados em referência aos seguidores das propostas transformadoras de Mustafa Kemal Atatürk,⁶⁶ líder da modernização e da secularização da Turquia, em fins da Primeira Guerra Mundial.⁶⁷ Nossos jovens oficiais irão expressar o mesmo princípio, na busca pela modernização do Exército, entre a primeira década e meados do século XX.

Em atendimento ao processo de atualização das forças militares brasileiras, sobrevieram outras mudanças como as contínuas adaptações dos currículos das Academias⁶⁸ às necessidades de modernização e profissionalização militar,⁶⁹ e do ordenamento pedagógico dos currículos, durante sua formação como oficiais na Escola Militar, entre outras mudanças, que permitiriam uma qualificação mais profissional ao quadro de oficiais, além de formar uma nova mentalidade técnica capaz de inculcar, entre os novos alunos, uma atitude mais focada em sua qualificação.

O combate aos velhos modelos de formação de oficiais, aqueles em que os oficiais eram conformados ao dia a dia da tropa, os chamados ‘tarimbeiros’, como os

⁶⁰ CARVALHO, Op. Cit., pp. 27-29.

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Idem, pp. 19-23.

⁶⁵ DOMINGOS NETO, Op. Cit., pp. 44-47.

⁶⁶ Líder dos jovens militares turcos, que reformularam todo o Estado turco após o completo esfacelamento do Império Turco-Otomano, ao fim da Primeira Guerra Mundial.

⁶⁷ Conflito que dominou a Europa entre os anos de 1914-1918, de características devastadoras para os principais países capitalistas europeus, tendo como causa principal as disputas decorrentes do Imperialismo.

⁶⁸ CARVALHO, Op. Cit., pp. 24-29.

⁶⁹ Idem, pp. 47-50.

que lutaram na Guerra do Paraguai, ou os antigos “bacharéis de farda”,⁷⁰ preparados em ‘humanidades’, pela antiga Escola Militar na Praia Vermelha, modelaram uma concepção de militares desligados das mudanças acalentadas há muito tempo pela oficialidade mais jovem, aqueles já citados anteriormente, que se relacionaram com uma formação profissional construída em lutas modernas, como a Grande Guerra de 1914-1918.

Foram esses jovens, que complementaram e aperfeiçoaram suas habilidades fora do país, que modelaram, ou pelo menos tentaram conformar, o novo pensamento e a adequação do Exército aos novos parâmetros das forças militares hodiernas, por meio de artigos divulgados em publicações instituídas por eles, como aqueles expressos na mais importante delas, a revista “A Defesa Nacional”. Nesses periódicos, as mudanças almejadas por esse grupo modernizante, mas indesejadas pelos setores conservadores, principalmente do grupo político imperial, criticavam, expunham e propunham as mudanças necessárias e esperadas pelo Exército.

1.2 Estatutos do Clube Militar entre 1887 e 1955.

Para caracterizarmos melhor as condições de fundação da instituição, em especial em relação às principais propostas preponderantes nas orientações no clube, analisaremos os principais elementos registrados nos regulamentos que normatizavam a organização entre sua fundação e o fim do segundo governo de Vargas. O principal elemento norteador de nossa investigação é a compreensão das possíveis variações estatutárias, ocorridas ao longo dos anos, e que permitirão observar como o momento histórico ou as condições políticas de um determinado momento criaram novas formas de encarar sua existência, como espaço de reivindicação, espelho da representação política ou expressão das aspirações dos diferentes segmentos militares.

No Artigo 1º dos Estatutos de fundação afirma-se: “O Club Militar, fundado nesta Côrte em 26 de Junho ultimo, tem por fim: Paragrafo 1º, Estreitar os laços de união e solidariedade entre os officiaes das diferentes classes do exercito e da marinha” e, a seguir em seu “Parágrafo 3º, Defender pela imprensa e junto aos poderes do Estado os direitos e legítimos interesses da classe militar”.⁷¹ Se observarmos os dois itens acima mencionados, logo perceberemos seu propósito, que é, através da união de esforços das

⁷⁰ Idem, pp. 24-26.

⁷¹ Estatutos do Clube Militar; Aprovado pela Assembléa Geral de 04 de julho de 1887. RJ, p. 4.

duas armas, garantir que pudessem defender-se das injúrias sofridas, ou quaisquer outros ataques, como durante a ‘Questão Militar’. Tanto é assim que, no Artigo 3º, define que:

Serão igualmente fundados nas capitães das províncias em que houver corpos de guarnição, clubs militares, que se regularão pelos presentes estatutos, salvo as alterações impostas pelas circunstancias especiaes de cada um, sem contudo se poderem desvirtuar os princípios cardeais e os intuitos da associação.⁷²

A reafirmação desses valores, por parte dos militares presentes na instituição, pode ser comprovada nos Artigos 4º e 5º, onde se vê claramente expresso, “na obrigação de signatários dos estatutos dos Clubes Militares, da Corte e/ou das províncias” (que) “se corresponderão constantemente, prestando-se mútuo auxílio sempre que este fôr necessário” ou ainda para defender que “qualquer idéa ou assumpto que possa interessar á prosperidade, aos direitos e deveres da classe, e fôr ventilado em um club, deverá ser comunicado imediatamente aos outros pela respectiva directoria”.

Com relação ao funcionamento do Clube Militar, os sócios mantinham a típica relação associativa, como ocorre em qualquer associação que procura o lazer e não há menção no primeiro estatuto a qualquer atitude mais contundente em relação ao que acontecia ao país, exceção para o já mencionado a respeito do artigo 1º, no do Paragrafo 3º, onde está limpidamente expressado o objetivo de defender os militares contra os ataques da própria sociedade ou do Estado aos seus direitos.

Exceções foram às disputas internas ocorridas no período ainda da fundação do Clube Militar, quando a Questão Militar opôs os oficiais superiores e a baixa oficialidade por conta das analogias entre quem apoiava a política do Império e quem defendia os valores da tropa, em identidade ao ocorrido. E são aqueles que, como Deodoro, defendiam a tropa, que vão se antagonizar frente às reuniões ocorridas para tentar unir as pretensões dos oficiais, para se ter uma posição inequívoca a ser tomada contra as ofensas morais e éticas feitas a Sena Madureira e Cunha Matos.

Acontecem acusações graves contra o Alto Comando, que apoiava as punições efetivadas pelo ministro da guerra e foram sendo, pela intervenção do próprio marechal Deodoro da Fonseca, abrandadas, pois este procurou apoiar às reivindicações da oficialidade. Comunicando-se diretamente com a princesa-regente, Isabel de Orleans e Bragança, primeiro, e depois como próprio Imperador, D. Pedro II, já que o Ministro

⁷² Idem, p. 4.

da Guerra não reconhecia as reivindicações do Exército, além de execrado pelos políticos imperiais, Deodoro da Fonseca mantém suas posições, mesmo contra a insatisfação das ações materializadas por Sena Madureira e Cunha Matos.

Eram considerados sócios do Clube, pelo Artigo 6º, todos os: “officiaes do exército e da marinha, os officiaes reformados e honorários de ambas as corporações, que residirem na guarnição em que existir o club, forem propostos por um ou mais sócios e desejarem fazer parte da Associação”.⁷³ É importante destacarmos que a associação do maior número possível de elementos das duas forças, fosse o símbolo da manutenção de um mínimo de valores e garantir seus vínculos de apoio mútuo.

Desde a primeira reunião, em que se decidiu pela criação do Clube Militar, até a elaboração do primeiro estatuto, ficou patente a intenção de constituir uma aliança das forças militares, cujo foco principal seria antagonizar, em bloco, as forças políticas, econômicas ou sociais que atacavam os objetivos que estruturavam os militares; a ausência de ação política, respeito aos seus valores éticos, entre outros. Com certeza encontraremos todo um arcabouço de princípios que nortearam as proposições clubistas dos adeptos da força do Exército, mas o principal aspecto que domina de imediato no 1º artigo, 3º parágrafo é: “Defender pela imprensa e junto aos poderes do Estado os direitos e legítimos interesses da classe militar”.⁷⁴

Os princípios norteadores para a fundação do Clube são também referendados pelo parágrafo 2º, onde se afirma: “Desenvolver o gosto pelo estudo dos diversos ramos da instrução profissional, por meio de palestras e conferências militares”.⁷⁵ Esse parágrafo expressa claramente uma continuidade do projeto modernizador do Exército, que seria o aprofundamento da profissionalização através de uma educação voltada para a qualificação da tropa.

O clube funcionava a partir da proposta de ser um centro para o lazer de seus associados, além de promover bailes, festas e palestras, todas realizadas em suas instalações e promover palestras e cursos e estudos técnicos, objetivando desenvolver a educação e a formação de seu quadro de sócios, como bem expresso no Parágrafo 2º do Artigo 1º:

⁷³ Estatutos do Clube Militar; Aprovado pela Assembléa Geral de 04 de julho de 1887. RJ, p. 4.

⁷⁴ Idem, p. 4.

⁷⁵ Idem.

“Desenvolver o gosto pelo estudo dos diversos ramos da instrução profissional, por meio de palestras e conferências militares”.⁷⁶ Essa proposta já seria uma manifestação daqueles objetivos da pretensão de militares que pretendiam avançar sobre uma qualificação profissional.

Entretanto, atuava como fonte de defesa dos valores, direitos e lícitas expectativas da ‘família’ militar. Garantir os direitos dos elementos de Exército é, em última instância, a força mobilizadora das décadas iniciais do clube.

Nos estatutos posteriores, como os de 1916, 1922 e 1928, não ocorreram mudanças substanciais para nossa análise, com uma pequena modificação do parágrafo, onde se mencionava a “defesa até pela imprensa dos militares”, em caso de alguma ofensa a eles, por discreta adaptação, onde se veria, moderadamente, no Artigo 1º, Parágrafo 2º: “tratar dos interesses collectivos do Exército e da Armada (...)”, em vez do já mencionado inciso.

É somente em 1947, num novo Estatuto aprovado em outubro, que veremos uma alteração mais significativa, pois, nos Parágrafos 2º e 3º, do Artigo 1º, onde se passa a ler: “defender os interesses dos sócios e pugnar por medidas acauteladoras dos seus direitos” e “incentivar as manifestações cívicas e patrióticas, interessar-se pelas questões que firam ou possam ferir a honra nacional e a militar”.⁷⁷

Observemos que os anos correspondem a períodos bem demarcados de nossa história. Em 1887, a questão está relacionada à falta de significado político das forças militares, e a partir daí, inicia-se uma luta pela modernização e profissionalização dos poderes armados no país, sendo natural gerarem-se reações a essa perspectiva. Entre 1914 e 1918, o país foi governado por Venceslau Brás, que viveu a Grande Guerra, a Gripe Espanhola e a Greve Geral de 1917⁷⁸, três momentos marcantes e difíceis que interromperam o crescimento do Brasil.

Além disso, a Crise das Cartas Falsas⁷⁹, atribuídas a Arthur Bernardes, que opôs fortemente o Exército ao novo representante da política brasileira do sistema político nacional, surgido com o federalismo de 1889 e finalizado com a Revolução de 1930. Entre 1922 e 1927, veremos uma das primeiras manifestações contestatórias ao

⁷⁶ Ibidem, p. 5.

⁷⁷ Estatutos do Clube Militar; Aprovado pela Assembléa Geral Extraordinária de 06 de outubro de 1947. Rio de Janeiro, p. 3.

⁷⁸ LAMARÃO, Sérgio, MONTALVÃO, Sérgio e URBINATI, Inoã Carvalho. In ALVES, Alzira Abreu. *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Verbete Clube Militar. 1ª Ed, CPDOC, RJ, 2015, pp. 1383-1389.

⁷⁹ Idem.

regime brasileiro da Primeira República com o movimento de jovens oficiais das forças armadas, envolvidos em reivindicações políticas contra a estrutura de poder chamado tenentismo, intensificando a crise dos anos 1920.

É justamente nesses momentos em que crises políticas se manifestam, que os representantes da força mais preocupados em estabilizar o funcionamento do Exército, e que vão marcar terreno, na busca de opções para conduzir as mudanças políticas necessárias para estabelecer uma ordem institucional. Essas mudanças irão desembocar, como pontos de inflexão em momentos históricos marcante de sua afirmação como a Revolução de 1930, o Estado Novo, em 1937, a deposição de Vargas, em 1945. Ou ainda, em ações subsequentes, como os momentos tumultuados do segundo governo de Getúlio Vargas, nos primeiros anos de 1950, até chegar ao ponto de interferência direta na sociedade, com o Golpe Civil-Militar de 1964, encontrando assim, a consolidação de sua transformação em fiel da balança do Estado brasileiro.

1.3 Clube Militar e o Abolicionismo.

A Questão Militar, que opôs o Exército aos políticos imperiais, provocou uma série de atitudes contrárias ao sistema político, como a reação à própria Questão Militar, na fundação do Clube Militar e na Proclamação da República. O sistema imperial que agonizava, mais persistiu, resistiu enquanto pode.

Entre as ações que se desenvolviam na Praia Vermelha, em clubes e associações proclamadas pelos próprios estudantes, estava a formação de um fundo pecuniário para comprar a liberdade dos cativos, além de esconder e manter os escravos fugidos e/ou libertos, em abrigos conservados por eles.⁸⁰ Se não podemos relacionar diretamente com seus professores um apoio intenso às ações abolicionistas, com certeza podemos indicar pelo menos um comandante da Escola que permitia a atuação dos alunos em busca de difusão das ideias libertárias, inclusive dentro da própria Escola: o general Severiano da Fonseca⁸¹, irmão de Deodoro.

No tocante aos fatos já mencionados, a história oficial esforçou-se em não somente esconder a participação popular na proclamação da república, mas também esvaziar o conteúdo social ligado a todo desenrolar do processo republicano. Tal fato

⁸⁰ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Zahar, 1995, pp. 76-79.

⁸¹ CASTRO, Op. Cit., pp. 33-55.

está expresso na famosa frase de que “o povo assistiu bestializado àquele desfile militar sem saber que ali se proclamava a república”⁸².

Procurou-se reforçar a tese de que a mudança de regime acontecera de forma quase espontânea, pela ação de alguns elementos pertencentes ao Exército,⁸³ ao lado de alguns elementos representantes da política nacional, expressando com isso uma espécie de menosprezo para com o papel e a importância dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Por isso, ao exaltarem-se questões políticas relevantes realizadas por aqueles representantes da alta oficialidade, diminuía seu momento significativo da derrubada da monarquia, como que para validar essas observações de menosprezo para a ação dos militares envolvidos na proclamação da república.

Os estudos históricos e a produção textual sobre a temática militar, elaborados por sociólogos, historiadores, jornalistas, desde meados do Século XX, demonstraram que a ideia republicana era presença constante na vida política brasileira ainda no período colonial,⁸⁴ e as ações nesse sentido intensificaram-se com a Independência (1822), como antes já ocorrerá em momentos marcantes da nossa história: nas proposições da Inconfidência Mineira (1879), no discurso dos conjurados baianos (1794), tendo anteriormente laivos na Revolução Pernambucana (1817), Confederação do Equador (1824), Revoltas Regenciais (1835-1845), Farroupilha (1835-1845), Praieira (1848-1850) etc.

O ideário republicano correspondeu aos anseios políticos dos grupos sociais agrários modernizantes que buscavam conjugar seu desejo de controle do Estado, com uma autonomia política mais ampla do que a Monarquia oferecia. Um sistema de governo capaz de simbolizar ou expressar uma liberalização das forças produtivas, especialmente para os novos trabalhadores, rurais e urbanos, nascidos com a imigração⁸⁵ e a afirmação dos valores tradicionais que mantinham o poder do setor exportador.

A busca por autonomia política, sem alterações sociais ou, no máximo, mudanças mínimas, representava a principal aspiração das classes senhoriais, que com a Proclamação da República procuravam manter uma influência sobre possíveis transformações que poderiam levar o Brasil a fugir de seu controle. Assim,

⁸² CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 24.

⁸³ SODRÉ, Op. Cit., p. 153.

⁸⁴ SODRÉ, Op. Cit., pp.153-161.

⁸⁵ SODRÉ, Op. Cit., p.154.

atravessamos um século de permanências e retrocessos, “pontilhado de grandes e profundas lutas entre nós”, demarcados por sacrifícios e renúncias.⁸⁶

E o que mudou em fins do século XIX? Foi a necessidade dessas forças políticas se adaptarem a um novo regime capaz de atender aos novos imperativos dessas elites (exportadores de produtos semibeneficiados, industriais ligados ao setor agrário exportador, dissidentes dos setores agrícolas do café com leite etc.), que as tornaram mais atuantes em fins da Monarquia, já que esta não era mais capaz de servir aos seus interesses, como fora, de certa forma proclamado pelos autores do Manifesto Republicano, em 1870.⁸⁷

A partir da difusão do Manifesto Republicano,⁸⁸ em 1870, até a eclosão dos movimentos contestatórios mais exaltados, no ano de 1872, surgiram mais de vinte jornais⁸⁹ advogando a causa da República,⁹⁰ e/ou da abolição. Lutas foram travadas em torno da produção e aplicação de legislações que, de alguma forma, não só atingiriam a Monarquia,⁹¹ mas também as elites agrárias mais retrógradas e que impediriam o avanço liberal: Lei do Ventre Livre (1872), Imposto do Vintém (1879), Reforma da Lei Eleitoral (1881), libertação dos escravos no Ceará (1883-1884), alastramento das associações abolicionistas, Questão Militar (1884),⁹² com a consequente indisposição dos militares para com o Parlamento e a Monarquia.

As condições apresentadas anteriormente aprofundaram as desavenças entre parte da juventude militar atuante dentro da Escola da Praia Vermelha e que levariam, mais tarde, à fundação do *Clube Militar*. E ele se tornou o foco de discussões e debates que teria entre os seus principais pressupostos políticos, a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, e a defesa dos legítimos direitos dos membros do Exército.

Outro fato marcante foi à troca de correspondência,⁹³ ainda durante a Questão Militar, entre o marechal Deodoro da Fonseca e o ministro da Guerra, Alfredo Chaves, e Deodoro, que buscou apoio na princesa Isabel, a respeito da questão da tropa perseguir escravos fugidos, coisa que ofendia o Exército por variadas razões: desde buscar capturar companheiros de luta da Guerra do Paraguai, ocupar os soldados com o

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ SODRÉ, Op. Cit., pp. 136-138.

⁸⁸ SODRÉ, Op. Cit. pp. 154-155.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ SODRÉ, Op. Cit., pp. 155.

⁹² Op. Cit., p. 155.

⁹³ CASTRO, Op. Cit., pp. 91-92.

fato de ser restringido a capitães do mato, ou ainda, o desprezo que a escravidão causava na força militar, especialmente os mais novos, que havia a muito fomentavam a luta pela Abolição entre si, em clubes, associações e outros grupos de que participavam ou, até organizados dentro da Escola Militar, na Praia Vermelha.

A questão foi se intensificando, culminando na recusa de Deodoro da Fonseca em perseguir escravos, coisa que provocou forte reação do novo ministro da Guerra, o Conselheiro Delfino Ribeiro da Luz e, quando Deodoro negou-se formalmente a cumprir a ordem ministerial, foi ameaçado de punição pelo ministro, acompanhado de um parecer negativo sobre a negação, do deputado Andrade Figueira, que considerava a mais importante atribuição do Exército, naquele momento, a apreensão dos escravos fugidos. A questão foi encerrada após a ação do marechal que se comunicou diretamente com a princesa regente, expondo o problema e solicitando sua intervenção e o apoio para solucionar a querela.⁹⁴

Mesmo com a Monarquia vivendo uma forte instabilidade, as tentativas de conservar o poder se mantiveram e os enfrentamentos constantes foram manifestados pelos confrontos entre o Exército e as forças policiais locais ou a Guarda Nacional, até o inevitável fim do Império em 15 de novembro de 1889. Sem perceber, a recusa de parte da oficialidade em perseguir os escravos e a busca por apoio à sua ação, na própria Monarquia, ajudou a enfraquecê-la frente às elites tradicionais o que, de alguma forma, ajudou na afirmação da República e permitiu, dessa maneira, o avanço do processo de fortalecimento da Força Armada.

1.4 O Clube Militar e a Proclamação da República.

É possível estabelecer uma relação direta entre a Questão Militar e a fundação do Clube Militar e a Proclamação da República, definida pelos trabalhos de Celso Castro sobre a queda da Monarquia brasileira.⁹⁵ As relações entre a “mocidade militar” da Praia Vermelha⁹⁶ e seu líder Benjamin Constant, com os sucessivos desagravos relacionados ao tratamento dado pelo governo aos militares. Além da forma como Constant encarava sua situação de professor, sem vínculos definitivos com a Escola Militar, encarado como um desrespeito do governo para com ele, seu mais

⁹⁴ CASTRO, Op. Cit., pp. 158-159.

⁹⁵ CASTRO, Op. Cit., pp. 41-60.

⁹⁶ Idem, pp. 28-40.

emérito intelectual e professor, que se opunha ao sistema monárquico que declinava, junto ao seu grupo de estudantes.

Com a introdução do positivismo na Escola Militar da Praia Vermelha, o Exército consolida uma formação de grande solidez científica, e é responsável por essa mudança o professor Benjamin Constant. Rapidamente tornou-se uma figura idolatrada pelos alunos, que receberam junto com o conhecimento científico, a certeza de que só o mérito poderia salvar, não somente o Exército, mas o próprio país. Abalado pelas fraquezas de uma elite política incapaz de modernizar o Estado, essa juventude passou à ser moldada pelos avanços científicos da época, difundidos por pensadores com Darwin, Haeckell, Spencer, Comte etc.⁹⁷

Talvez a principal consequência da Questão Militar tenha sido a formação de uma “entidade social forjada pela luta da ‘mocidade militar’: a consciência do ser militar”, forma política frágil erigida pelos grupos que se importunaram com o procedimento governamental e a demora na solução da questão que reforçou a permanência da animosidade à Monarquia e a reverência ao cientificismo da República. O ponto que permaneceu foi como manter essa associação, como manter a tropa unida numa campanha contra um governo ultrapassado?

A resposta será oferecida por uma série de encontros dos jovens oficiais científicos que culminaram na fundação da casa da politização da tropa: o Clube Militar. Entretanto, a jovem oficialidade logo percebeu que suas aspirações revolucionárias não eram compartilhadas pelos oficiais mais antigos e graduados, que desejavam uma “atuação moderada e dentro da legalidade”,⁹⁸ e não foi apenas nesse momento que essas oposições de ideias confrontaram os jovens e os mais antigos: o movimento tenentista ou as proposições do general Góes Monteiro, para uma normatização da atuação política do Exército opuseram os diferentes grupos componentes da Força. Foram esses fatos que contrariavam a pretensão dos oficiais mais jovens e radicais que procuravam, através do Clube Militar, “amplificar sua voz desafiando o governo em nome da classe militar”.⁹⁹

Essa posição dos oficiais mais jovens contrapôs Deodoro aos políticos conservadores, que passaram a ver no velho comandante uma ameaça à sua posição política, já debilitada pelas outras questões, religiosa e escravista, que marcavam o fim

⁹⁷ Ibidem.

⁹⁸ Idem, pp. 41.

⁹⁹ Ibidem.

do Império. E, mesmo sendo ardoroso defensor da Monarquia, o marechal passou a ser considerado um adversário pelo governo, que o afasta do cenário político da capital, nomeando-o comandante da Província do Mato Grosso, o que equivalia a um desterro.

Durante o “exílio” de Deodoro, o Clube Militar foi dominado por lideranças descompromissadas com os ideais (abolicionistas e republicanos) dos oficiais “científicos”,¹⁰⁰ que pretendiam uma atuação moderada, situação que piorou com a Abolição da Escravidão, pois, esvaziou a mobilização dos elementos republicanos do Exército, na grande maioria alunos e ex-alunos da Escola Militar. Assim, restou apenas a integração com Benjamin Constant, já que Deodoro estava fora e a morte de Sena Madureira¹⁰¹ fora um duro golpe nas pretensões dos científicos de mobilizar as forças da tropa. A situação tomará outro rumo quando da promoção de Constant, em maio de 1888, ao posto de tenente coronel, após treze anos como major.

Essa situação, com a demora na efetivação da promoção de Constant, provocará uma aproximação de objetivos, no caso a república, entre o professor e os alunos, especialmente os alferes-alunos – alunos mais destacados nos dois primeiros anos da Escola – que o desejavam como seu líder, desde as reuniões no Clube Militar, durante a Questão Militar. As ideias já haviam mudado, agora era a hora das ações começarem a ocorrer e, para isso, foi preciso um guia capaz de alavancar as mudanças pretendidas pelos jovens militares.¹⁰² E o clima na Escola Militar era extremamente propício desde os fins de 1888, quando o aluno Euclides da Cunha havia sido expulso.¹⁰³

Desde o Manifesto Republicano, a Questão Militar, e agora com a libertação dos escravos, a maré de pressões sobre o Exército vinha diminuindo. Por isso, as pressões dos setores modernizantes da agricultura de exportação – café – e das camadas médias urbanas, deixavam o governo imperial enfraquecido. Nesse contexto, os adversários do regime pressionaram Deodoro e outras lideranças do Exército a derrubar o Império.

Medidas foram tomadas pelo ministro da Guerra, para esvaziar a ação dos jovens científicos na Escola Militar. Entre elas, a separação entre os alunos-alferes,

¹⁰⁰ Referência aos alferes-alunos da Escola da Praia Vermelha, devido à concentração de seus estudos na área de ciências exatas.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² Nesse momento, abraçar a Abolição e a Proclamação da República como ideário da Escola da Praia Vermelha.

¹⁰³ *Idem*, pp. 47.

levados para a Escola Superior de Guerra (ESG),¹⁰⁴ em São Cristóvão, e os alunos novatos, que permaneceram na Praia Vermelha, isso entre o início e meados do ano 1889. E, não podemos desconsiderar a falta de alojamentos, que levava os alunos da ESG viverem em repúblicas na área adjacente ao 1º Regimento de Cavalaria e o 2º Regimento de Artilharia, duas das mais poderosas unidades da Corte.

Foi rápido o estreitamento de relações entre os alferes e a baixa oficialidade dessas unidades. Em meados de 1889, a ESG, em São Cristóvão, tornou-se o território dos científicos, que passaram a ‘dominar’ as ações críticas e, de certa maneira, práticas contra as determinações da monarquia, ao tentar se sustentar durante mais tempo, no controle do Estado brasileiro.

Em 26 de junho de 1887, é fundado o Clube Militar, tendo entre seus membros fundadores Tenente Thomaz Cavalcante de Albuquerque, Marechal Deodoro da Fonseca, coronel Antônio de Sena Madureira, Tenente Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Marechal José Antônio Correia Câmara, Visconde de Pelotas e Ministro da Guerra, Capitão de Mar e Guerra Custódio José de Mello, o Tenente Coronel Carlos Frederico da Rocha, José Simão de Oliveira; Marciano Augusto Botelho de Magalhães, José Marques Guimarães, Eduardo Wandenkolk, Inocêncio Serzedelo Correia, figuras importantes do Exército de antes e depois da Proclamação da República.

Em 07 de julho de 1889, quando subiu ao poder o ministério liberal do visconde de Ouro Preto, as diferenças entre a elite política do Segundo Reinado e as demandas políticas do Exército se intensificaram. Por isso, quando em 11 de julho do mesmo ano, foi eleita a primeira diretoria do Clube Militar, tendo à frente o marechal Deodoro como presidente – ausente, pois se encontrava ainda em Mato Grosso- e Constant como vice, com uma presença de apenas 30 membros, na sua maioria ‘científicos’ as disputas levaram a um grave confronto. Por isso, ficava claro que o clube seria o espaço da grande mobilização das forças militares.

Mesmo com a repressão, as comemorações pelo centenário da Queda da Bastilha em 14 de julho de 1889, pelas forças do governo, devido aos gritos populares de “viva a República”, na Rua do Ouvidor, a ideia republicana continuou açulando a mobilização dos jovens oficiais, situação que se acelerará com a volta do marechal Deodoro à capital, em meados de setembro do mesmo ano, em função da nomeação de

¹⁰⁴ Escola Militar localizada em São Cristóvão e que atuaria mais ou menos como a atual EsAO.

Silveira Martins para presidente da Província do Rio Grande do Sul, onde Deodoro atuara até a Questão Militar, em 1887.

Para piorar a situação, uma punição a um tenente pelo ministro Ouro Preto, deu a desculpa para os jovens militares tentarem junto a Constant e, depois a Deodoro, através da convocação de uma reunião extraordinária no Clube Militar, a deflagração de uma “nova Questão Militar”.¹⁰⁵ Deodoro, enfaticamente, recusou a convocação da reunião, algo que desagradou aos requerentes.

Durante os meses de setembro e outubro, a mobilização dos jovens oficiais irá se desenvolver com a chegada à corte de três oficiais tarimbeiros¹⁰⁶, muito exaltados em suas reivindicações: o major Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, republicano; o capitão Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto e o tenente de cavalaria Sebastião Bandeira, ambos mais preocupados com a política do Rio Grande do Sul. Esses três vão, ao lado de Benjamin Constant, incitar Deodoro até convencê-lo a participar da conspiração republicana.

Quando do jantar em homenagem aos oficiais do cruzador chileno Almirante Cochrane¹⁰⁷ que visitavam ao Brasil, foi também preparado um tributo ao professor Benjamin Constant. Ao responder a deferência dos jovens alunos da ESG, Constant dispara um desafio ao governo e ao sistema imperial, sendo, então, deflagrada a última ação desses jovens aspirantes e oficiais do exército contra a Monarquia. O baile seguiu, mesmo após a saída do ministro da Guerra e de seus oficiais, e ele talvez tenha sido a (pré) produção do Baile da Ilha Fiscal, o último do combalido Império brasileiro.

1.5 O Clube Militar e a Primeira República.

Desmantelada a Monarquia, as antigas forças políticas e econômicas do Império brasileiro se reagruparam para adaptarem-se aos novos caminhos que uma República impunha à sociedade brasileira. Para todos aqueles que lutaram para por fim a ‘velha ordem’ monárquica: republicanos liberais, grupos abolicionistas desejosos de uma República mais popular, expressão das camadas sociais mais baixas, o próprio Exército com suas solicitações, forças sociais urbanas que procuraram ampliar seu papel político na sociedade, havia uma sensação de que faltou algo.

¹⁰⁵ Idem, pp. 51.

¹⁰⁶ Oficiais da força formados pelo dia a dia na tropa que se ‘chocavam’ em termos de ideias aos oficiais científicos.

¹⁰⁷ CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Zahar, 2000, pp. 55-57.

E essa sensação ficou rapidamente concretizada quando da eleição para a presidência, quando se apresentaram como candidatos à presidente Floriano Peixoto, Deodoro da Fonseca, o representante das velhas elites cafeicultoras, o senador Prudente de Moraes, além de Saldanha Marinho e José Higino. A questão complicadora nas eleições foi que a eleição para vice-presidente era em separado, assim, escreveram-se para ela o almirante Eduardo Wandenkolk, Prudente de Moraes, Floriano Peixoto, José Piragibe, José de Almeida Barreto e o almirante Custódio de Mello.

Queremos crer, que esse fato esteja ligado a alguma forma de dificultar que aqueles candidatos desinteressantes às elites agrárias controladoras e dominantes do processo político brasileiro, pudessem eleger-se. Dividir os votos e, pelo menos, garantir uma vice-presidência, como ocorreu com Floriano, que fora candidato a presidência na chapa de Saldanha Marinho.

As raposas do Congresso brasileiro haviam garantido a eleição de Prudente de Moraes, entretanto, os parlamentares foram ameaçados pelos militares ligados a Deodoro e elegeram o velho marechal, mas aqueles garantiram certa força política com a escolha para vice de Floriano Peixoto. Assim, presidente da situação e vice da oposição, que pouco mais de um ano depois pressionou a renúncia do proclamador da República.

Foram eleitos por chapas diferentes e representando interesses políticos contrários, esquecendo-se dos objetivos do próprio Exército do qual eram os representantes. Quase dois anos depois de assumir o Executivo, Deodoro renunciou em função de não ter mais apoio para as suas proposições autoritárias, e Floriano passou a reger o novo regime de maneira a preparar a chegada ao poder das velhas elites agrário-exportadoras, representadas por São Paulo e Minas Gerais.

Diferentes grupos¹⁰⁸ almejavam a constituição de uma República, e cada um deles possuía seu próprio projeto de governo republicano: República Liberal (projeto que dominou a Primeira República), República Parlamentarista, República Popular etc. Sendo assim, veremos ocorrer movimentos, conflitos, disputas etc., entre esses grupos, pelo controle sobre o Estado, num momento de instabilidade política que marcou o “Governo da Espada”, como por exemplo, a Revolta da Armada, sem contar com as aspirações das camadas populares, bem expressos nas Revoltas da Vacina¹⁰⁹ e da

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Ibidem.

Chibata¹¹⁰ ou nas vontades locais de elementos messiânicos, como foram Contestado e Canudos.

Nota-se que na maior parte desses desencontros políticos, vamos nos deparar com o Exército sendo colocado, em condição ser o árbitro dos confrontos, inclusive com grupos aliados, como na Revolta da Armada,¹¹¹ ou confrontando-se com segmentos sociais populares, conforme exposto nas Revoltas de Canudos¹¹² ou do Contestado¹¹³ ou ainda nos distúrbios sociais, que se expressaram em revoltas como da Vacina ou da Chibata, dos anos iniciais da consolidação do poder do Café com Leite.¹¹⁴

Quando durante a Primeira República, vão se ampliando os objetivos renovadores do Exército, principalmente a partir do movimento dos ‘jovens turcos’,¹¹⁵ onde veremos despontarem atitudes em torno de se encontrar um caminho efetivo para a tropa. E assim, ativaram-se propostas concretas para o Exército, em torno de vários movimentos político-ideológicos, que influenciaram ao longo dos anos vinte e trinta a tropa: liberalismo, socialismo, comunismo, fascismo etc.

Essas influências, mencionadas acima, serão abordadas nos capítulos seguintes da dissertação, quando perceberemos como eles dificultaram o avanço de um único projeto para a Força, sendo este consolidado apenas em fins da década de 1950 e ao longo da década de 1960, sob o comando dos generais Góes Monteiro, principalmente, e Eurico Dutra, quando o Exército atuou diretamente sobre a sociedade e o Estado brasileiro, afirmando o projeto de desenvolvimento internacionalista e liberal que domina a vida do país até hoje.

1.6 O Clube Militar e o Tenentismo.

Durante as décadas daquilo que ficou conhecido como a Primeira República do Brasil, um dos pontos mais criticados por grupos sociais urbanos, classes médias urbanas, mocidade militar e, mais tarde, os jovens oficiais, descendentes dos

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ NETO, José Miguel Arias. *Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910*, 2001. Tese de Doutorado.

¹¹² GOMES, Annie Moreira. *Produção histórica sobre o centenário de resistência e destruição da revolta de canudos: análise historiográfica*. 2005.

¹¹³ ANDRÉ, Santo. *O Messianismo em José Maria de Santo Agostinho na revolta de Contestado*.

¹¹⁴ A política do Café com Leite foi um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal durante a Primeira República, para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, perpetuando o poder das elites cafeeiras.

¹¹⁵ Jovens Turcos foi a designação (deboche) pela qual ficaram conhecidos os oficiais brasileiros que receberam formação militar na Alemanha nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, como aqueles que lideraram as mudanças no Império Otomano, sob a direção de Kemal Atatürk.

contestadores ao sistema eleitoral e ao regionalismo da política do café com leite, tão presentes a época. Alguns dos mais atuantes foram representantes da baixa oficialidade, que genericamente ficaram conhecidos como “tenentes”.¹¹⁶

As forças políticas que se uniram para a proclamação da República alteraram rapidamente seus sonhos quando se frustraram com a continuidade, na Primeira República, dos velhos grupos políticos predominantes durante o Império. Ao longo das décadas do período inicial republicano, ficou evidente que uma mudança somente seria possível através de ações mais fortes, arbitrárias, da parte dos elementos que não faziam parte das forças políticas e econômicas tradicionais, e que dominavam o sistema eleitoral existente no Brasil.

Esse movimento político relaciona-se às mudanças políticas ocorridas em fins da década de 1910, quando as condições políticas e econômicas do mundo e, por consequência, do Brasil, mudavam: a Grande Guerra, a Revolução Russa, as greves de 1917. Procurando afirmar as inconsistências políticas do regime, representantes dos jovens turcos e da mocidade militar, além de elementos contrários ao Café com Leite.

Uma das primeiras manifestações dessa insatisfação foi o Caso das Cartas Falsas, questão iniciada com a publicação, em 09 de outubro, pelo jornal *Correio da Manhã*, de uma suposta correspondência entre Arthur Bernardes e o Senador Raul Soares, onde àquele afirmava que o banquete que indicou Hermes da Fonseca como candidato a presidente, pelos oficiais mais importantes da República, fora uma orgia. Chama o ex-presidente de “esse sargentão sem compostura” e acusa os vários militares presentes de “essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina”, além de ofender o presidente em exercício, Epitácio Pessoa, por nada fazer contra a situação.

E, além disso, no dia seguinte, expõem outra missiva, onde mesmo interlocutor chama Nilo Peçanha, candidato da oposição de “moleque que age sem controle ou reprimenda do presidente”.¹¹⁷ A partir daí, outros jornais passam a explorar escandalosamente a situação, provocando reações de vários segmentos sociais e políticos, entre eles, os militares que reagem de forma extremamente turbulenta, quase como se, pelo menos da parte dos jovens oficiais, fosse uma nova ‘Questão Militar’, sendo o centro irradiador dessa perspectiva, o Clube Militar.

¹¹⁶ FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Civilização Brasileira, Vol. 1, 2003, pp. 315-350.

¹¹⁷ *Atlas Histórico do Brasil* – FGV. Verbete Cartas Falsas.

Lá são realizados acalorados encontros, com o claro objetivo de mobilizar a tropa para punir os culpados por tal desonra a farda. Esse fato tem de ser visto também, como um reflexo dos tempos de mudanças sociais, políticas e econômicas, que marcavam a sociedade brasileira. Na busca por levar o país a um novo patamar, a jovem oficialidade tentava de variadas maneiras, levar o Brasil ao novo estágio evolutivo preconizado pelo cientificismo positivista, sendo que o caminho, cada vez mais, se aproximava de uma revolução e não de uma simples evolução eleitoral e jurídica.¹¹⁸

A questão que para eles se tornava cada vez mais patente, era que as forças civis, mesmo sendo de oposição ao velho regime da Primeira República, mesmo percebendo a inevitabilidade de serem necessárias mudanças radicais, temiam o aspecto revolucionário, que poderia levar a mutações profundas demais, especialmente com o movimento operário começando a dar seus primeiros passos reivindicatórios. Várias lideranças da oposição declaravam-se abertamente contrárias às alternâncias radicais. E declaravam aberta e publicamente suas opiniões, gerando incertezas e inseguranças nos líderes dos jovens militares.¹¹⁹

Assim, essas condições direcionaram, cada vez mais, os militares alimentados pela modernização do Exército, pela busca de mudanças na política brasileira, insatisfeitos com as crises éticas da elite política nacional etc., em direção às ações revolucionárias, manifestadas nas ações político-partidárias e, depois, sediciosas do tenentismo, principalmente nos movimentos dos Dezoito do Forte, em 05 de julho de 1922, no levante de 1924 em São Paulo e, como consequência, na mais destacada manifestação de insatisfação pela ala radical da tropa: A Coluna Prestes.¹²⁰

Mesmo tendo refreado, aparentemente, seus ímpetos após o fim da coluna, os grupos radicais dos elementos militares, continuaram a mobilizar as suas forças e interesses, com um misto de moderação e exaltação, a partir da aliança com os grupos de oposição do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, objetivando continuar a luta. Assim, a tendência revolucionária crescerá entre os civis e sua influência demonstrará aos militares a necessidade de moderar essa subversão para manter o apoio de parte das elites, principalmente aquela ligada ao desenvolvimento industrial, no fundo seu maior

¹¹⁸ SODRÉ, Op. Cit., pp. 211-213.

¹¹⁹ Idem, 219-222.

¹²⁰ VIVIANI, Fabrícia Carla et alii. *A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)*, pp.77-89, 2009.

desejo e sua mais intensa aspiração modernizante. O grande ato de 1930 esteve alicerçado nisso.¹²¹

As relações resultantes do movimento tenentista com o Clube Militar, nas três primeiras décadas do século XX, podem ser observadas nos encontros realizados, a partir do episódio das Cartas Falsas, atribuídas ao candidato da situação, Arthur Bernardes, no contexto da campanha presidencial de 1921. Desde sua fundação, o Clube Militar, centro de estudos e lazer social dos militares, foi se convertendo num centro de debates e atuação das forças políticas, que se desenvolveram dentro das Forças Armadas, especialmente o Exército.

No conjunto de transformações que marcavam a sociedade brasileira, o Clube Militar agia para que as forças militares não ficassem afastadas dessas mudanças, fossem como parte integrante de um Estado que, ao mesmo tempo necessitava de modernização e sabia disso, mas amargava as dificuldades impostas pelas decisões políticas de uma elite econômica aferrada a conceitos constituídos à época colonial.¹²²

A quase necessidade de adaptações a um novo modelo político que emergia republicano, mas não aristocrático, senão pelo próprio Brasil, ao menos pelas pressões do mundo que surgia a partir das crises políticas (o Imperialismo e a Grande Guerra Mundial), social (Revolução Russa) e, a mais importante, econômica (Quebra da Bolsa de Nova York), levou a que membros dissidentes dos próprios grupos políticos dominantes buscassem uma aliança junto a elementos da oposição, em busca de formas moderadas de se alcançar o poder.¹²³

Essa pré-disposição para mudanças moderadas é que confrontará as expectativas dos civis às aspirações dos jovens oficiais do Exército inspirados pelos “jovens turcos”, especialmente após a Grande Guerra de 1914-1918. Especialmente aqueles que participaram das experiências de aprenderem *in loco*, graças ao empenho dos ministros da Guerra, na primeira década do século XX, que apoiaram o vanguardismo bélico e industrial, para o Brasil, da Europa do pós-guerra.¹²⁴ Nesse contexto, desenvolvem-se vários problemas, que antepuseram às elites políticas e o Exército, entre os quais, o “Caso das Cartas Falsas”, já mencionado anteriormente, mas que explicitam a problemática da época. As cartas atribuídas a Arthur Bernardes

¹²¹ Op. Cit., pp. 89-94.

¹²² SODRÉ, Op. Cit., pp. 213-215.

¹²³ Idem, pp.218-219.

¹²⁴ CARVALHO, Op. Cit., pp. 24-29.

ofendendo Hermes da Fonseca e o Exército, além do candidato à presidência da oposição, Nilo Peçanha.

1.7 O Clube Militar e a Revolução de 1930.

O marco histórico que representou a Revolução de 1930 é de difícil interpretação, podendo criar problemas elucidativos¹²⁵ para quem procura definir a visão histórica do seu sentido, ainda mais se incluirmos o papel dos militares que nela agiram em especial os do Exército, e que desembocaram naquelas transformações políticas, econômicas e sociais, por que passou a sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX. A Revolução de 30¹²⁶, por si só, já traz em seu bojo, diferentes significados sobre o seu sentido e ainda mais tendo a efetiva participação de diferentes segmentos do Exército, atuantes em suas próprias proposições políticas desde fins do século XIX, tornava-se um fator complicador a mais.

Para facilitar nossa exposição do tema, já que o nosso objeto central de trabalho é a compreensão de como elementos do Exército atuaram sobre a sociedade, avaliaremos as manifestações políticas ocorridas dentro no Clube Militar, no período do Segundo Governo Vargas. Tais expressões políticas ocorrerem nas disputas sucessórias travadas entre os nacionalistas e os internacionalistas liberais, pela sucessão da diretoria do clube, e agiram como pano de fundo para a verdadeira pendência: definir qual seria o caminho seguido pelo país em sua busca por um desenvolvimento capitalista.

Nenhum dos dois grupos pretendeu outra forma de encaminhar o processo desenvolvimentista, nunca se pensou num processo socialista ou comunista, sempre se desejou a industrialização no modelo capitalista, a dúvida que se apresentava foi de um caminho autônomo ou dependente, nacionalismo liberal, burguês ou internacionalismo liberal, burguês. A isso chamamos modernização conservadora, modernizar sem convidar operários, trabalhadores rurais, setores populares e dependentes da sociedade brasileira. É por isso, que usaremos essas disputas como o foco de nossa análise.

Após a vitória do movimento aliancista, as disputas dentro das diferentes facções que compunham o Exército nacional eram intensas,¹²⁷ ao mesmo tempo em que as dissensões entre a alta oficialidade e os oficiais de baixa patente, além das disputas entre esses e as praças, especialmente sargentos e suboficiais, tornaram-se

¹²⁵ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Forense Universitária, 1989, pp. 173-179.

¹²⁶ Op. Cit., pp. 178-179.

¹²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Zahar, 2005.

insustentáveis, dentro das concepções de afirmação da unidade da classe militar, projetadas pelos principais líderes militares para a Força.¹²⁸

Externa e internamente, o Exército sofria com um clima de insegurança e fragilidade que marcava a sociedade e a nova fração da elite política brasileira que chegava ao poder com a Revolução, a dos industriais paulistas, guindada ao controle do Estado pelos aliancistas. Por isso, a ação dos elementos militares mais integrados aos objetivos da Revolução, procurou o ordenamento, à disciplina e à unidade ideológica da Força, principalmente após um período conturbado de agitações, protestos e revoltas,¹²⁹ marcado pelos confrontos entre os diferentes grupos que formavam a cadeia de comando, de sargentos até oficiais gerais, passando pelos diferentes estamentos de oficiais.

Além disso, os oficiais estavam assinalados de influências políticas e ideológicas variadas, à esquerda e à direita do espectro doutrinário: comunismo (principal fantasma a assombrar todos os envolvidos na derrubada da Primeira República), socialismo, integralismo ou o puro intervencionismo ditatorial. Dar unidade a essa variedade de concepções filosóficas políticas, exigiu uma atuação firme, até mesmo repressiva por parte daqueles que chamaremos de “moderados”: a fusão de neutralistas e reformistas.¹³⁰

Aqui teceremos algumas considerações sobre esses movimentos. O primeiro a ser destacado por nós será o comunismo, representado pelo mais destacado participante do movimento tenentista, o capitão Luís Carlos Prestes, que, a partir Coluna Miguel Costa-Prestes, ocupou o pensamento e as ações de sucessivos líderes governistas, e que continuou no período varguista e, porque não dizer, de seus sucessores, dos militares e de elementos da direita, como o integralista Plínio Salgado, preocupados todos com uma possível mobilização das massas por ele e que levaria o país a bolchevização.

O comunismo, como de resto outros movimentos sociais, ficou em ‘recesso’ durante os anos iniciais do estabelecimento do governo provisório de Vargas, ainda mais com a Revolução Constitucionalista de 1932,¹³¹ atraindo o foco da Aliança após sua deflagração, mas com o fim da reação paulista e a convocação da Constituinte certa

¹²⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil. Civilização Brasileira*, 1979.

¹²⁹ CARVALHO, Op. Cit., pp. 71-73.

¹³⁰ Idem, pp. 75-75.

¹³¹ MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. Editora Companhia das Letras, 2007, pp. 395-400.

tranquilidade permitirá ao Estado varguista organizar uma administração capaz de levar à diante os projetos dos renovadores da política brasileira. Nova instabilidade dar-se-á com a Intentona Comunista de 1935,¹³² aí os movimentos socializantes serão perseguidos e reprimidos, como as manifestações de elementos pertencentes ao Exército e que pretendiam promover uma revolução de base popular.

O socialismo ficou pouco acessível à sociedade, que deu maior atenção ao comunismo e ao anarquismo, e mesmo entre os trabalhadores teve pequena influência. Houve aqueles que julgaram ser possível atuar nesse espectro político através de uma democracia-cristã, mas que teve pouca perspectiva visto o conservadorismo da Igreja Católica brasileira naquele período, levando a que proeminentes representantes da Igreja nacional, como D. Helder Câmara ou Tristão de Ataíde, dessem o seu apoio ao integralismo e não ao socialismo.

Já o integralismo, expressão brasileira do fascismo europeu, que tanta admiração causava a seu fundador, Plínio Salgado, ganhou significação e apoio popular e de partes da elite conservadora, após a fracassada ação da Intentona. Ele teve uma existência efêmera, devido a repressão violenta contra si, levada a efeito pelo governo de Vargas, após a sua tentativa de golpe em 1938, mesmo após aquele receber todo o apoio deste, quando da implantação do Estado Novo, em 1937. Esperando tornar-se herdeiro partidário do Estado Novo, o Integralismo foi perseguido e extinto dentro da proposição estado-novista do fim de todas as expressões político-partidárias.

E é por isso que chamaremos a atenção, nesse momento, para certo esvaziamento do Clube Militar, condicionado ao aparecimento, um pouco depois da implantação do Estado Novo, como centro político-partidário, e não mais como um centro de poder, do Clube 03 de Outubro¹³³, organização fundada na proposição de agir em nome de civis e militares, em oposição aos grupos políticos tradicionais, que haviam sobrevivido à instituição do regime revolucionário aliancista.

Entretanto, as ações conspiratórias e abertamente revolucionárias dos setores militares ali presentes, esgota rapidamente as aspirações de muitos civis e de alguns representantes, atuantes e importantes, do próprio Clube 03 de Outubro e ele,

¹³² VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. Companhia das Letras, 1992.

¹³³ ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Verbete Clube 03 de Outubro, Editora FGV, 2015.

assim, encerra sua existência, sem produzir as mudanças defendidas, pela desocupação, política e física, em 1932.

Parece-nos, a partir daí, que a análise realizada pelas obras sobre o tema, destaca que o papel do Clube Militar, como de resto em toda sociedade brasileira, com o Golpe de 1937 e a instituição do Estado Novo, garantindo a modelagem de um sistema adequado aos interesses políticos de Vargas e dos militares, proporcionando certo ‘abafamento’ sobre os locais e os espaços de atuação da oposição ou, apenas, de impedir e de objetar os valores, ações, medidas ou qualquer outro questionamento às disposições do Estado ditatorial imposto por Vargas a sociedade brasileira.

O Estado Novo garantiu aos seus elaboradores, um controle efetivo sobre a vontade e a opinião de todos, inclusive das classes armadas, Exército e Armada, através de uma violenta repressão, indistinta, sobre a sociedade. O Clube Militar, nesse momento, permanece apenas como um núcleo social e de lazer para as Forças Armadas, vindo a retomar suas ações após a queda de Vargas e a “imposição da nova ordem”,¹³⁴ durante o governo de Dutra, em especial, após se deflagrar a “Campanha do Petróleo é Nosso”, liderada por membros importantes do nacionalismo das Forças Armadas.

Será assim que os nacionalistas imporão, mesmo que temporariamente, o seu discurso e seu ideal desenvolvimentista, marcando o período entre os dois governos de Vargas, apesar de uma crescente oposição que foi ganhando força e prestígio, até culminar na morte de Vargas, em 1954 e, mais tarde, no Golpe Civil-Militar de 1964, ponto alto de militarismo nacional.

¹³⁴ SODRÉ, Op. Cit., pp. 304-308.

Capítulo 2:

O Clube Militar e o Nacionalismo da primeira metade do século XX.

O nacionalismo não é o despertar de uma velha força, latente e adormecida, embora seja assim que de fato se apresenta. É, na realidade, a consequência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas eruditas, profundamente interiorizadas e dependentes do fator educação, sendo cada uma delas protegida pelo seu próprio Estado.¹³⁵

2.1 Pensamento Político Militar: dialogando com a historiografia.

Nesse momento, ao aprofundarmos o diálogo com a bibliografia utilizada na pesquisa, identificamos em parte dessa literatura, aquela que explora assuntos como a formação de um pensamento político entre os militares, certa anuência sobre os caminhos traçados pelas Forças Armadas, principalmente o Exército, observadas, por exemplo, em Nelson Werneck Sodré,¹³⁶ Celso Castro,¹³⁷ Alain Rouquié.¹³⁸

Como também obras que exploram os conceitos de construção de um pensamento político para os militares, em contraposição as influências de ideologias atuantes no período do entre guerras (1919-1939), como o fascismo, o comunismo e o socialismo, nesse caso explorados em obras como as de José Murilo de Carvalho,¹³⁹ Alfred Stepan,¹⁴⁰ André Moysés Gaio¹⁴¹ e Oliveiros S. Ferreira,¹⁴².

Tentaremos demonstrar as consequências desse momento histórico e as definições e afirmações por que passou o Exército após a intensificação dos debates sobre o nacionalismo ou o internacionalismo como o caminho para o Brasil e, em última análise, para a definição da ideologia dos militares.

Por 'Espaço Político' se entende a área de conflito que constitui a base da relação entre eleitores e partidos, num dado sistema político e num certo momento histórico. Todo sistema político é caracterizado por certo número de conflitos: conflitos sobre a distribuição da renda, sobre a intervenção do Estado na economia, sobre as relações Estado-Igreja, ou então conflitos de natureza linguística, étnica, e por aí além.¹⁴³

¹³⁵ GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo: traçjetos*. Lisboa, Gradiva, pág. 77, 1993.

¹³⁶ SODRÉ, Op. Cit., 1965.

¹³⁷ CASTRO, Op. Cit., 2004.

¹³⁸ ROUQUIÉ, Op. Cit., 1980.

¹³⁹ CARVALHO, Op. Cit., 2005.

¹⁴⁰ STEPAN, Alfred C.; TRONCA, Ítalo A. *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Ed. Artenova, 1975.

¹⁴¹ GAIO, Op. Cit., 1997.

¹⁴² FERREIRA, Oliveiros S. *Vida e Morte do Partido Fardado*. Senac, 2000.

¹⁴³ BOBBIO, Op. Cit., p. 392, 1998.

Ao tratarmos dos dois períodos de governos de Vargas, relacionaremos aos objetivos políticos dos militares, especialmente os propósitos do Exército naquela ocasião, em abordagens de autores como Maria Celina D'Araújo,¹⁴⁴ Alfred Stepan,¹⁴⁵ e Lígia Osório Silva,¹⁴⁶ que interpelam o tema demonstrando a existência de uma disputa política entre os setores nacionalista e internacionalista, relacionando-a com uma ação formal por parte de grupos de militares, expressas, por exemplo, em contestações políticas ocorridas nas eleições para a presidência no Clube Militar, ou ainda, que se exprimiam na afirmação de uma dada pedagogia a ser adotada na Academia Militar, para melhor qualificação profissional dos oficiais.

Quanto à maneira de como se deu a constituição do novo *modus vivendi* do Exército brasileiro, no período que engloba nosso trabalho, nos aproveitaremos basicamente, da obra *Forças Armadas e Política no Brasil*, de José Murilo de Carvalho que, em seu segundo capítulo, *Política no Brasil: 1930-1945* pondera sobre a participação da força terrestre na estruturação de um poder político dominante, após a Revolução de 1930, período em que Getúlio Vargas foi a mão firme, como presidente provisório, depois de eleito indiretamente, mas constitucionalmente, pelo Congresso e, após o Golpe de 1937, como chefe de um regime autoritário até fins de 1945.

A Primeira República no Brasil foi marcada por agitações políticas intensas, particularmente com o movimento sindical e a fundação do Partido Comunista, que atuaram na renovação do pensamento nacionalista, mesmo que de maneira indireta. O nacionalismo da primeira metade do século XX influenciou as Forças Armadas, particularmente o Exército, gerando uma quebra de ordem na força, e assustaram as elites nacionais que temeram a perda de poder.

Cabe ressaltar que, do ponto de vista histórico, desde sua fundação no Brasil, em 1922, o partido comunista foi atraindo uma parte significativa de elementos de diferentes camadas sociais para sua posição ideológica, como operários, intelectuais e representantes das Forças Armadas, por oferecer a oportunidade de mudanças sociais concretas, esperadas por muitos militares, especialmente entre os soldados, cabos, sargentos, suboficiais.

¹⁴⁴ D'ARAÚJO, Op. Cit.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ SILVA, Lígia Osório. *Projeto Nacional e Politização das Forças Armadas*. In *Militares e Política no Brasil*. BARBOSA, Jefferson Rodrigues et alii. 1ª Edição, SP, Expressão Popular, 2018.

E é em resposta a esse temor que se mobilizou uma considerável quantidade de processos repressivos de parte das classes dominantes e que marcaram os anos 1930, especialmente quando do aparecimento fascismo, particularmente o movimento integralista,¹⁴⁷ que em um curto, mas significativo período, compreendido entre 1932 e 1938, agiu fortemente contra as manifestações comunistas. Não podemos nos esquecer de destacar as perseguições realizadas também contra os defensores de um sindicalismo livre e do socialismo que também se manifestaram.

Com relação ao internacionalismo, ficava patente que os grupos liberais - setores militares, industriais dos setores de serviços e bancário, seguros, bens duráveis - que apoiavam as demandas do liberalismo estavam pautados nas necessidades de um desenvolvimento conexo com a experiência e o *know how* já alcançado pelos países de capitalismo mais avançado.

Essa presunção estava ligada aos custos mais elevados que teria a produção industrial realizada no Brasil, pela deficiência tecnológica e aos valores necessários para adequar o Estado brasileiro, para o desenvolvimento de uma estratégia industrial autônoma capaz de promover as mudanças necessárias como a siderurgia de base, a exploração de petróleo e a produção de energia elétrica. Na visão desses representantes do processo dessa forma de industrialização, era mais fácil e barato utilizar o capital e a larga experiência internacional.

Para que compreendamos o significado dessas proposições, será importante que avaliemos os ideais propostos pelos dois grupos, observando o que foi dito e ficou registrado nas atas das reuniões realizadas no Clube Militar no período especificado para nosso trabalho. Será, por meio dos artigos enunciados na revista produzida pelo clube, possível estabelecer uma forma de comparação e confronto, entre as questões relevantes apresentadas para o período de nossa pesquisa. Tal exame será importante, já que nos documentos destacados encontraremos com certeza elementos representativos do ideal dos grupos em disputa ideológica.

Sejam nacionalistas ou internacionalistas, as suas opiniões foram expressas nas propostas registradas nas atas ou defendidas na revista do Clube e, conseqüentemente, encontraremos divulgadas as opiniões dos representantes do Alto

¹⁴⁷ Movimento político de extrema-direita, denominado Ação Integralista Brasileira, de inspiração fascista, fundado em 1932 e extinto em 1937, que foi revivido em 1945 sob a sigla do PRP (Partido de Representação Popular).

Comando, além das opiniões que expressavam o pensamento da classe empresarial e/ou política, ao lado das expectativas da baixa oficialidade.

E não podemos descartar a necessidade de esclarecimento sobre as condições históricas e uma investigação dos antecedentes que induziram, naquele momento preciso, um confronto entre as forças representadas pelo nacionalismo e liberalismo pró-EUA anunciado pelos internacionalistas, visão dicotômica de um projeto político tão diferente, que veio a provocar uma ruptura, tendo como uma de suas culminâncias o suicídio do presidente da República.

É nossa crença que as manifestações intelectuais e partidárias desses segmentos do Exército brasileiro, e que atuavam dentro do Clube Militar, particularmente no período de 1950 a 1955, operaram na busca de ações que refletissem a afirmação de um caráter ideológico único para o Exército, baseado nos valores que caracterizam a força, como: a disciplina, a honra, o respeito à hierarquia etc., desde sua constituição, valores que se coadunassem com o projeto de modernização vigente nos países mais desenvolvidos.

Esse processo de adequação permitiria uma formação profissional alicerçada sobre um significado político íntegro e unitário para toda a força militar dentro do país, como aquele defendido por homens como Góes Monteiro, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, especialmente no que dizia respeito à condução dos rumos políticos do Estado brasileiro, sustentado por um Exército unido, disciplinado e coeso.

No período já citado do segundo mandato de Vargas, foram perceptíveis as manifestações dessa conduta política, na forma das disputas pela presidência do Clube Militar, que refletiam os debates políticos dentro do Estado, principalmente em relação ao ideário nacionalista,¹⁴⁸ que, no caso brasileiro, era representado pela procura de um desenvolvimento estatizante autônomo, mas sem a participação das camadas populares da sociedade brasileira. Por isso, ele era às vezes confundido pelos grupos defensores do liberalismo, como uma expressão dos conceitos econômicos e políticos marxistas, principalmente para membros das Forças Armadas, especialmente, do Exército.

Essa confusão ideológica estava ligada aos objetivos de mudanças que os militares nacionalistas imaginavam para o país, especialmente os projetos modernizadores com o apoio de uma melhor exploração dos recursos minerais. Isso exigiria um tratamento diferenciado para a utilização da terra, além do controle dos

¹⁴⁸ HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780, 1990*, p. 15.

recursos naturais, principalmente aqueles considerados estratégicos e que propiciavam a acumulação de grande quantidade de capitais para o país. Nessas condições havia certa semelhança entre os ideais nacionalistas e comunistas. Entretanto, jamais passou pela cabeça dos nacionalistas apoiarem os conceitos marxistas, exceto, é claro, militares comunistas, poucos, mas que existiam. Ou seja, modernização sim, mas sem a presença dos representantes dos grupos políticos representantes das camadas populares: fossem comunistas, socialistas, sindicalistas ou quaisquer outros.

Os grupos políticos mais atuantes na sociedade brasileira, como, por exemplo, os setores agrários mais modernos, os industriais e mesmo as classes médias urbanas que tendiam a encarar esses debates entre nacionalistas e internacionalistas como se fossem episódios políticos, que importariam uma declaração de desordem social. Por isso, os setores internacionalistas apoiavam medidas que procuravam impor limites à ação da obra política e social de Vargas ¹⁴⁹ que, em sua perspectiva do que era ordem, prejudicaria a consolidação de seus interesses políticos e econômicos.

Por essa razão, buscavam impor sua hegemonia política, a fim de provocar mudanças políticas que lhes permitissem agir sobre toda a sociedade brasileira, especialmente após a legislação social elaborada por Vargas, com destaque para as leis trabalhistas e isso se expressou de forma evidente nas disputas sucessórias que ocorreram no Clube Militar pela presidência da entidade, principalmente aquelas que coincidiram com a eleição para presidente do Brasil, em 1950 e 1954.

A interpretação do tema que atravessa nossa problematização deve nos permitir compreender o significado do discurso político-ideológico dos membros militares e, em vários momentos, dos civis, pertencentes aos quadros do Clube Militar. Por isso, desejamos, também, enunciar as disputas políticas e partidárias dentro das forças militares, especialmente no Exército, em relação ao desenvolvimento econômico autônomo ou não para o Brasil – Nacionalismo ou Internacionalismo. Esse questionamento terá como base a proposta ideológica de general Góes Monteiro, apresentada em seu livro,¹⁵⁰ sintetizada na frase: “fazer a política do Exército e não fazer a política no Exército”, produto do início dos anos trinta e de profunda influência sobre os elementos da caserna.

¹⁴⁹ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Editora FGV, 2015.

¹⁵⁰ MONTEIRO, Op. Cit.

Vários autores têm procurado entender as ações que propiciaram as instabilidades na força de terra, e que buscaram demonstrar seus reflexos e/ou influências na sociedade nacional. Podemos destacar, entre eles, Alain Rouquié (1980), José Murilo de Carvalho (1999) e Nelson Werneck Sodré (1968), entre outros que serão por nós utilizados, e que, usando abordagens um pouco diferentes, apresentaram interessantes análises sobre as formas de pensar, tanto do Alto Comando como da oficialidade.

Mesmo que cada um desses autores proponha uma visão, crítica e interpretativa com algumas variações, desse ator político tão expressivo, todos estão de acordo com sua importância e seu status para a análise e interpretação de vários fatos marcantes, ocorridos durante boa parte do século XX, principalmente se levarmos em consideração o rico acervo de obras por eles elaboradas e que muito bem representam essa interpretação. Podemos citar como destaque a obra de Celso Castro, onde ele faz uma análise sociológica sobre o Exército.

Inclusive é possível ponderar sobre a produção historiográfica, de Alain Rouquié, *Estado Militar na América Latina*¹⁵¹ (1984) e *Os Partidos Militares no Brasil*¹⁵² (1980), onde o autor com grande conhecimento sobre o funcionamento da instituição discute as relações entre ideologia do Exército e suas manifestações práticas entre os membros da instituição, além das relações entre os diferentes estratos da instituição ou suas afinidades com diferentes atores da sociedade civil.

O Segundo Governo Vargas foi dominado pela incerteza da sociedade brasileira quanto à sua proposta econômica e política como governante. Sendo essa questão intensamente acirrada através da imprensa, em sua maioria influenciada pelos interesses da União Democrática Nacional¹⁵³ (UDN), coligação política que expressava a insatisfação dos setores político-econômicos ligados aos interesses internacionalistas, além daqueles que temiam uma nova ditadura de Vargas, agora com amplo apoio ‘popular’.¹⁵⁴

A reação de parte dos militares ligados aos interesses internacionalistas, para com as propostas de Vargas, acontecia menos pelas propostas em si mesmas e mais

¹⁵¹ ROUQUIÉ, Alain. *Os Militares e o Estado na América Latina*. Universidade da Califórnia Press, 1987.

¹⁵² ROUQUIÉ, Alain et alii. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

¹⁵³ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 77-91, 1981.

¹⁵⁴ GAIO, André Moysés. *Em busca da remissão: a mobilização militar pela democracia*. Editora UEL, 1997, pp. 27-32.

relacionada à sua aparente sujeição aos interesses do operariado, interesses esses que se expressavam nas influências que esses grupos pareciam ter sobre suas decisões de governo, ou seja, pela verdadeira interdependência entre eles, grupos populares, e Vargas presidente.

O grupo político empresário-liberal, temendo novos avanços sociais, quer por uma nova e ampliada legislação social quer pelas relações trabalhistas já estabelecidas por Getúlio Vargas, viam nessas suas afinidades com as classes trabalhadoras uma ameaça a suas expectativas políticas e econômicas. Uma análise minimamente cuidadosa demonstra a fragilidade política do presidente, que passou a se vincular mais aos setores populares. Isso acabou por prejudicar a visão que possuíam dele, os setores políticos dominantes: setor agrário-exportador, setor industrial e o setor militar.

Ou ainda mais, pela influência que Getúlio parecia exercer sobre os ‘trabalhadores’, passando os setores conservadores a julgá-lo um apoiador/estimulador dos movimentos de esquerda.¹⁵⁵ Setores das Forças Armadas, ligados aos interesses internacionalistas (Cordeiro de Farias, Juarez Távora, entre outros), passaram a agir contra Vargas, não só sob o ponto de vista político, mas também de maneira golpista, pois, diferente do seu período anterior, ele não contava agora com o apoio integral desses setores e nem de suas lideranças políticas.

Como parte desses críticos do setor militar, temos, em especial, os chamados sorbonistas,¹⁵⁶ representantes do Alto Comando, formados sob a influência da Missão Francesa (1919-1939), que possuía uma formação técnica sólida, fora do Brasil e ligados aos Estados Unidos desde a presença brasileira na Itália, que sempre haviam criticado ferozmente Vargas, quando da criação da Petrobrás e da Eletrobrás, e lutavam fortemente contra as suas outras opções nacionalistas.¹⁵⁷

Outros problemas menores decorreriam das críticas as suas relações, como presidente, a elementos de comportamento questionável, como seu Chefe de Segurança, Gregório Fortunato,¹⁵⁸ ou ainda suas relações conturbadas com alguns grupos políticos

¹⁵⁵ GOMES, Op. Cit., pp.189-194.

¹⁵⁶ Discurso de Despedida da Presidência da ESG do gen. Cordeiro de Farias, publicado no jornal “A Tribuna da Imprensa”, in BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Verbete Juarez Távora, Editora FGV, 2015.

¹⁵⁷ GAIO, Op. Cit., pp. 23-30.

¹⁵⁸ BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Verbete Gregório Fortunato, Editora FGV, 2015.

ligados a UDN,¹⁵⁹ ou ainda com figuras de destaque na imprensa, como os jornalistas Carlos Lacerda¹⁶⁰ (Tribuna da Imprensa) e Assis Chateaubriand¹⁶¹ (Diários Associados).

E a partir do atentado contra a vida de Carlos Lacerda, com a morte do Major Rubens Vaz,¹⁶² sobrevém um intenso processo de acusações e censuras contra Getúlio, cuja situação torna-se insustentável, com seu governo indo em direção de outro golpe e nova deposição, fato que só é evitado com seu suicídio. Nos dias entre o atentado e o suicídio, o Alto Comando das Forças Armadas reuniu-se no Clube Militar¹⁶³ para buscar soluções e decidir as medidas cabíveis contra Vargas, inclusive tendo sido objetado se seria possível deflagrar de um golpe, proposição apresentada pelos representantes da Aeronáutica.

O que poderíamos considerar a respeito do significado do suicídio para a queda do segundo período varguista? Logo após a descoberta do sucedido a Getúlio Vargas, o povo foi à rua protestar contra todos aqueles que haviam acusado, criticado, afirmado que o presidente era o culpado por tudo que ocorrerá. Várias manifestações contra os que queriam a deposição de Vargas, como jornalistas, políticos, militares etc. Em contra partida, a repressão aos adversários dos militares internacionalistas foi intensa, ao ponto deles se consolidarem no controle do Clube Militar, ao ponto de garantirem a presidência até 1956.

Para alguns historiadores o suicídio foi o mecanismo que refreou uma tentativa golpista que se afirmava desde o caso da Rua Toneleiros, condição que, para muitos, representou o último feito político de Getúlio Vargas.¹⁶⁴ As repercussões foram enormes, tendo inclusive a população se revoltada contra todos àqueles que antes difamavam o presidente, como exemplo podemos apontar o tumulto e depredação das instalações do jornal “O Globo”¹⁶⁵, no dia seguinte da morte de Vargas. Ou a tentativa de impedir a posse do vice-presidente e a posse do presidente eleito Juscelino Kubistchek, sob o patrocínio do ministro da guerra Henrique Lott.

¹⁵⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 83-86, 1981.

¹⁶⁰ BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Verbete Carlos Lacerda, Editora FGV, 2015.

¹⁶¹ BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Verbete Assis Chateaubriand, Editora FGV, 2015.

¹⁶² BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Verbete Atentado da Rua Toneleros, Editora FGV, 2015.

¹⁶³ Ata da Assembleia Extraordinária de 18 de Agosto de 1954.

¹⁶⁴ CARVALHO, Op. Cit., pp. 114.

¹⁶⁵ FERREIRA, Op. Cit., pp. 309-311.

É nesse contexto que estaremos analisando as demandas, as expectativas e as aspirações do Exército, que se expressaram nas reuniões do Clube Militar, com a participação de alguns elementos civis da política brasileira, em geral ligados a UDN, interessados em afastar Vargas do poder. É possível classificar esse instante da vida nacional, como uma intersecção de projetos políticos, econômicos e sociais, onde se exteriorizavam as aspirações de diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Os grupos políticos apartados do poder desde a Revolução de 1930 em busca de ‘redenção’;¹⁶⁶ grupos empresariais tendentes a ver nos avanços sociais, obstáculo a seus objetivos hegemônicos e, logo, pretendendo reverter esses avanços das classes trabalhadoras;¹⁶⁷ grupos militares pretendendo impor sua legitimidade como representantes do Estado,¹⁶⁸ trabalhadores, sindicalistas, grupos sociais de esquerda, em busca de afirmação de suas proposições políticas etc., são representantes daquela intersecção.¹⁶⁹

E todos esses litígios, imaginávamos, seriam discutidos pelos diferentes segmentos das forças militares brasileiras, através de seus oficiais subalternos (primeiro e segundo tenentes), intermediários (capitães) e superiores (major, tenente coronel, coronel) e os generais, nos encontros, nas reuniões, ordinárias e extraordinárias, mas a análise do material disponível demonstrou que as revistas do Clube Militar, nos artigos publicados proporcionavam os maiores subsídios, como os números 107, 108, 109 e 110. Assim, esses momentos que repercutiram as aspirações e os projetos do novo Exército, na sua busca por uma verdadeira unidade nacional, nascida das construções, instruções, afirmações políticas e desejos de seus variados segmentos e das influências manifestadas pelos militares desde fins do século XIX, nos indicaram as autenticidades de políticas para o Estado.

Assim, a análise das declarações, das opiniões, das considerações políticas e das aspirações ideológicas expressas no Clube Militar poderão oferecer-nos os subsídios históricos para analisar esses projetos de força militar (formação profissional, status político, unicidade de objetivos etc.), das forças militares, expressos pelos Comandos da Marinha e do Exército, e como esses se propagavam na política brasileira.

¹⁶⁶ BENEVIDES, Op. Cit., pp. 77-91, 1981.

¹⁶⁷ Idem, pp. 63-68.

¹⁶⁸ CARVALHO, Op. Cit., pp. 192-194.

¹⁶⁹ FERREIRA, Op. Cit., pp. 131-134.

O Exército pretendia que essas mudanças afirmassem uma melhor representação da força na sociedade, dando-lhes a condição de serem os exemplos para os diferentes elementos sociais da comunidade brasileira do ser cidadão e do servir a pátria. Buscando, assim, influir sobre os destinos do país, esperando que, ao mesmo tempo, que esse processo refletisse e reafirmasse os padrões da instituição, como resultado da formação profissional da sua oficialidade.

Segundo nos confirma Carvalho,¹⁷⁰ após o Golpe de 1930, o Exército emergiu como uma força política buscando marcar seu espaço de poder no Brasil, mas dividido em seus propósitos de atuação ideológica sobre esse mesmo poder – num conjunto de agitações internas e, até mesmo, externas a ele – mas, com outro golpe, o de 1937 consolida seu projeto de unidade institucional, como havia preconizado Góes Monteiro em sua obra conceitual sobre a atuação política da força militar.¹⁷¹

Essa unidade institucional será atingida em meio às mudanças das forças políticas nacionais, que afetavam diretamente a composição do aparelho militar,¹⁷² como na Intentona Comunista, em 1935, ou a tentativa do putsch Integralista, auxiliando na afirmação de novas teorias organizacionais para a força, como aquela expressa pelo General Góes Monteiro,¹⁷³ objetivando consolidar as relações da organização militar com o Estado e a sociedade em geral na Era Vargas, reveladas em disputas como a das praças e as conspirações relacionadas a golpes contra o poder civil e/ou cúpula de comando.¹⁷⁴

Também será discutida pelo autor daquele texto,¹⁷⁵ a divisão ideológica que marcava a Instituição, onde, de um lado, ocorria a separação de interesses de oficiais reformistas e dos chamados neutralistas – “grande mudo” – e, de outro lado, a relação político-ideológica entre os civis e os próprios militares. Onde tais conflitos puseram em destaque um terceiro grupo, os intervencionistas, ligados por uma aliança, aos que desejavam um Exército profissional,¹⁷⁶ relacionados à fração dos defensores da intervenção golpista.¹⁷⁷

¹⁷⁰ DE CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Zahar, 2005, pp. 73-75.

¹⁷¹ MONTEIRO, Op. Cit., p. 193.

¹⁷² CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1ª ed., 2002, pp. 38-49, Coleção Descobrimos o Brasil.

¹⁷³ CASTRO, Op. Cit.

¹⁷⁴ GOMES, Op. Cit., pp. 321-351.

¹⁷⁵ DE CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Zahar, 2005, pp. 102-118.

¹⁷⁶ CARVALHO, Op. Cit., pp. 13-61.

¹⁷⁷ SODRÉ, Op. Cit., pp. 177-197.

Essa situação de buscar consolidar um conceito próprio, enfrentando a presença de tantas influências ideológicas (integralismo, comunismo etc.), gerando a formação de diferentes grupos políticos que expressavam as diferentes facções ou como afirmou Alain Rouquié, “partidos militares”,¹⁷⁸ marcará fundamente o período, deixando uma sensação de incerteza política entre os grupos dirigentes políticos e econômicos, criando a expectativa de uma constante ameaça, que pairava sobre o regime autocrático. Mesmo assim, foi essa Instituição que mais apoio deu ao regime varguista, em especial durante o Estado Novo.¹⁷⁹

Findo o período do Estado Novo com o término da Segunda Guerra, Vargas, deserdado pelo Exército viu a força de terra manter o apoio ao seu sucessor, Eurico Gaspar Dutra, permanecendo como o esteio da manutenção de seu próprio papel preponderante na política nacional, expresso na conservação de avalista de um Consulado¹⁸⁰ militarista. A ordem dominante e sustentáculo do poder agiram de maneira firme e contundente, através de uma intensa repressão aos adversários do presidente Dutra.¹⁸¹ Assim, o Exército só voltará à ordem política e econômica quando do período após a renúncia de Jânio Quadros, em 1964. Foi a ameaça de desordem social e o avanço do risco de uma revolução comunista, pelo menos era o que acreditavam os setores mais radicais do movimento revolucionário civil-militar.

Entretanto, apesar da busca por uma unidade ideológica estar consolidada, não podemos desconsiderar que a constituição de uma manifestação institucional plena ainda não havia sido realizada. Devemos ainda avaliar, que as reuniões realizadas no Clube Militar, demonstravam exatamente como essas opiniões tão diversas, não necessariamente conservadoras, ou mesmo reacionárias continuavam a provocar dissensões dentro da força. Mas, com certeza, são encontros dos diferentes grupos, com suas visões políticas, econômicas e sociais bastante conflitantes.

Grande exemplo foram os embates entre nacionalistas e internacionalistas, mesmo quando a campanha pela defesa dos recursos minerais nacionais representasse um fator de união entre esses grupos. Assim, podemos concluir, utilizando o próprio estatuto do clube que na teoria teve pouco a ver com a realidade: “O Clube manter-se-á

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Idem, pp. 270-288.

¹⁸⁰ Comparação realizada por Néelson Werneck Sodré, em seu livro *Memórias de um Soldado*, em que o autor procura inspirar o apoio, a Dutra na presidência, pelo Exército, como aquele oferecido a Napoleão, em 1799, pelo exército francês.

¹⁸¹ PEIXOTO, Antônio Carlos. *O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)*. In Rouquié, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Ed. Record, RJ, 1980.

estranho em matéria de religião, de política partidária ou de discriminação de qualquer natureza, sendo vedada a cessão de suas dependências para reuniões que objetivem tratar de tais assuntos”¹⁸².

O que nos importou foi que eles pareceram atender, na prática, aos variados grupos de interesses econômicos, políticos ou sociais, presentes em nosso estudo, mesmo que apenas para garantir sua posição de liderança. Alguns até, se apresentaram utilizando tais definições de uma maneira incerta. Para nossa conceituação, duas coisas precisaram atuar firmemente como matrizes a serem observadas: a busca por legitimação de valores como força militar e que as proposições políticas apresentadas pelo Exército, e por os seus postuladores.

Para a força terrestre o que se considerava como nacionalismo, atendeu as considerações sobre um conceito apoiado na ideia de que uma unidade estava ligada a preservação, a defesa, dos aspectos estratégicos das riquezas do país, protegidos pelo Estado e a vigilância das forças armadas, muito diferente daquilo que foi discutido em partes iniciais do trabalho, principalmente estudando conceitos de nação, nacionalismo e nacionalidade, explorados por Eric Hobsbawm e Ernest Gelner.

2.2 O Clube Militar e o Nacionalismo do Século XX

Na Primeira República, certa estabilidade é estabelecida após o marechal Floriano Peixoto deixar a presidência e as forças políticas representadas pelos grandes estados produtores assumirem o poder. Era um novo cenário político, que dominava a cena política, quando foi alçado, Prudente de Moraes, à presidência da República, representante da oligarquia cafeeira paulista. E é a partir dessa mudança, que compromissos como a política do café com leite, serviram para que essas forças políticas tradicionais fortalecessem os seus interesses hegemônicos.

Após a Primeira República, imaginavam os setores empresariais conservadores, com sua visão sobre o projeto político nacional, que a ação social varguista deixava aberta a porta para a livre atuação dos setores populares, com uma presumível intervenção dos comunistas sobre os trabalhadores e sobre a pequena burguesia urbana.

Mesmo assim, consideramos ser difícil aceitar essa visão elitista, pois naquele momento predominava a maior influência dos sindicatos, e em menor escala

¹⁸² Do Primeiro Estatuto do Clube Militar, TÍTULO I, CAPÍTULO I, Seção I, Art. 1, §6, 1887.

dos anarquistas. Mesmo assim, separar completamente a influência das novas proposições políticas, tais como o socialismo, o comunismo, o fascismo, apesar de ocorrerem em momentos diferentes, dos avanços sociais pretendidos pelos segmentos políticos mais modernizantes, e que se apresentavam nas lutas de afirmação e defesa da exploração autônoma dos recursos naturais do país, principalmente por conta da intransigente defesa da concepção nacionalista.

Pelo menos era o que estavam defendendo setores ‘mais ligados ao pacto social’ dentro do Exército, que buscavam, assim, garantir uma atuação política separada das “forças sociais populares” do país, especialmente como forma de oposição ao projeto representado pelos grupos dominantes, que buscavam a prevalência de um plano de crescimento econômico elitista e de hegemonia política.¹⁸³

Não deve ser esquecido que naquele momento, com as grandes mudanças que a revolução aliancista promoveu em favor da aspiração maior de mover o Exército em direção à consolidação de seu ideal político e ideológico. Estruturava-se a afirmação para ser o fiel da balança na sociedade brasileira, além de coadunar esse projeto interno aos seus interesses externos de termos um plano de desenvolvimento nacional. Essa aspiração era buscada desde antes da época das pretensões políticas, profissionalizantes e tecnológicas propugnadas pela “mocidade militar”, pelos “jovens turcos”,¹⁸⁴ em especial a legitimação do papel da força terrestre como fiel da balança política nacional.

Para tanto, buscava-se também, um desenvolvimento industrial concernente com o incremento da equipagem armamentista, passagem exigida e necessária para a modernização e abastecimento das Forças Armadas, questão que se impunha desde meados do século XIX, como decorrência dos conflitos imperialistas das potências europeias e que, com o século XX, especialmente após a Primeira Grande Guerra, exigia-se para a composição de uma força militar eficaz.

Essas disputas pela predominância de uma dada proposição de desenvolvimento, nacionalista ou internacionalista, se manifestam em debates e diferentes questões políticas dentro da agremiação, especialmente nas querelas eleitorais para a direção do clube, onde as propostas administrativas tornam-se o reflexo para as disputas do projeto de desenvolvimento do próprio país.

¹⁸³ CARVALHO, Op. Cit., pp. 26-40.

¹⁸⁴ CARVALHO, Op. Cit., pp. 22-28.

Nessa ocasião, no caso, a primeira metade da década de cinquenta, dentro do Clube Militar, perceberam-se manifestações de um movimento político e partidário, dentro daquilo que foi definido por Alain Rouquié,¹⁸⁵ como sendo os “partidos militares”. Movimentos internos, de diferentes segmentos do Exército, à parte da vontade Força Terrestre, através do qual, os adeptos do nacionalismo e do desenvolvimentismo autônomo, se dispunham a dar ao país um caminho de desenvolvimento independente, com a aplicação de investimentos, na maior parte do Estado brasileiro e, em menor escala, pelo setor privado nacional.

De outro lado, os internacionalistas que eram apelidados na tropa “sorbonistas”, em referência à sua formação intelectual mais elaborada que a de seus pares, e que defendiam a necessidade de apoio dos capitais, da tecnologia e da experiência dos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, num período (anos 1940/50) marcado pela Guerra Fria, no pós-Segunda Guerra Mundial. Além disso, os internacionalistas acusavam aos nacionalistas de praticarem um discurso usado pelos comunistas.¹⁸⁶

Eles entendiam que a proposta nacionalista atuava como uma defesa da obra política e social de Getúlio Vargas, e que em sua perspectiva representaria uma declaração de apoio aos preceitos marxistas - autonomia de gestão da vida pública, preservação dos recursos naturais etc. Seria como uma oposição aos valores capitalistas defendidos pelos americanos do norte e, logo, um obstáculo ao desenvolvimento dos interesses políticos e econômicos de setores empresariais, especialmente industriais no Brasil.¹⁸⁷

Defendiam os internacionalistas uma proposta de país que, em sua expectativa, vislumbravam como o caminho mais estável para o florescimento econômico e de melhor aproveitamento de nossos recursos naturais. Nessas ações, apresentava-se um manifesto apoio ao crescimento da influência liberal estrangeira para criar as condições de nossa consolidação econômica e política, em oposição ao risco do crescimento de propostas que se assemelhavam ao ideário marxista, entre as camadas mais pobres do povo brasileiro.

¹⁸⁵ ROUQUIÉ, Alain et alii. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

¹⁸⁶ D'ARAUJO, Op. Cit., pp.96-98.

¹⁸⁷ Entrevista do Gen. Góes Monteiro ao jornal “*A Tribuna da Imprensa*”, in BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Verbete Juarez Távara, Editora FGV, 2015.

Após a Revolução de 1930,¹⁸⁸ o Brasil passou por grandes mudanças em seus diferentes aspectos:¹⁸⁹ econômicos (desenvolvimento industrial), políticos (ascensão política das classes médias urbanas), em função do crescimento da urbanização e do desenvolvimento industrial, sociais (legislação trabalhista). E um novo grupo político-empresarial (os industriais) começou a busca por estabelecer sua hegemonia sobre o poder nacional, processo concluído nos anos 60 e 70, dando vida nova e, mais moderna, ao segmento econômico, sem, no entanto, excluir definitivamente os velhos setores agrário-exportadores, que foram apenas restringidos em sua expressão política.

Devemos considerar as mudanças econômicas, deflagradas com a ascensão de uma nova elite política e econômica, expressadas em novos setores industriais ligados as dissensões provocadas nas forças tradicionais do setor agrário-exportador, que se dividiram após a escolha, pelo presidente Washington Luís, de Júlio Prestes como candidato à presidência pela situação, rompendo o pacto do Café com Leite, no caso com o ex-presidente mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada¹⁹⁰, e que permitiram uma expectativa de alterações políticas, econômicas e, especialmente, sociais para o país.

Na perspectiva deixada com a cisão entre os setores agrários dominantes, com destaque para os setores agrário-exportadores, atuaram também os grupos dissidentes das classes empresariais ligadas ao capital nacional, uma fração das classes médias urbanas, além dos setores operários e de grupos militares, como os tenentes, que buscavam impor um modelo mais ligado ao liberalismo e a modernização do Brasil. Tal situação reforçou o papel político dominante da burguesia na sociedade brasileira, mesmo que isso não garantisse, num primeiro momento, uma afirmação hegemônica.¹⁹¹

Aqui procuraremos estabelecer algumas considerações a respeito do papel das classes médias urbanas, usando como referencial Boris Fausto¹⁹² em seus conceitos sobre o significado da pequena burguesia na Revolução de Trinta. Sinalizou ele para a questão da inexistência de uma representação política capaz de impactar nas estruturas políticas do país, pelo menos uma que fosse capaz de impor ou sinalizar uma mudança.

¹⁸⁸ CARVALHO, Op. Cit., pp. 62-82.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ FAUSTO, Boris. *A Revolução de Trinta, historiografia e história*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1970, pp. 29-37.

¹⁹¹ FAUSTO, pp. 74-93.

¹⁹² Idem, pp. 84-93.

Que mais provavelmente não tenha havido uma atuação, apenas se expressou como apoio aos grupos dissidentes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que procuravam alavancar para si algumas vantagens sociais, com a essa ligação ao novo poder político.

O período de atuação da Revolução de 1930, até pelos menos o Golpe de 1937, permitiu a consolidação de transformações que garantissem ao país avançar em novos rumos econômicos – principalmente a industrialização de base, além de propiciar as massas uma maior participação na vida política, apesar de restrições cada vez mais fortes, especialmente no movimento sindical operário, na sua ação sobre a sociedade brasileira, de maneira a impedir a ascensão das forças políticas populares.

Mesmo com o considerável avanço social alcançado, a partir do estabelecimento da legislação trabalhista (CLT),¹⁹³ que veio beneficiar a classe trabalhadora, independente das intenções que possamos dar aos objetivos de sua elaboração, foi preciso que pretensões políticas populares fossem atendidas, para o esvaziamento dos movimentos de esquerda, especialmente do comunismo, além da reafirmação dos interesses econômicos e hegemônicos dos novos grupos empresariais desenvolvimentistas.

E, para garantir o imperativo desses interesses, houve uma acentuada repressão aos movimentos de esquerda, principalmente ao comunismo¹⁹⁴ que representava na perspectiva varguista, a permanência de forças sociais influentes, contrárias aos negócios tanto das novas esferas empresariais como dos antigos grupos agrários. Mas também a repressão ao sindicalismo, quando através da criação do imposto sindical, submeteu os sindicatos ao controle do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Durante os quinze anos do seu exercício de poder: provisório, constitucional e autoritário sobre o país, Getúlio Vargas promoveu mecanismos políticos para o desenvolvimento e a concretização do poder econômico e político dos novos grupos empresariais, através de investimentos volumosos pelo Estado brasileiro, especialmente com a introdução da indústria de base, com a criação da Companhia Siderúrgica

¹⁹³ GOMES, Op. Cit., pp. 195-209.

¹⁹⁴ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. Companhia das Letras, 1992., pp. 321-351.

Nacional (CSN), em Volta Redonda,¹⁹⁵ mas também nos setores petrolífero, hidrelétrico¹⁹⁶ e financeiro.¹⁹⁷

Entretanto, esses investimentos não só atenderam às preferências nacionais, mas também com relação aos grupos econômicos internacionais, como a Companhia Belgo-Mineira e outras empresas,¹⁹⁸ além do próprio capital privado nacional, afora a garantia dos interesses das “velhas” classes senhoriais agrárias, por meio do financiamento agrícola pelo Banco do Brasil¹⁹⁹ e, como reforço, mantendo os comunistas, excluídos de qualquer possibilidade de atuação política.²⁰⁰

Apesar de tudo que realizou para os setores mais importantes da economia nacional, fossem os tradicionais setores agrário-exportadores, fosse o novo setor industrial, Vargas não conseguiu manter um equilíbrio de interesses permanente sobre todas as forças políticas atuantes. Enquanto esteve no poder, ocasionalmente desagradava diferentes postulados políticos e sociais, especialmente aqueles que sinalizavam uma propensão de se submeter o país aos interesses do capital externo.

É justamente na busca por equilibrar as inclinações políticas para com grupos nacionais e grupos internacionais, tendo diferentes vinculações econômicas, que Vargas adotará uma ‘atuação’ autoritária, estabelecendo um Estado de exceção. O Golpe de 1937 e a fundação do Estado Novo levarão adiante proposições econômicas ligadas a uma forma de desenvolvimento com um caráter muito mais nacionalista do que aquilo que fora pensado pelo próprio Vargas, desequilibrando a balança das forças políticas que sustentavam o ‘caudilho’.²⁰¹

Apesar da habilidade de Vargas em mobilizar os setores populares, os grupos políticos empresariais foram mais eficientes em agitar boa parte das forças conservadoras, graças aos interesses de setores econômicos e políticos que se reuniram em associações partidárias, como por exemplo, a União Democrática Nacional (UDN),

¹⁹⁵ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência*. In. FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Ed. Civilização Brasileira, Vol. 2, 2003, pp. 247-252.

¹⁹⁶ FERREIRA, Op. Cit., pp. 252-263.

¹⁹⁷ Idem, pp. 263-269.

¹⁹⁸ Idem, pp. 255-257.

¹⁹⁹ Idem, pp. 263-264.

²⁰⁰ Idem, pp. 371-373.

²⁰¹ Caudilhos eram lideranças políticas carismáticas ligadas a setores tradicionais da sociedade (como militares e grandes fazendeiros) e que baseiam seu poder no seu carisma. Muitas vezes, líderes são chamados de caudilhos quando permanecem no governo por mais tempo do que o previsto. O caudilhismo se apresenta como forma de exercício de poder divergente da democracia representativa. No entanto, nem todos os caudilhos são ditadores: às vezes podem exercer forte liderança autocrática e carismática mantendo formalmente a norma democrática.

que passaram a criticar todo modelo varguista de governo, insurgindo inclusive os militares internacionalistas, para derrubá-lo no fim da Segunda Guerra.²⁰²

Com a queda de Vargas e a ascensão do general Dutra, iniciou-se um período intenso de repressão aos adversários políticos do novo governante e defensores do ex-presidente,²⁰³ além do desperdício dos recursos financeiros acumulados durante o período anterior por Getúlio, fragilizando novamente a economia brasileira e dando espaço para que as massas, os sindicatos e as classes médias urbanas voltassem a sonhar com Getúlio Vargas no poder, fato consumado no pleito seguinte.

Assumindo novamente o comando do país, com a adesão de parte das forças políticas que o apoiaram em seu primeiro período de governo, Vargas herdou uma grande desconfiança de parte das velhas elites, agora voltadas, em sua maioria, para os interesses externos, e também dos militares, divididos majoritariamente que estavam entre o nacionalismo e o internacionalismo.

O único elemento a unir os dois grupos militares, comunistas e entreguistas, foi à campanha para que o Estado controlasse a produção e exploração de petróleo e da energia elétrica, o que, para um número considerável de representantes do Alto Comando das Forças Armadas,²⁰⁴ Exército à frente, era a escolha correta a se fazer para voltarmos a um crescimento econômico autêntico, travado durante o governo de Eurico Gaspar Dutra.

Mas as antigas elites políticas, cuja melhor representação política estava na UDN, temiam e associavam o movimento nacionalista aos ideais do comunismo, influenciados que estavam pela Doutrina Truman que marcava a “Guerra Fria”. Por isso, as agitações entre os diferentes grupos políticos, criavam mais dissensões que apoio às tentativas de manter os velhos projetos nacionalistas do governo, gerando uma instabilidade enorme que quase paralisava a administração e permitia o avanço das forças reacionárias.

O conflito convergirá para a disputa de poder entre os nacionalistas e os internacionalistas, cada um desejoso de afirmar sua própria visão de desenvolvimento e de estruturação do seu modelo político para o País. Essas manifestações irão apresentar-se em alguns momentos de lutas marcados pela conflagração de sucessão à presidência, como a ocorrida em 1954, quando da substituição de Vargas por Café Filho, seu vice-

²⁰² CARVALHO, Op. Cit., pp. 192-194.

²⁰³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Ed. Civilização Brasileira, 1965, pp. 289-304.

²⁰⁴ BARRETO, Kátia Marly Mendonça et alii. *O Clube Militar: atuação política (1950-1956)*. 1988.

presidente, para que se convocassem as eleições sem atropelos, ou o contra golpe por parte do general Henrique Lott, para as forças reacionárias não evitassem que Juscelino assumisse a presidência em 1955.

Ou ainda a questão da sucessão de Jânio Quadros, em 1961, por João Goulart, *persona non grata* a elementos mais radicais, civis e militares, que o consideravam um adepto do comunismo, o que foi evitado pela ação dos setores moderados presentes no Congresso naquele momento e que resultou na introdução, temporária é bem verdade, do Parlamentarismo. Essas disputas desaguarão num processo que culminará no Golpe Civil-Militar de 1964 e em suas proposições internacionalistas e liberais, tanto políticas como econômicas.

A hipótese apresentada neste estudo procurou responder as indagações apresentadas e que ajudarão na procura de respostas através da análise e da compreensão do papel do Exército, nas mudanças ocorridas na sociedade brasileira, durante os anos 1950, com o processo culminando no desencadear do Golpe Civil-Militar, em 1964. Tentamos estabelecer uma relação com a problemática que marcou a transição da força terrestre de um estado de fragilidade institucional, desde o século XIX e início do XX, para sua afirmação com a relação de poder de uma estrutura dominante no e sobre o Estado, principalmente após 1930.

Como o exemplo do mediador decisório e confiável para a sociedade, pelo menos na visão dos representantes das hierarquias superiores, se impôs frente às antigas relações político-institucionais com o Estado e a sociedade brasileira, e que eram assim definidas desde o Império, pelos setores proprietários hegemônicos.

Uma dupla expectativa guiava a força terrestre naquele momento: o desejo de moldar um papel político onde ela se tornasse o modelo ético para a sociedade brasileira e, sobre certo aspecto, símbolo das mudanças preconizadas pela própria sociedade; o anseio por despertar, nos diferentes segmentos da tropa, uma visão ideológica única entre sargentos, oficiais e generais.

Ainda assim, a busca por consolidar sua unidade ideológica, fortalecimento de sua representação perante a sociedade, esbarrava nas disposições políticas de elementos civis e militares, seduzidos por ideologias tão como comunismo, o fascismo e o liberalismo. Talvez, nesses confrontos de ideias, esteja a grande questão a ser por nós interpretada e analisada aqui.

Assim, entendemos ser possível esclarecer os fatores políticos mobilizadores das mudanças defendidas pelos grupos nacionalistas e internacionalistas, à época, e as condições de expectativas vividas pelo Brasil que se apresentaram num momento especial da nossa história, sendo responsáveis pelos conflitos que vieram a desaguar nas disputas dos anos 1960, como a eleição e renúncia de Jânio Quadro, a ascensão de um radicalismo social e político junto com a chegada à presidência de João Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964.

2.3 Fim do Governo de Getúlio Vargas em 1945

O término do governo de Vargas pode ser associado ao fim da Segunda Guerra Mundial, já que as lutas contra o nazi-fascismo de alguma maneira se refletiam sobre o processo vivido pelo país, durante a ditadura varguista. Entretanto, é preciso destacar que a queda de Vargas estava ligada ao fim de sua boa relação de poder com as forças políticas e econômicas que o haviam guindado a liderança do movimento de 1930, principalmente com os militares.

Desde meados de 1943, que seu governo estava vivendo sob a tensão daqueles que o questionavam, principalmente em relação ao antigo suporte oferecido pelas forças militares, com destaque para o Exército, que antes se alinhara com as propostas nacionalistas defendidas por Vargas, presença mais forte do movimento em busca de uma industrialização nacional, mesmo que ele não abandonasse inteiramente os interesses dos setores agrários e comercial.

As forças políticas contrárias a Vargas, cuja expressão crítica mais atuante acontecia nos editoriais dos jornais “O Globo”, “O Estado de São Paulo” e nos periódicos editados por Assis Chateaubriand, representando as esferas conservadoras, principal os setores financeiro, industrial e comercial que, ligados ao capital internacional, especialmente o norte-americano, temiam a crescente influência dos setores trabalhistas nas ações e decisões políticas do presidente, iniciando forte campanha contra ele, principalmente associando seus projetos políticos aos ideais do movimento comunista, especialmente devido suas relações com os trabalhadores, com a defesa da legislação trabalhista (CLT).

Essa ação de alguma maneira levou a sua estigmatização, como mais tarde sofreria o presidente João Goulart, devido aos projetos sociais e as reformas de base propostas por ele, sendo considerado como representante de um processo bolchevização

da sociedade brasileira, ainda mais quando os próprios comunistas apoiaram o movimento da Constituinte com a participação de Vargas (Queremismo).²⁰⁵

Com retorno dos “pracinhas” da Itália, a ideia de existir uma ditadura, encarada por muitos como um reflexo do fascismo no Brasil e tendo o país lutado contra esse sistema na Europa, com inclusive a morte de muitos dos nossos soldados, deixava a sociedade com a perspectiva de ter lutado por nada. Assomado a isso, o regime esgotara suas proposições e capacidades de atender as expectativas de conter os avanços das forças políticas conservadoras.

Assim, o último dos baluartes de Vargas começa a cair quando os principais representantes do apoio a ele são solapados e é abandonado pelos principais comandantes do Exército, como os generais Góes Monteiro, Eurico Dutra e Canrobert Pereira,²⁰⁶ que identificam no presidente uma relação espúria com sindicatos e trabalhadores, naquilo que eles supõem ser uma busca de perpetuar-se no poder, além de possível associação com os comunistas.²⁰⁷

2.4 Amigos de Ontem, Inimigos de Hoje: Militares derrubam Vargas.

O divórcio entre Vargas e os militares deve ser entendido como uma relação direta com a Política de Segurança Nacional, nascida da ligação entre a busca por garantir a ordem interna e o início da nova ordem externa (Guerra Fria), relacionadas com a posição da política americana de defesa do Ocidente cristão contra a União Soviética. Caberia às Forças Armadas defenderem a Nação da ameaça à ordem vigente, sendo Getúlio o espectro e representante, naquele momento, dessa dissociação entre segurança e a ordem no Estado brasileiro.²⁰⁸

A constituição de um pensamento que se afigurava expressar o ideário comunista interpôs antigos aliados a Vargas, como os generais Juraci Magalhães e Juarez Távora, além do Brigadeiro Eduardo Gomes, sem falar dos já mencionados líderes do Exército. Podemos já notar aí as primeiras manifestações de um

²⁰⁵ Queremismo foi um movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. A expressão se originou do slogan utilizado pelo movimento: “Queremos Getúlio”.

²⁰⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. *Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe*. In *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 109.

²⁰⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Zahar, 2ª ed. 2006, pp.111.

²⁰⁸ Idem, pp.112.

antipopulismo, que foi intensificado pelo momento vivido pela Argentina de Perón, mas que foi disfarçado pela luta contra a ditadura, pela defesa do liberalismo e a democracia.

Mesmo assim, um grupo considerável de militares permaneceu ao lado de Getúlio, mas devido às relações com o nacionalismo desenvolvimentista autônomo, eram vistos com desconfiança pelas forças defensoras do internacionalismo, questão que pode ser percebida na passagem de Carvalho, (2006):

Ao lado de Vargas, ficaram uns poucos generais e alguns oficiais que tinham participado da Força Expedicionária Brasileira na Itália, como o general Paquet, comandante da Vila Militar, o general Odílio Denys, comandante da polícia, o general Estillac Leal, o brigadeiro Nero Moura. Além da lealdade pessoal, movia o grupo que permaneceu leal a Vargas, sobretudo os oficiais de escalões intermediários, a simpatia pela política nacionalista e social.²⁰⁹

Temendo a tentativa de permanecer no poder com o apoio de um golpe popular e frustrando o processo eleitoral em curso, os militares das três forças em conjunto, depõem Vargas em outubro de 1945. Mesmo com alguns movimentos contrários a derrubada do presidente, esses estavam nos escalões inferiores e foram abafadas pela hierarquia. As lideranças militares, sem diferenças políticas, como sempre almejou Góes Monteiro, agiram em uníssono e excluíram Vargas do poder. Mesmo não tendo ocorrido os expurgos de 1932, 1935 e 1937,²¹⁰ o período de governo de Dutra foi marcado por um rígido controle dos elementos militares e uma dura repressão aos movimentos sociais civis organizados.²¹¹

Mais do que o anticomunismo ferrenho, dominante entre a maioria dos militares, alguns até aliados de Vargas, é o nacionalismo e a defesa do potencial energético do país que fará com que as forças políticas dominantes reajam a Vargas. Como exemplo disso, podemos citar a formação de uma frente política contra sua liderança, manifestada na União Democrática Nacional (UDN), que contará com o apoio de várias lideranças militares, como o brigadeiro Eduardo Gomes, o general Cordeiro de Farias, comandante da Escola Superior de Guerra (ESG) e o general Juarez Távora, entre outros.

Essas disputas marcaram as eleições do Clube Militar em 1950, 1952 e 1954, representando a volta ao poder de Vargas, em 1950, a formação da oposição a ele,

²⁰⁹ Ibidem, pp. 112.

²¹⁰ Após os movimentos citados, Revolução Constitucionalista, Intentona Comunista e o Levante Integralista, todos os militares envolvidos foram presos e dispensados da Força.

²¹¹ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Paz e Terra, 5ª Ed., 1976.

em 1952, e a morte do presidente, em 1954. A ascensão de uma força de oposição inspirada no internacionalismo ficará patente na eleição e nos projetos de governo de Juscelino Kubistchek, com a introdução de uma política subalterna ao capital internacional, através da instalação da indústria automobilística.²¹²

É nesse contexto que veremos desenvolverem-se as contendas políticas entre os nacionalistas e os internacionalistas dentro das Forças Armadas, em especial no Exército, onde as influências de ideias sociais populares propondo mudanças, que foram mais permeáveis entre os representantes da baixa oficialidade, mesmo tendo também tido adeptos entre oficiais superiores e gerais. As lutas matizaram-se nas imposições de propostas dentro da caserna, como aquelas que questionavam as decisões dos escalões superiores e que afetavam a hierarquia e na disciplina.

As interferências de ideologias estranhas ao modelo do Exército, eram vistas pelo Alto Comando como um símbolo da influência dos conflitos, trazidos para o interior da tropa, pela ideologia marxista, coisa a muito combatida pelos comandantes militares, por representar a quebra do sistema, e que abrindo o caminho entre os militares, tomaria conta de todo o país, impulsionando o anticomunismo dominante desde a Política de Segurança Nacional, Guerra Revolucionária e a fundação da ESG.

Esses confrontos manifestaram-se na imposição de pressões de comando, ameaças, prisões e até o caso de violências - até mesmo tortura²¹³ sobre aqueles que se posicionaram a favor de Estillac Leal na eleição de 1952, que garantiu a posse de Alcides Etchegoyen, em nome da Cruzada Democrática, que era um grupo de militares do Exército, contrários a Vargas e das posturas nacionalistas, propondo mudanças radicais na política diretiva do Brasil. Essa situação irá repetir-se nas eleições de 1954, coincidindo com o fechamento do cerco sobre Vargas e o fim de sua existência.

2.5 O Fim da Segunda Guerra Mundial e o retorno da FEB.

O fim do conflito mundial, em 1945, trouxe a certeza de que a história e a experiência de uma modernização conservadora, como fora no período do Estado Novo, não era mais capaz de atender aos negócios dos diferentes grupos de interesse, que se mantiveram ao lado do velho governante gaúcho. Principalmente o Exército, ou melhor, a parte dele que se aferrou ao poder no Estado brasileiro, deixou de lado sua intensa

²¹² CALIL, Gilberto. *O Populismo e a Hegemonia Burguesa na América Latina. História e Luta de Classes*, n. 4, 2012, pp. 10.

²¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado. Civilização Brasileira*, 1967, pp. 392-399.

ligação com o presidente e se uniu com as forças políticas que emergiram dominantes ao fim da guerra, no Brasil.²¹⁴

Esses oficiais, que retornaram ao país com os soldados (pracinhas) da Força Expedicionária Brasileira (FEB), traziam em sua consciência a certeza do valor da democracia liberal e da ameaça que o comunismo internacional concebia, mentalidade construída no estreitamento de laços com os oficiais americanos na Itália. Buscaram coadunar as duas questões através da “eliminação” do papel político de Vargas, que para esses indivíduos era a presença no poder daquela ameaça e a clara oposição ao movimento democrático. Por isso, antes que a eleição permitisse a manutenção do projeto varguista, com a possível escolha de um sucessor fantoche do presidente, as Forças Armadas depõem Vargas.

A garantia da ordem veio com a indicação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Linhares, evitando àqueles que esperavam uma intervenção militar direta.²¹⁵ Dessa forma, o processo eleitoral e a ordem política foram garantidos, através de um brigadeiro e um general (Eurico Dutra e Eduardo Gomes), numa perspectiva pretorianista, mas que não se corporificou.²¹⁶ É certo que foram esses, os mesmos militares que apontaram os substitutos dos interventores estaduais para Linhares, porém não determinaram as diretrizes a serem seguidas pelo substituto de Vargas. A porta estava aberta a redemocratização do Brasil.

É somente após a promulgação da Constituição de 1946, com o já eleito Presidente Dutra, que se retornará a uma posição política clara e definida, com a escolha de um gabinete ministerial bem conservador e liberal, e alinhado com o pensamento norte-americano, pautado na Doutrina Truman e na ideologia da Guerra Fria,²¹⁷ iniciando, assim, um processo de expurgo das forças políticas mais socializantes, principalmente dos comunistas, que serão colocados na clandestinidade e novamente cassados os seus candidatos eleitos.

É neste contexto, de um anticomunismo ativo, que irá desenvolver-se a atuação dos interesses voltados ao capital internacional, com as medidas políticas mais conectadas com a participação das empresas privadas, em especial aquelas ligadas a

²¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Zahar, 2ª ed. 2006, pp.111.

²¹⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. *Forças Armadas e Política, 1945-1964: a antessala do golpe*. In *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 109.

²¹⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. *Forças Armadas e Política, 1945-1964: a antessala do golpe*. In *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 107-8.

²¹⁷ Op. Cit. pp. 108.

financiamento, e até operando no país, por grupos internacionais. Fato marcante desse período é a instalação da indústria automobilística, durante o governo Kubistchek.

Foi perfeitamente compreensível entender que a volta de Vargas, em 1951, era como algo a indicar o retorno aos velhos paradigmas políticos e econômicos do populismo. Fato que emoldurará essa ação contestadora, do novo modelo ideológico do país é a criação, pelo Exército, em 1949, de uma instituição que demarcará o novo modelo de formação do pensamento, primeiro para ele mesmo e, depois, para as Força Armadas como um todo: a Escola Superior de Guerra (ESG), sob a influência direta do pensamento político norte-americano.

2.6 A Criação da ESG: Novo Pensamento Político-Ideológico

A Escola Superior de Guerra nasce, num primeiro momento, como ideia a necessidade de se modelar uma instituição capaz de introduzir uma uniformidade ideológica para o país, em 1942, dentro do contexto da II Guerra Mundial, mas sua instalação definitiva demorará um pouco mais, já que o governo americano pretendia enviar uma missão militar ao país, para orientar os rumos da instituição.²¹⁸ Assim, o Alto Comando retomará a ideia apenas em 1948 e inaugurara a ESG, em 20 de agosto de 1949, sob o comando do general Oswaldo Cordeiro de Farias, subordinada ao Estado Maior das Forças Armadas.

Apesar da opção historiográfica de Alfred Stepan,²¹⁹ que vê nessa atitude a busca por um centro de formação, que permitisse aos militares se igualar aos civis, na capacidade de administrar o Estado com a mesma competência econômica e política, é possível perceber que não existe essa percepção, pelos próprios militares, de uma inferioridade para aptidão administrativa.

Apoiando-nos na análise de João Roberto Martins Filho,²²⁰ podemos afirmar que o objetivo que primeiro orientou a proposta dos militares ao instituírem a ESG era estreitar os laços, os vínculos: “entre as elites militares e civis na luta contra o comunismo”.²²¹ Ou seja, os militares sentiam-se mais do que capazes de governar o país,

²¹⁸ Op. Cit. pp. 107.

²¹⁹ STEPAN, Alfred C. *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Ed. Artenova, 1975, pp. 127.

²²⁰ MARTINS FILHO, João Roberto. *Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe*. In *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 97-126.

²²¹ MARTINS FILHO, Op. Cit., p. 107.

sendo esse sentimento moldado com as experiências políticas consolidadas durante o Estado Novo, a participação vitoriosa na Segunda Guerra e a forte relação estabelecida pela FEB e as forças norte-americanas, na Itália.

Logo, podemos afirmar que o passo seguinte na constituição da ESG, seria a superação das divisões, ou melhor, das diferentes visões ideológicas que perpassavam a as Forças Armadas, em particular o Exército, além das lutas personalistas que marcavam a caserna, como as disputas entre nacionalistas e internacionalistas. Nas palavras de Martins Filho: “Nesse caso, a consolidação de uma ideologia hegemônica tinha como alvo principal cimentar a unidade institucional”.

Como um centro de estudos sociais, políticos e econômicos, a ESG procurou alicerçar seus objetivos no conceito-chave da política de ‘segurança nacional’ que, diferente da proposta norte-americana, ligava a noção de ‘segurança’ a uma mobilização de toda sociedade em associação ao conceito dos militares em enfrentar os problemas nacionais em conjunto, que Martins Filho, utilizando o trabalho de Antônio de Arruda, sintetizou:²²²

“Em termos ideais, a “segurança nacional” seria sobretudo uma condição em que a Nação se encontraria garantida contra quaisquer tipos de ameaças. A fim de proporcionar tal segurança à Nação o Estado tinha que assegurar, antes de tudo, o seu desenvolvimento”.²²³

Dentro da concepção política de consolidação de unicidade do Exército, foi simbólico e bem definidor desse projeto, e que casava com os objetivos de criação da ESG, podendo ser exprimido pelas palavras do então coronel Golbery do Couto e Silva, em 1952, chamando a atenção para a polarização rígida que dominava o cenário internacional, que impunha a “confrontação entre liberdade e segurança e que a única garantia de segurança seria o fortalecimento do poder nacional”.

O sistema de relações internacionais em que dominavam duas potências tornava obrigatório para o Brasil vencer as veleidades isolacionistas e aceitar o bipolarismo como único solo onde nosso poder nacional tinha que ser cravado. De tal maneira, na teoria geopolítica que surgiu junto com a ESG, o destino do Brasil estava indissolúvelmente ligado ao destino do Ocidente e a soberania nacional só seria defendida numa guerra sem tréguas à sua

²²² ARRUDA, Antônio de. *ESG, História de sua Doutrina*. Edições GRD, 1980, pp. 19-28.

²²³ MARTINS FILHO, João Roberto. *Forças Armadas e Política, 1945-1964: a antessala do golpe*. In *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 108.

principal ameaça: o Império Universal da URSS (Golbery do Couto e Silva).²²⁴

Apoiados nessa constatação, as Forças Armadas vincularam-se a um “pacto faustiano”,²²⁵ visando estruturar a doutrina hegemônica que permitiria a Nação resistir às ameaças da disputa ideológica entre EUA e URSS. E assim, às Forças Armadas estavam destinadas, ao papel de larga amplitude na defesa global das nossas instituições nacionais. Como lembrou o primeiro presidente do regime militar do pós-1964:

“sua principal característica era a preocupação com a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica. No limite, tal agressão se expressaria em movimentos de guerrilha, mais provavelmente que uma guerra externa. Tratava-se de uma guerra insidiosa e traiçoeira, marcada pelo enrijecimento ideológico e pela infiltração (Castelo Branco, 1967)”.²²⁶

Um aspecto pouco compreendido em relação ao projeto contido na existência da ESG foi o significado da Guerra Revolucionária, dentro da Doutrina de Segurança Nacional. Os estudiosos da ESG, impelidos pela Guerra Fria, deixaram de lado um sentido trazido pela Revolução Cubana, que provocou reflexos na doutrina de guerra revolucionária da ESG e das escolas de estado-maior, especialmente na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME): a ideia de um tipo particular de “guerra revolucionária”, alimentada pelo anticomunismo dominante dentro da força. Esse conceito pode ser exemplificado pelas palavras do general Octávio Costa, em um depoimento a pesquisadores da FGV:

Nesse momento, estávamos profissionalmente perplexos, sem saber que direção tomar. (...) Então começamos a tomar conhecimento de novas experiências (...). Nessa ocasião, a literatura militar francesa (...) começa a formular um novo tipo de guerra. Era a guerra infinitamente pequena, a guerra insurrecional, a guerra revolucionária. (...) Isso entrou pelo canal da nossa ESG, e foi ela que lançou as ideias sobre as guerras insurrecional e revolucionária e passou a nelas identificar o quadro da nossa possível guerra. Para nós ainda não havia guerra nuclear, a guerra convencional já estava ultrapassada. Mas havia uma guerra que nos parecia estar aqui dentro. (...) Isso tudo contribuiu para a formulação de nossa própria doutrina da guerra revolucionária, que resultou no movimento militar de 64.²²⁷

Entre 1959 (Revolução Cubana) e 1961, a ESG e a ECEME, abraçam o conceito da guerra revolucionária, esposado pela Escola Superior de Guerra de Paris,

²²⁴ MARTINS FILHO, Op. Cit., p. 108.

²²⁵ Fausto é um poema de proporções épicas que relata a tragédia do Dr. Fausto, homem das ciências que, desiludido com o conhecimento de seu tempo, faz um pacto com o demônio Mefistófeles, que o enche com a energia satânica insufladora da paixão pela técnica e pelo progresso.

²²⁶ MARTINS FILHO, Op. Cit., p. 109.

²²⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe*. Nova Fronteira, 2014, pp. 77-78.

não por coincidência, após a Revolução de Castro e a sobreposição das revoltas coloniais francesas, na visão brasileira e francesa, de completa inspiração marxista. E nas palavras dos teóricos militares franceses Gabriel Bonnet e Claude Delmas:

Doutrina de guerra, elaborada pelos teóricos marxista-leninistas e praticada por movimentos revolucionários diversos que visam à conquista do Poder através do controle progressivo, físico e psicológico, das populações, com a ajuda de técnicas particulares, apoiados na mística e seguindo um processo determinado. Tal doutrina pode acomodar-se a todas as formas de guerra.²²⁸

Oficialmente, o Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil, estimulado nos anos 1960, pelo agravamento da crise social e política, consolidou e justificou a adoção da “Guerra Revolucionária”:

(...) é a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que – apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior – visam à conquista do poder através do controle progressivo físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida.²²⁹

Os militares, desde a década de 1940, especialmente após a queda de Vargas, passam a apresentar uma crescente autonomia em relação ao mundo político civil, e a doutrina da ‘guerra revolucionária’ parece encaminhar em direção a um projeto hegemônico alicerçado no anticomunismo, mesmo que essa não fosse a única concepção ideológica presente dentro das Forças Armadas. Por isso, o Clube Militar tornar-se-á o palco das disputas pela imposição do projeto único para os militares, mesmo que nesse processo sejam expostas as disputas entre as diferentes frações das Forças Armadas.

2.7 O Clube Militar: A Face Visível das dissenções ideológicas

A expressão mais esclarecedora do que foi o processo eleitoral dentro do Clube Militar, na primeira metade da década de cinquenta, no século XX, foi a frase do então coronel Olímpio Mourão ao abrir o processo eleitoral do Clube Militar, em 1950, na distante cidade de São Leopoldo (RS):

“Meus oficiais, aqui estamos reunidos para democraticamente eleger a nova diretoria do Clube Militar. Como os senhores já sabem, temos aqui duas

²²⁸ ARRUDA, Antônio de. *ESG, História de sua Doutrina*. Edições GRD, 1980, 246.

²²⁹ ARRUDA, Op. Cit., 248.

chapas: a Chapa Azul, que é a chapa democrata, encabeçada pelo general Cordeiro de Farias, e a Chapa Amarela, que é a comunista. Vocês tenham a bondade de aproximar e votar”.²³⁰

Numa coisa o general Olímpio Mourão estava coberto de razão: a democratização do Brasil, após a deposição de Vargas, em 1945, atingira de maneira contundente o ‘quartel’, permitindo, particularmente dentro do Clube Militar, uma enorme liberdade de expressão, que ficava fora do controle da hierarquia, particularmente em relação à baixa oficialidade e aos graduados.²³¹ Isso transformou o Clube, num centro dos debates relacionados aos grandes temas nacionais, como as disputas entre “desenvolvimento autônomo e associação ao capital imperialista”.

Provas desses embates podem ser observadas nas eleições de 1950, que, coincidindo com a eleição presidencial que propiciou o retorno Getúlio Vargas ao poder, apresentou as graves diferenças entre os grupos nacionalista e internacionalista. Acirrada por esse fato, a eleição seguinte, de 1952, opôs a Cruzada Democrática (Chapa Azul).

A Cruzada era um grupo conservador, internacionalista e anticomunista, apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), contra o candidato que era favorecido por Vargas, e que por ele era aprovado, além de encabeçada pelo ex-ministro da Guerra, general Estillac Leal (Chapa Amarela), que foi derrotada devido ao uso de ameaças, violência, intimidação e mesmo tortura sobre alguns eleitores insistentes.²³²

As eleições de 1954, sob o fogo de ameaças de um golpe pesando sobre Vargas, levaram novamente a Cruzada Democrática à vitória, que continuou sua política de abafar as propostas nacionalistas. Como já vinha sendo feito desde 1952, quando as insinuações sobre as propostas do nacionalismo refletiam ideais propalados pelo comunismo. Buscando a participação cada vez maior dos movimentos sociais, em particular dos trabalhadores urbanos no processo político nacional, os defensores do desenvolvimento autônomo provocam a intensa reação das forças associadas a uma modernização conservadora.

E quando em 1956 ocorre novo pleito, a derrota dos nacionalistas não pode mudar o fato de que, mesmo com a campanha do petróleo, a unidade do Exército fora

²³⁰ BARRETO, Kátia Marly Mendonça et alii. *O Clube Militar: atuação política (1950-1956)*, 1988, p. 32.

²³¹ Expressão usada para referir-se aos subtenentes e tenentes que possuíam como origem a formação como sargentos.

²³² SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 392-399.

alcançada. Significa muito que os internacionalistas indicaram as duas chapas concorrentes, e a vitória de Canrobert Pereira e Juarez Távora consolida a hegemonia dos defensores do internacionalismo no clube. Sob o efeito do suicídio de Vargas, até os antigos ‘defensores’ do presidente, como o general Zenóbio da Costa, objetivaram acabar com as expressões político-partidárias dentro do Clube Militar, que passou a ser considerado um ambiente de mazorqueiros.²³³

O anticomunismo, o ódio à mobilização popular e o medo da guerra revolucionária interna, leva as forças conservadoras dos internacionalistas a combater de maneira intensa aos grupos nacionalistas, em especial quando estes atuavam no Clube Militar e expressavam a vontade da baixa oficialidade e dos graduados.

A defesa das riquezas nacionais foi um momento de certa tranquilidade, nos embates entre os diferentes defensores do desenvolvimento que deveria ser empreendido pelo país, com a campanha em prol da exploração petrolífera pelo próprio país, através de investimentos diretos do governo brasileiro. A criação da Petrobrás e, mais tarde, da Eletrobrás, além da garantia da exploração das riquezas minerais, como o urânio, pelo Estado brasileiro, uniram todos os elementos das diferentes corporações militares, em nome da preservação das fortunas estratégicas, independente da posição ideológica.

Entretanto, após a criação dos monopólios, as diferenças de propostas de desenvolvimento e de estruturação da instituição militar, trouxeram a tona todos os ódios, diferenças e antagonismos presentes nos anos da primeira metade do século XX. Tal processo irá se avolumar até desembocar na ação militarista de 1964, quando o Exército passa a atuar diretamente na proposição das políticas nacionais, quaisquer que fossem, e como o organizador dos destinos brasileiros, como apresentado no período entre 1964 e 1983. Seus efeitos nos atingem até os dias de hoje, com várias questões a serem ainda consideradas.

²³³ Diz-se do indivíduo que promove mazorcas; desordeiro; revoltoso.

Capítulo 3:

O Clube Militar e as Disputas Políticas

3.1 Nacionalistas versus Internacionalistas nos Anos 1950.

O momento que separou os dois períodos de governo de Vargas, foi marcado pela procura de uma definição das condições mais adequadas para o desenvolvimento econômico do país, com especial atenção à busca pela industrialização sustentável, além de proteção aos recursos estratégicos nacionais, seja da produção de energia hidrelétrica seja na exploração dos minérios radioativos.²³⁴ Como se daria essa transformação?

Essa escolha é que se tornou uma fonte de disputas políticas, pois os interesses tanto do Estado como das elites econômicas eram conflitantes: parte delas pretendia um avanço autônomo às forças capitalistas internacionais, enquanto àquelas elites ligadas ao internacionalismo, ou como diriam os comunistas, “ao imperialismo americano”, buscavam arregimentar o apoio dessas forças, para uma associação que permitisse realizar seu projeto.²³⁵

Foi possível detectar, entre os estratos mais baixos da hierarquia militar, uma propensão em apoiar os setores nacionalistas, gerando, assim, uma fonte de disputas entre os setores internacionalistas e os nacionalistas, especialmente, em nosso caso, de representantes dos níveis hierárquicos reivindicatórios do Exército, que se encontravam, em sua maioria, nos escalões mais baixos²³⁶, e que, apoiando o nacionalismo, criavam a perspectiva de adotarem ideias socializantes e romperem a dinâmica hierarquia e disciplina.

Por isso, os representantes do alto escalão, consideravam que boa parte desses elementos era direta ou indiretamente ligada ao movimento socializante, fosse o segmento democrático fosse o segmento comunista. Enquanto os representantes do Alto Comando eram defensores do desenvolvimento com o apoio do capital estadunidense, principalmente por causa da ligação do Brasil com os EUA, originada no pós-Segunda Guerra e alimentada pelo advento da Guerra Fria.²³⁷

²³⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 296-299.

²³⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 300-303.

²³⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Civilização Brasileira, 1979, pp. 331-338.

²³⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Civilização Brasileira, 1979, pp. 309-311.

3.2 Eleições: Cortina de Fumaça para as Dissensões Políticas

Essencialmente, o que ‘uniu’ os dois grupos temporariamente, foi a busca por soberania na exploração petrolífera e proteção aos minerais estratégicos, como o urânio, e, assim, esse período manteve certa estabilidade na hierarquia e na disciplina.²³⁸ Isso se tornou bem evidente nas sucessivas eleições das diretorias ligadas aos representantes nacionalistas, quando desde o biênio 1944/46, foi eleito para a presidência do Clube Militar o general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.²³⁹

Conhecido representante das posições liberais e antigetulistas, e adepto da corrente militar que simpatizava com os Aliados na guerra contra o nazismo e, que apesar disso, estendeu seu apoio ao controle da exploração petrolífera pelo Estado brasileiro. Ou ainda a eleição para o biênio 1946/48, que levou a direção da entidade o general Salvador César Obino,²⁴⁰ que procurou abrir o debate convidando o general Juarez Távora, que foi o primeiro a se pronunciar sobre o tema do desenvolvimento, com a necessária integração e adesão ao capital internacional.²⁴¹

Integrante do grupo de oficiais alinhado politicamente ao governo do general Eurico Gaspar Dutra, Távora defendeu – em três conferências, proferidas em 21 de abril, 19 de junho e 16 de setembro de 1947 – a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo brasileiro.

De modo geral insistia na necessidade de o problema do petróleo ser encarado sob um prisma de “colaboração internacional”, devendo o Brasil entregar a exploração do produto às empresas estrangeiras. Segundo ele a sua posição se fundamentava não só em motivos econômicos em face da inexistência de recursos nacionais disponíveis para a exploração do petróleo, mas principalmente em termos de estratégia militar, como forma de garantir a segurança do continente contra a ameaça comunista.²⁴²

Sua posição baseava-se, sobretudo na inexistência no país de recursos econômicos, técnicos e administrativos capazes de arcar com a magnitude da empresa. Além disso, Távora insistia em focar a questão sob o ângulo da colaboração internacional. Na conjuntura da Guerra Fria, o Brasil deveria colaborar com os EUA,

²³⁸ FERREIRA, Jorge Luiz; REIS FILHO, Daniel Aarão. Coleção As Esquerdas no Brasil: *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Editora Civilização Brasileira, 2007, pp. 314-316.

²³⁹ CPDOC-FGV. Verbete Clube Militar: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/clube-militar>, 31/03/2019, 12:10.

²⁴⁰ Arquivo Ana Lagoa: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R09354.pdf>, 31/03/2019, 12:13.

²⁴¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 309-320.

²⁴² CPDOC-FGV: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/T%C3%81VORA,%20Juarez%20r%20>, 31/03/2019, 14:00h.

que estavam preocupados em garantir áreas petrolíferas cada vez maiores para se precaver de uma eventual “guerra extracontinental” contra a União Soviética.²⁴³

Entretanto, não podemos nos esquecer de que esse momento foi marcado, na tropa, pelo antigetulismo, que participará diretamente da derrubada do presidente em 1945. O fator de união de objetivos, naquele momento, foi à busca por assegurar-se de que o petróleo, e outros elementos estratégicos, como a areia monazítica, os minérios radioativos e nossa produção de energia hidráulica fossem preservados.

Como recursos estratégicos para o desenvolvimento nacional, que precisavam ficar sob a tutela do Estado, era fundamental preservá-los da exploração pelos *trusts* internacionais. A questão que ameaçou a unidade e que, em última instância, rompeu com as ligações entre o Alto Comando e o governo, no caso Vargas, foi que as ameaças sociais a ordem pública e a ordem política, naquele instante, o suposto prenúncio comunista de intentarem contra os valores da sociedade brasileira.²⁴⁴

A partir da ascensão do discurso em favor do petróleo, a pregação de cunho nacionalista levou à que as sucessivas direções do Clube fossem, também, de certa maneira, defensoras de contexto nacionalista. A eleição para o biênio 1948/50, do general Salvador César Obino (nacionalista), representa bem àquela proposta. De imediato tomou a iniciativa de convidar o general Horta Barbosa, de conhecida posição nacionalista, a se pronunciar contra as posições defendidas por general Juarez Távora, tanto em relação ao petróleo como em relação à situação internacional.

O presidente e a nova diretoria do Clube Militar divergiam categoricamente das posições internacionalistas de Távora e seus seguidores. Por isso o convite a Horta Barbosa, que fora presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e tornou-se uma das principais vozes da campanha “O Petróleo é Nosso”, expressa o desejo de impor um projeto nacionalista para, não só o Clube Militar e, por consequência ao Exército, mas também, ao Brasil. Essa situação clarifica-se no pleito subsequente, quando da eleição de Estillac Leal / Horta Barbosa para liderar o Clube Militar.

Nessa eleição, referente ao biênio 1950/52, são eleitos os generais Estillac Leal / Horta Barbosa (nacionalistas), tendo como ocupantes dos diversos cargos de diretoria e dos conselhos, todos militares adeptos do nacionalismo: os capitães Paulo

²⁴³ ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Verbete Juarez Távora, Editora FGV, 2015. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mourao-filho-olimpio>. 03/03/2019.

²⁴⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 308-311.

Pinto Guedes, Joaquim Miranda Pessoa de Andrade, Gustavo Nilo Bandeira de Melo, Itagibe Cerqueira Novais, e os majores Tácito Lívio Reis de Freitas e Néilson Werneck Sodré, e, em diversas diretorias, os capitães Gustavo Nilo Bandeira de Melo, Itagibe Cerqueira Novais e José de Jesus Lopes, todos defensores da solução nacionalista, contra a chapa encabeçada pelos generais Oswaldo Cordeiro de Farias / Emílio Rodrigues Ribas Júnior (internacionalista), com a participação na composição da diretoria dos coronéis Humberto de Alencar Castelo Branco, Ademar de Queirós, Néilson de Melo, os majores Válter de Meneses Pais e João Bina Machado, e os tenentes-coronéis Sizen Sarmento e Jurandir Bizarria Mamede.

Todos os elementos da chapa derrotada teriam participação destacada, direta ou indireta, no Golpe de 1964 e na articulação do governo militar que administrará o país entre 1964 e 1982. Além de que organizaram uma nova campanha, para a eleição de 1952, pois não se deram por vencidos após a apuração do pleito, que se iniciou logo após a vitória dos nacionalistas, tendo como mote a acusação aos defensores do nacionalismo como sendo representantes do comunismo e passaram todo o período de mandato dos nacionalistas Estillac Leal e Horta Barbosa, numa campanha de difamação e ameaças, apoiada pelos principais jornais brasileiros, como por exemplo, O Jornal, Correio da Manhã, Diário de Notícias etc., reflexo de uma elite política e econômica, de interesses predominantemente internacionalistas e ligados a dependência ao capital internacional.²⁴⁵

Apesar das sucessivas tentativas de Estillac Leal em manter uma administração ponderada e aberta as opiniões de todos os segmentos militares,²⁴⁶ as questões políticas, como a eleição de Vargas para presidente do país, novamente e pela via democrática, alguns meses depois da eleição para o clube, além da escolha de Estillac para ministro da Guerra, só piorou as relações entre os nacionalistas e os internacionalistas.²⁴⁷ Durante todo o período administrativo da diretoria Estillac /Horta, as críticas só fizeram crescer e promover um movimento contestatório aos representantes dela. Além disso, a força dos nacionalistas ia sendo enfraquecida pela

²⁴⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 316-319.

²⁴⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 315-320.

²⁴⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 322-324.

ação dos representantes internacionalistas presentes no Alto Comando, como Góes Monteiro, Zenóbio²⁴⁸ da Costa, Cordeiro de Farias, entre outros.

Fato concreto dessa ação foi quando da publicação, em agosto de 1950, na revista do Clube Militar de número 107, referente a julho do mesmo ano, do artigo ligado ao conflito no paralelo 38º, sob o título “Considerações sobre a Guerra da Coreia”, uma reedição de publicação feita pelo semanário francês “La Tribune des Nations”, é bem verdade que com considerações pessoais de alguém que se identificou apenas como o “Capitão X”.

Por conta dessa questão, surgiu um grande clamor negativo, da parte de elementos ligados ao comando da Escola de Estado Maior do Exército,²⁴⁹ já que foi considerado que o autor do texto, e por consequência, a diretoria do clube, eram detratores dos objetivos americanos, que combatiam os comunistas da região norte e logo, simpatizantes daquela ideologia.

Esse processo se expandiu para outros componentes da tropa e, também, para a sociedade brasileira, através da imprensa ligada aos interesses dos grupos econômicos associados ao interesse internacional, entre eles o Diário de Notícias, O Globo, O Estado de São Paulo, entre outros, causando uma perturbação política em todo país.

Associado à rejeição da eleição de Getúlio Vargas a presidente, a situação tornou-se extremamente difícil, com as forças militares, predominantemente, e as forças política conservadoras, representadas pela UDN, exigindo a deposição de Vargas, indo de encontro à situação que culminou no suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954.

Culminando no processo de repressão efetiva aos nacionalistas, cujo exemplo mais evidente foi a eleição para a diretoria do Clube Militar, para o biênio 1952-1954, sob a direção dos generais Alcides Etchegoyen e Néelson de Melo, membros da Cruzada Democrática, aliança de militares e elementos da direita política, como a UDN, que se opunham ao nacionalismo e a Vargas.

3.3 A Campanha pelo Petróleo: Autonomia X Imperialismo

²⁴⁸ CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walder de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, pp. 431-443.

²⁴⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 310-312.

Nesse ponto é preciso realizar algumas explicações, principalmente em relação ao momento político do país que influenciou diretamente na situação do Clube Militar: a campanha presidencial de 1950.

A participação de Vargas no pleito de 1950, já era considerada uma ameaça ao projeto anticomunista do Exército, principalmente pelos elementos ligados ao Alto Comando da força. O projeto de governo ‘nacionalista’ proposto por Vargas era considerado um reflexo dos objetivos políticos dos comunistas desde 1944, culminando na deposição do presidente, em 1945. A par disso, os imperativos da Guerra Fria e da Doutrina Truman impunham um visão muito objetiva do que era a relação entre os EUA e o Brasil: aliados, amigos e apoiadores. Os detratores de Estillac Leal viram nas considerações sobre a Guerra da Coreia, não uma interpretação da diplomacia brasileira a respeito do envolvimento num conflito de outra nação, percebeu, sim, uma ameaça as relações entre brasileiros e os norte-americanos.

Não adiantou nenhum expediente proposto pelo velho general para acalmar os ânimos, nem mesmo a suspensão da revista até abril de 1951.²⁵⁰ As pressões continuaram num crescimento que chegou ao auge na eleição em 1952, com os representantes da Cruzada Democrática se impondo até pela repressão aos nacionalistas. Nos meses que antecederam ao pleito, de acusações, prisões, ameaças e até repressão, aos que por ventura desejassem apoiar ou defender o nacionalismo,²⁵¹ através da chapa azul, acusada, pela chapa amarela, a “Cruzada Democrática”, de ser formada por defensores do comunismo. Devemos, por isso mesmo, apontar como exemplo, a afirmação feita pelo comandante do Regimento em São Leopoldo (RS), o coronel Olímpio Mourão Filho, pouco antes de se iniciar a votação em 1952, aos seus oficiais, inclusive o tenente-coronel Ernesto Geisel:

“Meus oficiais, aqui estamos reunidos para democraticamente eleger a nova diretoria do Clube Militar. Como os senhores já sabem, temos aqui duas chapas: a Chapa Azul, que é a chapa democrática, encabeçada pelo Gal. Cordeiro de Farias, e a Chapa Amarela, que é a chapa comunista. Vocês tenham a bondade de se aproximar e votar”.²⁵²

É assim que, no biênio 1952/54, são vencedores os generais Alcides Etchegoyen e Néelson de Melo (Cruzada Democrática / Internacionalista), os dois ex-

²⁵⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, p. 359.

²⁵¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Civilização Brasileira, 1979, pp. 331-339.

²⁵² BARRETO, Kátia Marly Mendonça et alii. *O Clube Militar: atuação política (1950-1956)*. 1988, p. 32.

chefes de polícia do Distrito Federal, derrotando os generais Estillac Leal / Horta Barbosa (nacionalista). A Cruzada era apoiada por militares de grande prestígio com os generais Juarez Távora, Zenóbio da Costa, Góis Monteiro, João Batista Mascarenhas de Moraes, que comandara a Força Expedicionária Brasileira (FEB), Ângelo Mendes de Moraes e o brigadeiro Eduardo Gomes, entre outros. Com essa vitória, as ações contra a corrente nacionalista tiveram continuidade durante todo o ano de 1952.

Em 1953, a aplicação da Lei nº 1.057,²⁵³ de 1950, reafirmou as punições aos apoiadores do nacionalismo, determinando a transferência para a reserva, mesmo sem processo judicial, de qualquer militar considerado suspeito de “subversão”, quando fosse ligado ou afiliado a partidos de esquerda, sem contar a possibilidade de acontecerem prisões arbitrárias, o silêncio imposto à revista editada pelo Clube de Subtenentes e Sargentos, “A Casa dos Sargentos” e a mudança da linha editorial no Clube Militar.

Através da adaptação das atividades promovidas nele, tornando-as puramente sociais, principalmente em sua revista, que passa a ser utilizada para fins de instrução militar, educação para o lar e atividades afins. E, mesmo quando ela informa algo relacionado à atividade política, era para lembrar que, apesar de ser um cidadão como outro qualquer, diz respeito ao militar a obrigação de respeitar a máxima da disciplina e da hierarquia, que na instituição Exército lhe cabe, exemplo disso é a reprodução da palestra realizada na ESA, em julho de 1952.

Publicada na edição de nº 123, de Dez./Fev. de 1953, sob o título “O Militar e a Política”, foi proferida pelo 1º Tenente Egéio Freitas, Auxiliar de Instrução da ESA. Sua leitura apresenta todo um contexto de valorização do militar, seus direitos de cidadão como qualquer brasileiro, mas chama a atenção para a primazia do papel do soldado, apoiando sempre o significado maior da disciplina e da hierarquia. Ou ainda, o longo artigo do Major Luiz Felipe de Azambuja, apresentado no nº 124, referente a Mar./Abr., de 1953, tratando, coincidentemente, do mesmo tema anterior: “Os Militares e a Política”. A argumentação é praticamente a mesma, sendo o elemento de destaque e valorizador do trabalho, apresentação de informações externas sobre a ação do militar ante a política.

²⁵³ Dispõe sobre a reforma dos militares que pertenceram, foram filiados ou propagassem as doutrinas de associações ou partidos políticos que tenham sido impedidos de funcionar legalmente. Acessado em 31/03/2019, às 15h46min h., <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1057-a-28-janeiro-1950-363494-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Por isso, as limitações impostas ao funcionamento do clube como a adequação da revista aos novos valores de sua diretoria internacionalista, e, porque não dizer, até aos próprios elementos do Exército, fora do clube e presentes em outras unidades, que passaram a conviver com um novo rumo, no antes espaço livre para os debates da força militar. E maior exemplo foi a revista do Clube Militar, que se tornou um veículo de expressões literárias e de instrução militar, ou ainda, da veiculação das premissas internacionalistas.²⁵⁴

Com o apoio da União Democrática Nacional (UDN), representante dos setores internacionalistas e liberais, contando com o suporte das principais publicações brasileiras, como O Estado de São Paulo, O Globo, O Jornal, em especial àquelas ligadas a Assis Chateaubriand, dos Diários Associados, Diário de Notícias, A Noite, O Cruzeiro etc., as pressões contra Vargas tomaram um fôlego insustentável, que redundariam no suicídio do presidente.

Em meio à crise de 1954, com forças políticas poderosas contra o presidente, tendo à frente as Forças Armadas, a União Democrática Nacional e a Grande Imprensa, realizaram-se as eleições para o biênio 1954/56, sob a influência do Manifesto dos Coronéis.²⁵⁵ Esse manifesto firmado em fevereiro de 1954 e dirigido ao Ministro da Guerra, inseriu-se igualmente nessa ofensiva, pregando o “saneamento no seio das forças armadas” e o respeito à hierarquia e à disciplina, denunciando o perigo da infiltração comunista nos meios militares.

O manifesto fora dirigido ao ministro da Guerra e aos generais Álvaro Fiúza de Castro, chefe do Estado-Maior do Exército, Canrobert Pereira da Costa, chefe do Departamento Técnico e de Produção, e Ângelo Mendes de Moraes, chefe do Departamento Geral de Administração, além dos comandantes das zonas militares.

Entre seus signatários figuravam os coronéis Orlando Ramagem, Siseno Sarmento, Jurandir de Bizarria Mamede, Antônio Carlos Murici, Alfredo Souto Malan, Amauri Krueel, Ademar de Queirós, Adalberto Pereira dos Santos, e os tenentes-coronéis José Alexínio Bittencourt, Válder de Meneses Pais, Antônio Jorge Correia, Araquém de Oliveira, Sílvio Coelho da Frota, Ednardo Dávila Melo, Fritz Azevedo Manso, Euler Bentes Monteiro, Golberi do Couto e Silva e Geraldo de Meneses Cortes.²⁵⁶

²⁵⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 392-410.

²⁵⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 430-432.

²⁵⁶ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-coroneis>.

O documento argumentava que o Exército se encontrava sob a ameaça de uma “indisfarçável crise de autoridade”, que colocava em risco “a coesão da classe militar, deixando-a inerte às manobras divisionistas dos eternos promotores da desordem e usufrutuários da intranquilidade pública”. A seguir, assinalava os pontos onde o governo havia negligenciado o Exército, deixando, por exemplo, de reequipar as unidades, mantendo-se indiferente às necessidades de reajuste de salários, e não dando atenção à “disparidade de acesso entre as diversas armas e serviços” motivados pela sensível defasagem entre os escalões da hierarquia e a quota de postos para os diversos setores do Exército.

Diante dessa situação, o recrutamento de praças e de oficiais tornava-se problemático, o que comprometia a imagem do Exército. Inspirado e defendido pela Cruzada Democrática, o manifesto foi assinado por um grupo numeroso de generais e oficiais superiores. O documento teve grande repercussão e influenciou na queda dos ministros João Goulart, do Trabalho, e Ciro do Espírito Santo Cardoso, da Guerra.

O Memorial dos Coronéis representou a manifestação de insatisfação, por parte da tropa, a partir da proposta veiculada pelo Ministro do Trabalho, João Goulart, em aumentar o salário mínimo em cem por cento, considerado pelo Alto Comando, uma ameaça à ordem democrática, já que ele se apresentava como um defensor dos trabalhadores. Além disso, a tropa se sentia abandonada pelo governo, sem condições de se aparelhar convenientemente, sem condições salariais dignas, coisas que ameaçavam a ordem e a disciplina na tropa. Ou seja, o medo do comunismo fincava raízes dentro da força militar se somando a insegurança que o governo causava na sociedade.

O momento político era incerto por demais e a luta dentro da tropa, entre os defensores de propostas de desenvolvimento bastante díspares, causavam uma maior instabilidade de governo. A questão principal é que Vargas não possuía mais o apoio dominante das forças políticas civis e, fundamentalmente, militares, coisa que havia conseguido em 1930 e em 1937, precisando defender-se dessas forças políticas civis e militares contrárias constantemente, e a luta entre as forças nacionalistas e internacionalistas só faziam intensificar as dificuldades na governabilidade.

Nossa proposição inicial era de que a interferência das manifestações político-militares praticadas dentro do Clube Militar, atuaram diretamente sobre o governo de Getúlio Vargas, chegando mesmo a se refletirem na sua queda. Entretanto, parece-nos que, são as diferentes formas de encarar o dilema da unidade da instituição, e

o medo da ameaça do comunismo, que moldaram as lutas, não só dentro do Clube, mas também dentro das Forças Armadas.

Por isso, tal situação expressou com clareza, a partir das ações práticas, como a hegemonia da Cruzada Democrática nas eleições do Clube Militar, mais as mudanças editoriais de sua revista, e com o Memorial dos Coronéis e suas proposições políticas, a ‘deposição de Vargas’, em 1954, no ‘golpe’ do general Lott, em 1955, culminando no Golpe Civil-Militar, em 1964, foram efeitos reflexivos.

O antagonismo materializou-se nas ações internacionalistas, através da prisão das lideranças nacionalistas,²⁵⁷ coisa que fez que eles não apresentassem candidatura própria nas eleições de 1954, com Cruzada apresentando duas chapas, sob a forte influência do movimento antivargas: uma, o general Canrobert Pereira da Costa, tendo como vice Juarez Távora, a outra chapa, liderada pelo general Lamartine Peixoto Pais Leme, apoiado pelo ministro da Guerra Zenóbio da Costa.

A vitória da chapa Canrobert-Távora, colocou o Clube Militar no rol dos adversários ao Governo Vargas. Com a morte de Canrobert Pereira da Costa em outubro de 1955, o general Pedro Leonardo Campos assumiu a presidência do Clube Militar. Integrante da ala antivarguista do Exército, a diretoria do clube se opôs, primeiro, à candidatura, e depois, à própria posse de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, como presidente e vice-presidente da República, em 1955.

Para melhor entendermos essa fase que separa os dois governos de Vargas, devemos considerar que aquelas disputas manifestadas nos ideais nacionalistas e internacionalistas, estavam perpassados por movimentos políticos e ideologias que ameaçavam a disciplina e a hierarquia da tropa. Além disso, os apelos à democracia e aos direitos políticos para todos, feito pelos comunistas, imiscuíram-se entre as praças, em especial, entre os sargentos e suboficiais, quebrando a hierarquia do ponto de vista do Comando do Exército.

Isoladamente, cada uma dessas manifestações militares era considerada inaceitável, mas juntas ameaçavam a existência da própria Força, pelo menos na visão das forças conservadoras dos internacionalistas. Para os objetivos de ascendência política do Exército, onde ele tornava-se a força decisória no Estado brasileiro, aquela situação tornou-se intolerável.

²⁵⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado*. Civilização Brasileira, 1967, pp. 392-410.

Por isso, nesse determinado momento que marca nosso estudo, que é o do Segundo Governo de Getúlio Vargas, a crise instalada com o nacionalismo disputando a primazia com o internacionalismo, o espaço de unicidade das proposições da Força Militar, exigiu silenciar todos os recintos onde se falava livremente, no qual a força da tropa estava na ‘liberdade’ de expressão e não na hierarquia. Exemplo disso é a afirmação do general Zenóbio da Costa, de que o Clube Militar, quando da eleição de 1952, e na tentativa de angariar apoio para sua participação como concorrente, declarava que nem nacionalismo nem internacionalismo deveriam atuar dentro do Clube.²⁵⁸

3.4 Clube Militar: Porta Voz da Tropa

Na sua origem, o Clube Militar é fundado como uma organização representativa dos interesses militares, especialmente do Exército, como definiu seu estatuto:

Art. 1º O Club Militar, fundado nesta Côrte em 26 de junho último, tem por fim: § 1º Estreitar os laços de união e solidariedade entre os officiaes das diferentes classes do exército e da marinha; § 2º Desenvolver o gosto pelo estudo dos diversos ramos da instrucção profissional, por meio de palestras e conferencias militares; § 3º Defender pela imprensa e junto aos poderes do Estado os direitos e legítimos interesses da classe militar etc.²⁵⁹

Entretanto, esse papel teria repercussões contraditórias ao longo do tempo, principalmente quando os representantes do Exército questionavam o governo brasileiro em relação ao tratamento dispensado a força de terra, primeiro pelas autoridades do Império e depois pelas lideranças políticas da Primeira República. Exemplo disso pode ser identificado na “Questão Militar” ou na questão das “Cartas Falsas”, deixando nos militares a certeza de que seu papel político sempre foi menosprezado.

Algumas publicações ajudaram a consolidar o papel da Força, e podem ser simbolizadas em militares como Góes Monteiro, que escreveu “A Revolução de Trinta e a Finalidade Política do Exército”, apontando as diretrizes que deveriam orientar o Exército na consolidação de seu papel político, em especial como o fiel da balança do Estado Nacional, questão que só se define após a afirmação do movimento revolucionário que uniu elementos das elites nacionais, agrária, industrial, comercial, na

²⁵⁸ Baderneiros, desordeiros etc. Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-militar>, 31/03/2019, às 19h11min.

²⁵⁹ Ata de fundação do Clube Militar, em 26 de junho de 1887. Fotocópia disponível na Biblioteca do Clube Militar.

mudança de rumos do país, em direção à industrialização, sem contar com o apoio popular, arregimentado pela legislação trabalhista executada por Getúlio Vargas.

Ponto pacífico dessa condição política pode ser expresso pela “Campanha do Petróleo”, que mobilizou os elementos militares ligados ao nacionalismo, para efetivar a afirmação do rumo desenvolvimentista que seria dado ao processo industrializador do Brasil.

Porém, esse processo desencadeou uma forte reação dos setores empresariais conservadores, que associavam o nacionalismo ao projeto político dos comunistas, especialmente após a apropriação pelos trabalhadores urbanos, de parte desse discurso com a afirmação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como projeto do Estado Vargasista.

Embalado pelas manifestações em favor do desenvolvimentismo nacionalista, parte da tropa, com destaque para os suboficiais e tenentes originários de sargento, o Clube Militar se tornou foco de acirrados debates e disputas entre os nacionalistas, apelidados de ‘comunistas’, e os internacionalistas, chamados de ‘entreguistas’. Tais disputas tornaram-se mais frequentes a partir das eleições para a presidência da casa, nos anos iniciais da década de cinquenta do século XX, quando da volta ao poder por Vargas. Quando, para o Alto Comando, tornou-se evidente a necessidade de silenciar o Clube, especialmente quando já existia um espaço de poder, com a criação em 1948, da Escola Superior de Guerra (ESG), e seu funcionamento efetivo, em 1949.

3.5 Clube Militar: Ameaça a Disciplina e a Hierarquia

O processo de compreensão do significado político do Clube Militar, irá se desenvolver a partir do acirramento de disputas políticas, num primeiro nível, em sentido vertical, entre os representantes da baixa oficialidade e os da alta oficialidade. E, em sentido horizontal, por aqueles que expressavam a defesa do nacionalismo contra os adeptos do internacionalismo que concordavam, com os desejos das elites políticas ligadas aos interesses do capital internacional.

É preciso considerar também, que as influências dos movimentos sociais mais radicais, tendo o comunismo à frente, como sendo ideologias transformadoras, alcançavam, principalmente, aos sargentos e suboficiais, tenentes com origem nas praças, e a baixa oficialidade formada na Escola Militar. Essa perspectiva causava

grande apreensão entre os outros segmentos da oficialidade formada na Academia Militar, deixando a certeza de que elas preparavam a revolução comunista que tanto pavor causava aos estamentos superiores.

Destaquemos a participação daqueles segmentos militares nos movimentos de caráter esquerdista, como na Intentona Comunista, em 1935, a difusão de material marxista em vários quartéis ao longo dos anos de 1930, 1940 e 1950, além de exemplos de revoltas posteriores, de membros das praças e baixa oficialidade, como as observadas em Jacareacanga²⁶⁰ e Aragarças²⁶¹ no final da década de 1950 e início da década de 1960, levando a repressões profundas e violentas, da parte dos escalões superiores das Forças Armadas.

O ponto de maior tensão na discórdia que esses medos causaram, pode ser expresso nas sucessivas publicações de artigos discordantes das orientações para a tropa, em relação aos princípios da Guerra Fria e da Doutrina Truman, na Revista do Clube Militar, a partir do nº 107, de julho de 1950, e continuando nos números 108, 109, 110, tratando de assuntos políticos conflitantes e produzidos todos na presidência de Estillac Leal e Horta Barbosa. Para os detratores de Getúlio Vargas, os temas tratados pela revista do Clube e os assuntos explorados, expressavam a influência inequívoca dos comunistas nas ações defendidas pelos articulistas, com apoio de militares da diretoria do clube, coniventes com eles e com os objetivos de Luís Carlos Prestes, a grande liderança comunista do Brasil. Pelo menos na visão desses adversários de Vargas.

No número 108, referente a agosto, evocando-se Caxias, era chamada a atenção para a necessidade de, nas palavras do ‘pacificador’, ser necessária a elaboração de *“uma tática elementar privativamente nossa, em harmonia com as circunstâncias*

²⁶⁰ Em fevereiro de 1956, ocorreu a Revolta de Jacareacanga, que foi um esboço de reação militar contra a posse de Juscelino Kubitschek na presidência do país, poucas semanas antes. Oficiais da aeronáutica partiram da cidade do Rio de Janeiro no dia 10 de fevereiro e se instalaram na Base Aérea de Jacareacanga. A revolta durou dezenove dias e terminou com o controle da situação por forças pró-Kubitschek.

²⁶¹ A revolta reuniu oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) e do Exército, além de alguns civis, chefiados pelo major aviador Haroldo Coimbra Veloso e pelo tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier, contra o então presidente da República, Juscelino Kubitschek. O estopim que culminou no primeiro sequestro de avião do país, foi o fato de Jânio Quadros recusar-se a concorrer ao cargo de presidente, como candidato apoiado pelos partidos de oposição. Os rebeldes acusavam também o então governador gaúcho Leonel Brizola de liderar uma conspiração comunista no Sul e ameaçavam levar para o “paredão os que tripudiavam sobre a miséria do povo”. A intenção era bombardear os palácios das Laranjeiras e do Catete, no Rio, e ocupar as bases de Santarém e Jacareacanga, no Pará.

peculiares ao nosso Exército, e com a certeza de nossas guerras”,²⁶² e, provocativamente, apontava para o fato de naquele momento buscar-se uma solução eminentemente estrangeira, sem possibilidade prática de materialização da mesma, roubando ao Exército uma de suas características fundamentais, que era ser “*essencialmente destinado à defesa da Pátria de seu território e de suas riquezas, de seus interesses e de sua soberania*”.²⁶³ Atirava-se ao rosto dos críticos um argumento em defesa do nacionalismo, utilizando-se de um símbolo inatacável.

No editorial do número 109, referente a setembro de 1950, intitulado “A Independência que Almejamos”, encontramos uma crítica sutil àqueles que apoiam a interferência política e financeira dos capitais internacionais, podendo ser usado como exemplo, as seguintes considerações do editorial:

“Por isso, a luta pela Independência continua a ser tarefa das gerações de hoje, como o foi dos que viveram o dia luminoso de 1822. E esta luta há de caldear, agora, tanto quanto antes daquela dia, as forças vivas da nacionalidade. Ela é o dever indeclinável e máximo dos verdadeiros patriotas, e nela estamos voltados, principalmente, contra as empresas imperialistas estrangeiras, que são o verdadeiro inimigo do Brasil, e cuja ação constitui a mais séria ameaça que sombreia a perspectiva de seu progresso, de sua independência e de sua grandeza”.²⁶⁴

Aproveitando-se do momento, os editores da revista exploram a tentativa da UNESCO em ocupar o espaço florestal da Amazônia brasileira, sofrendo a acida crítica do discurso do deputado Artur Bernardes, pronunciado na Câmara dos Deputados, chamando a atenção par o projeto da Hileia Amazônica,²⁶⁵ como tendo o objetivo de internacionalizar nossa floresta tropical mais importante: *Nunca perigo tão grave ameaçou a nossa integridade territorial e a nossa soberania como o desse Convênio. Infelizmente, ele já foi por nós assinado, mas, venturosamente, não foi ainda ratificado pelo Poder Legislativo.*

Era, também, criticado o endosso, pelo governo brasileiro, do empréstimo feito pela Light, junto ao Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos, no valor de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros, ou seja, se a Light não pagasse, o Brasil pagaria.

Mais importante ainda é o editorial do número 110, comentando à propósito do resultado das eleições e da posse do novo presidente. Intitulado “O Processo

²⁶² Revista do Clube Militar, Editorial, nº 108, Agosto/1950, pp.3-4.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ Revista do Clube Militar, nº 109, Setembro/1950 pp. 3-4.

²⁶⁵ Revista do Clube Militar, nº 109, Setembro/1950 pp. 129-133.

Democrático”, no seu parágrafo central, chamava a atenção para o fato de a resolução ter desagradado aos segmentos internacionalistas, clamando pela importância de:

(...) “pensar, pois, em burlar tais resultados – os das eleições – não só é um erro passível de sanções extraordinárias, como um passo dado para o abandono do processo democrático, a que o país não poderia assistir indiferente. E mais grave ainda é pensar para isso, no emprego das Forças Armadas. A pressão, a princípio velada e agora ostensiva e franca, que vem sendo exercida sobre elas, no sentido de se constituírem em elemento perturbador daquele processo sobrepondo-se ao julgamento do povo e evocando a autoridades, que só ao povo pertence, de escolher seus governantes, não passa, no fim das contas, de um juízo menos honroso acerca da compreensão que os militares têm, quer do cumprimento dos seus deveres, quer do valor dos seus direitos de cidadãos e, portanto, parte, também, do povo”.²⁶⁶

Este número da revista, referente a outubro, talvez tenha sido o mais contundente em expor as considerações nacionalistas, pois, além do já mencionado editorial, trazia um estudo de Moacir Paixão, intitulado “Capitais Estrangeiros Dominam a Economia Nacional”, uma denúncia do economista Salviano Cruz, chamada “Monopólio Ilegal no Mercado do Café”, publicada pelo jornal Correio da Manhã, além da íntegra do depoimento do coronel Pio Borges, feito na Câmara dos Deputados, chamando a atenção para o fato de a remessa de lucros pelas empresas estrangeiras serem quatro vezes maiores que os serviços da dívida externa brasileira. Borges era presidente do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

A circulação da revista de outubro deu-se em novembro, sob a forte oposição dos internacionalistas, gerando uma reação conciliadora por parte do general Estillac Leal, que suspendeu temporariamente a publicação, até março de 1951, quando é oferecida ao público militar número 111. Ele trouxe, no seu editorial, uma advertência aos elementos internacionalistas, chamando a atenção para a preocupação dominante com os interesses americanos, maior do que pelas necessidades do Brasil e o próprio título do editorial, deixava claro o propósito: “Nossa Pátria é o Brasil”. Essa ação só fez acender mais forte a beligerância dos opositores à diretoria do Clube. Porém, uma parte esclarecedora dos objetivos nacionalistas, presente no editorial, merece ser apresentada:

“O Brasil é nação soberana e não satélite de qualquer outra. Já é tempo de o afirmarmos com toda veemência, e é isto o que temos feito, iluminados pela afirmativa de Rui, segundo a qual a defesa da Liberdade é elemento essencial à preservação e defesa da Pátria Soberania nacional e liberdade do cidadão são as duas faces de uma mesma moeda. Pelos interesses do Brasil e somente por eles, lutaremos contra quaisquer interesses estranhos, que com eles

²⁶⁶ Revista do Clube Militar, Editorial, nº 110, outubro/1950, pp.3-5.

venham a colidir ainda que de nossos maiores aliados. Não compreendemos nem aceitamos o silêncio quando ele importa na reverência às conveniências de qualquer potência estrangeira que se chocam com as conveniências e aspirações nacionais. Nossa Pátria é o Brasil. Somos soldados do Brasil e temos uma missão sagrada a cumprir, uma tradição a preservar, uma confiança a merecer – a confiança do Povo Brasileiro, que põem em nossas mãos as armas que são produto da riqueza e do trabalho nacionais, e que devem servir à efetiva segurança da Nação”.²⁶⁷

Fica evidente, na observação dos fatos tratados nas revistas, desse período específico, que as motivações dos queixosos dos objetivos nacionalistas, que Getúlio Vargas entra nessa disputa como consorte dos defensores dos valores nacionais. O que se verifica ali é a posição política de elementos centrados, de um lado, nos propósitos anticomunistas e, de outro, daqueles que defendem intentos sociais nacionais.

A questão foi: social virou socialismo, ou pior, comunismo, sem contar o forte conteúdo nacionalista, que foi associado aos movimentos de libertação nacional, que marcaram a luta anticolonial, além das questões político-ideológica a Guerra Fria. O Clube Militar espelhou o medo do ‘perigo vermelho’, eleger um presidente que se apoiava nos trabalhadores era associado diretamente a escolha de presidente nacionalista para a diretoria do Clube.

3.6 A Revista é um Pomo de Discórdia.

As questões política relativas ao Exército e a sociedade brasileira, acabavam por amalgamarem-se nas disputas em questões pueris, que se tornavam motivos de confrontos ideológicos mais abrangentes. Foi esse o caso das reportagens publicadas na revista do Clube Militar no início da década de 1950, principalmente àquelas produzidas entre a segunda metade de 1950 e a primeira metade de 1951.

Começando com as “Crônicas Internacionais”, “Considerações sobre a Guerra da Coreia”, apresentada no número 107, edição de julho, mas que só foi distribuída em agosto, reproduziram-se críticas cáusticas e peremptórias de vários militares, até alguns oficiais superiores, totalmente contrários às afirmações do autor (desconhecido até hoje), que reproduziu um artigo publicado por semanário francês, A Tribuna das Nações (*Le Tribune des Nations*), sobre o que seus autores consideravam ser o significado da intervenção americana na Coreia.

Acrescentemos que essa ação armada norte-americana não se limita à Coreia: ela se estende à China, com a interdição de Formosa, colocada pelo governo

²⁶⁷ Revista do Clube Militar, Editorial, nº 111, Março/1951, pp.3-5.

de Washington sob a autoridade da 7ª frota da marinha de guerra dos Estados; ao govêrno estabelecido nas Filipinas, com a ocupação aberta que viola os acordos de independência de após-guerra; e ao Vietnan, apesar do “Tratado de Fontainbleau”.²⁶⁸

O problema veio das interferências jornalísticas feitas pelo autor do artigo, dando a entender, ou pelos menos foi o que transpareceu aos reclamantes, que os membros da diretoria concordavam com aquilo que os críticos do artigo consideravam uma atitude pró-União Soviética e pró-China.²⁶⁹

“É por isso que as famílias brasileiras assistem, com angústia dia a dia maior, substituir-se sua posição, aparentemente distante, de espectadores do conflito, pela crescente ameaça de uma intervenção armada de nosso país na Coréia”.²⁷⁰

Inicialmente, as acusações abonavam a participação do general Estillac Leal, considerando que ele não tivera ciência do conteúdo da edição, pedindo dispensa e punição para o responsável. Com a passagem dos meses e a manutenção da posição de manter a revista em caso sem alteração, os reclamantes passaram a criticar com maior virulência, inclusive com ofensas pessoais a todos os membros da direção e ao general Estillac. Nem mesmo com a suspensão temporária da revista entre novembro de 1950 e março de 1951 acalmou os críticos dos artigos publicados.

Aqui é preciso traçar algumas considerações sobre o momento em que os fatos mencionados anteriormente aconteceram. Eles ocorreram entre os meses de agosto, quando efetivamente foi lançada a revista 107, e o fim ano de 1950, quando outros números da revista foram disponibilizados, apresentando questionamentos sobre temas delicados e que conflitavam com os fatos internacionais, confrontando as posições que a Guerra Fria destacava.

Mas não foi somente isso. A revista, de número 108, editada em agosto de 1950, reproduziu conferência do general Raimundo Sampaio,²⁷¹ cujo título era: “Em defesa dos minerais radioativos, fontes de energia atômica”, onde se chamava a atenção

²⁶⁸ Revista do Clube Militar, Editorial, nº 107, Julho/1950, pp.81-89.

²⁶⁹ Revista do Clube Militar, Editorial, nº 107, Julho/1950, pp.3-4.

²⁷⁰ Revista do Clube Militar, Editorial, nº 107, Julho/1950, pp.81-89.

²⁷¹ Revista do Clube Militar, nº 107, Julho/1950, pp.3-4.

para o problema da “*criminosa evasão das areias monazíticas*”²⁷² do Brasil”, levando a certeza de que, nos 20 anos seguintes, elas desapareceriam.

(...) “as reservas brasileiras de monazita estão sendo criminosamente esgotadas, com graves danos para a segurança nacional; a pretensa limitação da exportação a 3.000 toneladas anuais de modo algum resguarda os superiores interesses pátrios, uma vez eu possibilitará o total esgotamento das jazidas conhecidas, em menos de vinte anos; a exportação de monazita está sendo efetuada em benefício exclusiva de um truste estrangeiro, a *Duperial*, que se utiliza, para este fim, de testas de ferro nacionais.”²⁷³

Além disso, apresentava o artigo, “Considerações à margem do anteprojeto de Estatuto do Petróleo”, assinado pelo Capitão X, mesmo autor do editorial sobre a Coreia, onde descrevia as pressões e interferências da Standard Oil no desenvolvimento do projeto, em busca de vantagens para aquele truste, no projeto do estatuto petrolífero.²⁷⁴

Entretanto, as dificuldades só se faziam avolumar e, na revista de setembro, de número 109, aparecia o editorial, explorando uma transcrição de artigo do jornal *A Noite*, intitulado “Fatalmente Arrasados a Coreia e seu Povo”²⁷⁵ onde se afirmava que o povo coreano não aceitaria feliz boas relações com os EUA, mesmo ao fim guerra: “*Decididamente, os coreanos não amarão os norte-americanos, mesmo quando acabar a guerra*”. E em função disso, procurava chamar a atenção para a necessidade de compreendermos o significado da exploração autônoma do petróleo para nós, brasileiros, questionando a definição de “A Independência que Almejamos”²⁷⁶ Para completar a construção de um movimento comunista dentro do Clube Militar, na ótica dos grupos antinacionalistas, transcrevia o discurso feito pelo deputado Artur Bernardes, contra a internacionalização proposta sobre a Amazônia.²⁷⁷

Não podemos esquecer, o pequeno comentário feito sobre o endosso do governo de Dutra, para um empréstimo feito pela *Ligth*, no Banco de Exportação e

²⁷² Na geologia, a monazita é um fosfato castanho-avermelhado contendo metais, terras raras e uma fonte importante de tório, lantânio e cério. Ocorre, geralmente, na forma de pequenos cristais isolados. Existem quatro tipos diferentes de monazita dependendo da composição relativa dos elementos no mineral: A monazita é basicamente um fosfato de terras raras, urânio e tório. Esse fosfato é matéria prima importante na produção de terras raras, que são insumos para a fabricação de produtos como baterias recarregáveis, televisores, catalisadores automotivos e equipamentos de craqueamento de petróleo. O urânio é usado como combustível nas usinas nucleares e o tório não tem aplicação.

²⁷³ Revista do Clube Militar, nº 108, Agosto./1950 pp. 107-113.

²⁷⁴ SODRÉ, Op. Cit., p. 331.

²⁷⁵ Revista do Clube Militar, nº 109, Setembro/1950 pp. 3-4.

²⁷⁶ Revista do Clube Militar, nº 109, Setembro/1950 pp. 3-4.

²⁷⁷ Idem.

Importação dos Estados Unidos, de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros.²⁷⁸ Por isso, a grande quantidade de objeções, como possíveis de serem usadas como crescentes acusações de representarem atos comunistas. E, quando a revista de número 110, referente a outubro, apresentou o editorial chamado “O Processo Democrático”, a propósito da eleição do novo presidente e da posse que ocorreria em 31 de janeiro de 1951,²⁷⁹ encontramos um novo ponto de ruptura quando é afirmado que: “*Pensar, pois, em burlar tais resultados – os das eleições – não é só um erro passível de sanções extraordinárias, como um passo dado para o abandono do processo democrático, a que o país não poderia assistir indiferente*”.

A suspensão da revista não produziu efeito algum, pois em 03 de outubro foi eleito Getúlio Dornelles Vargas, para a presidência do Brasil, fazendo com que os adversários do ‘velho ditador’ elevassem os ânimos as alturas. Logo se iniciou uma fusão de conceitos: antivarguismo = anticomunismo, ou seja, os internacionalistas passaram a ver o Clube Militar e sua diretoria, como defensores de Vargas, e já sendo considerados ‘comunistas’.

Aquilo que, desde a publicação do número 107, da revista do clube, se evidenciara em sua ‘linha editorial’. E os sucessivos números seguintes da revista, editados entre agosto e novembro, apenas pioraram essa consideração para com os filiados internacionalistas. Bem como para os setores mais conservadores da sociedade brasileira, o que foi incitado pelas reportagens dos jornais mais conservadores, como *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e os jornais do grupo *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand.

Quando da substituição da diretoria Estillac Leal / Horta Barbosa, pela presidência de Alcides Etchegoyen / Néelson de Melo, as coisas se invertem, com o clube passando a representar os interesses internacionalistas e anticomunistas, tanto do Exército quanto da sociedade, pelos menos na visão particularista dos liberais-internacionalistas. Com a intensificação das perseguições, prisões e reforma de militares, além do fechamento do silêncio imposto as publicações do Clube Militar e a Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, ambos no Rio de Janeiro.

Entretanto, agora, a luta passa também a expressar a derrubada do governo de Vargas, principalmente com a forte influência da UDN sobre os oficiais da

²⁷⁸ Revista do Clube Militar, nº 107, Agosto/1950 pp. 107-122.

²⁷⁹ Revista do Clube Militar, nº 110, Outubro/1950 pp. 3-5.

aeronáutica, junto a busca de simpatizantes mais atuantes do Exército, que viam na presença do presidente, uma ameaça ao ordenamento e à unidade da Força, estimulando o respeitando a hierarquia e a disciplina, fato que poder ser exemplificado pela já mencionada posição do general Zenóbio da Costa, que classificava o Clube Militar como um ambiente de “mazorqueiros”.

3.7 O Clube Militar e a Cruzada Democrática.

Cobrando de seus companheiros de farda a adequação do clube e, por consequência, de sua publicação jornalística, aos objetivos sociais, de lazer e de estudos formativos. Deixando de lado as discussões políticas, especialmente aquelas ligadas a questões ideológicas contrárias aos desejos internacionalistas e liberais, a Cruzada Democrática atuará entre 1950 e 1956 de forma a reduzir o papel do clube a mera associação de lazer. E, de maneira positiva para a Cruzada, foi o que aconteceu, pois os números que se seguiram à eleição da Diretoria ligada a ela, que passou a tratar das expressões sociais, culturais e de instrução educacional para a tropa.

Como exemplos podemos citar as revistas de número 123, de dezembro / janeiro / fevereiro, de 1953, ou a revista 124, de março / abril, do mesmo ano, onde é apresentado, por dois indivíduos diferentes, um mesmo assunto: na revista 123, o primeiro tenente Egéio Freitas, Auxiliar de Instrução da Escola de Sargentos das Armas (ESA), e na de nº 124, o major Luiz Felipe de Azambuja, abordam o tema do militar e sua relação com a política.

Ambos os militares, em artigos de chamada muito semelhante: o primeiro dá o título de “O Militar e a Política” e o segundo chama de “Os Militares e a Política”, clamando atenção para a situação de ser o militar um cidadão como outro qualquer, mas que ele deve ter uma relação mais íntima com o cumprimento da norma da hierarquia e da disciplina, tendo que respeitá-la para aquém dos seus direitos de cidadão, não podendo agir como um civil, que tem ‘liberdades’ que o permitem agir com uma autonomia.

Os dois autores valorizam o status da cidadania, mas referendam o significado do serviço na caserna, exemplificando nos dois textos, o que deve ser esta relação: na página 28, do número 123, no nono parágrafo, afirma o Tenente Egéio:

“A discussão sobre política, geralmente, apaixona e empolga os espíritos, gerando a violência e a inimizade. A vida militar é baseada na obediência, no

respeito, no acatamento às ordens dos superiores, na camaradagem e amizade, formando um ambiente harmônico de trabalho. A discussão de assuntos extraprofissionais, como política e religião, acarreta a quebra total das virtudes que devem unir os militares, trazendo consigo e a indisciplina generalizada e a intransigência”.

Esse trecho da reportagem expressava, na visão de um instrutor, é bem verdade, como um militar compreende as questões políticas polêmicas, evitando ser subvertido por elas.

Já o major Azambuja, para iniciar suas observações, indica que: “Cercear aos militares o exercício livre e pleno dos direitos políticos concedidos a todos os cidadãos, é criar uma situação de desigualdade que não se coaduna com nossas tendências (...)”. Ou seja, para esses representantes do Exército, o ato de viver a cidadania não implica abraçar o ato político livremente e sem consequências para as normas da força militar.

Inclusive, encontraremos menções de questões potencialmente políticas, como no número 133, referente aos meses de setembro / outubro de 1954, que em seu editorial; “A Crise Política, o Clube Militar e as Forças Armadas”, exalta as posições das Forças Armadas, no período que atendeu a morte do Major Rubem Vaz, ao suicídio de Vargas e a consolidação de um novo momento político. Sendo que este é materializado nas ações realizadas pelos representantes militares, das três forças, dentro do Clube Militar, ou seja, uma afirmação do instante liberal-internacionalista vivido ao fim do Segundo Governo Vargas.

Porém, aquilo que mais orientou o período de predominância da Cruzada Democrática, especialmente na orientação dos conteúdos editados na revista do Clube Militar, foi a adoção de uma linha editorial que apoiava reportagens e artigos de teor social, literário e de lazer. Até mesmo os artigos e reportagens que lidavam com as questões mais políticas, mesmo em relação às indagações mais delicadas, como o do estatuto do petróleo, passaram a ser explanados de maneira discreta, sem abordagens políticas.

O destaque na orientação dos caminhos editoriais das revistas focou-se naquilo que antes se negou aos nacionalistas, ou seja, a defesa de uma ordem ideológica de acordo com o projeto proposto pelo internacionalismo, sendo explorado em variados números entre os anos de 1952 e 1954.

O projeto de legislação do Estatuto do Petróleo, a prospecção do produto, a exploração das riquezas minerais do país ou o desenvolvimento do potencial energético

brasileiro, eram tratados sob o ponto de vista técnico, das necessidades financeiras, mas não mais ao nível do papel político proposto por um ou outro grupo. A partir daí, para o Alto Comando, o Clube Militar tornou-se um problema que foi resolvido com sua transformação num ambiente predominantemente de lazer.

Considerações Finais:

Ao iniciarmos nossa pesquisa, partimos da premissa de que o Clube Militar fora o foco central do processo de derrubada do Segundo Governo Vargas. Considerávamos que o Exército, apoiado pelas outras Forças Militares (Marinha e Aeronáutica), agiria contra o presidente eleito, segundo interesses, cujas razões, no corpo de nossa dissertação já esclarecemos. Entretanto, ao longo de nossas indagações, percebemos que o presidente caiu, sim, pela ação das instituições militares, principalmente do Exército, mas também pelos interesses políticos e econômicos contrariados pelas ações dele e associado aos benefícios concedidos às classes trabalhadoras.

Na introdução, como no primeiro capítulo, demonstramos que o Exército, sentiu durante muito tempo os impositivos dos setores conservadores oligárquicos do país. Ao organizar-se como uma Instituição sólida, com destaque para sua ação pretoriana após o ano de 1964, transcendeu os limites que a elite dominante, entre o período colonial a Primeira República,²⁸⁰ lhe havia imposto. Assim, a atuação política do Clube Militar, principalmente nas relações críticas contra a subserviência ao capital internacional ou nas queixas contra o segundo governo varguista, ocorreu sob uma cortina de fumaça, propalando os seus próprios interesses, cujo verdadeiro foco era a consolidação do papel de primazia do Exército sobre o Estado brasileiro.

A partir, especialmente, do primeiro período de governo de Vargas (1930-45), as Forças Armadas reorganizaram o seu modelo de ordem nas suas fileiras, estruturado sobre o medo que o comunismo impunha à sociedade, levou a que seus estratos mais baixos, representados pelas praças, sargentos, suboficiais, e oficiais de baixa patente, intermediários e superiores e generais, fossem enquadrados aos valores consolidadores de representante da *sociedade política*.

Nessa dissertação fizemos uma pequena discussão, sobre o significado das ideologias políticas, presentes no início do século XX, com destaque para as das décadas de 1930 e 1940, como o fascismo, o comunismo e o socialismo, que ameaçaram os objetivos estruturadores das Forças Armadas. Para o Exército brasileiro, cuja formação é bastante ligada a própria formação senhorial do país, foi muito difícil

²⁸⁰ As pessoas ponderosas e importantes que controlam um país ou uma organização, especialmente aquelas que apoiam uma dada situação existente.

entender seu papel na nova ordem nacional e ao mesmo tempo no poder, pois as oligarquias dominantes não aceitavam deixar em mãos do Estado, e de quem o comandava, uma força tão considerável.

No século XIX, as disputas políticas entre os setores oligárquicos e as Forças Armadas, principalmente o Exército cresceram de tal maneira, que culminou na Proclamação da República, seguindo as sucessivas revoltas, como da Vacina, da Armada, a Questão das Cartas Falsas etc., terminando na deposição de Washington Luís e na reorganização do poder e das forças militares.

Por isso, quando do advento de ideologias de caráter socializante, que de alguma sorte contrariavam os ditames tradicionais da sociedade brasileira, e eram refreadas pelas Forças Armadas, essas passaram a intervir para por o país no rumo novamente, rumo por elas considerado o devido, mesmo contra a vontade de alguns elementos das suas próprias fileiras, como na Revolução Constitucionalista, de 1932, ou a Intentona Comunista, de 1935.

Foi assim, que depois de iniciar a luta pela consolidação de seus valores, normas e objetivos organizacionais, é que o Exército, apoiando-se em elementos importantes de sua estrutura de comando, como o general Góes Monteiro, caminhou em direção a imposição de seu papel de preponderância, de fiel da balança, na sociedade brasileira. Qualquer elemento, situação ou representação que ameaçasse seus objetivos, seria tratado como adversário a ser eliminado. É nessas circunstâncias e condições que o Clube Militar passa a atuar.

Quando de sua fundação, no momento em que o Exército ainda lutava para se impor a sociedade e ao governo, primeiro o Imperial e, depois, o Republicano, é que no Clube se podia expressar livremente, como se a voz da instituição fosse a da própria força militar: “Parágrafo 3º, Defender pela imprensa e junto aos poderes do Estado os direitos e legítimos interesses da classe militar”,²⁸¹ mas, a partir do momento que a nova ordem do Exército, baseada na hierarquia e na disciplina, se afirmou, tornou-se inaceitável a existência de um espaço, onde a política partidária expressava livremente em debates e controvérsias.

E, para nosso esclarecimento e melhor compreensão sobre o significado daqueles debates, das questões e das ações políticas articuladas dentro do Clube Militar, recorreremos às conceituações expressadas por Antonio Gramsci, sobre o significado e

²⁸¹ Estatutos do Clube Militar; Aprovado pela Assembléa Geral de 04 de julho de 1887. RJ, p. 4.

as disputas entre sociedade civil e sociedade política,²⁸² quando esse intelectual italiano apresenta suas considerações sobre a existência da representação da sociedade civil nos organismos sociais populares, em oposição à representação estatal que a sociedade política encarna e podemos usar como exemplo o Exército.

Para ele, alguns representantes da sociedade política,²⁸³ como é o caso do Exército brasileiro, no período por nós estudado, no afã de impor suas interpretações de uma norma própria, de certa maneira, alheia ao poder do Estado, acaba por se confundir no seu papel ideológico. Em vez de ver como representante da “sociedade política”,²⁸⁴ acabar por agir como participante da “sociedade civil” expressando uma espécie de autonomia ao Estado,

Isso pode ser aplicado ao Clube Militar, naquele momento de incertezas, que marcam a primeira metade do século XX, talvez até um pouco mais, pois, devemos considerar os anos sessenta, quando a chamada “Revolução de 1964”, introduz o pretorianismo²⁸⁵ das Forças Armadas, na sociedade brasileira.

Em nossa interpretação, foi possível detectar que a força de terra brasileira considerou ter ficado fora do seu papel, por força do impositivo das elites agrárias, desde a época das disputas entre as aristocracias políticas espalhadas pelo Brasil e centro do poder imperial, por conta daquilo que Edmundo Campos Coelho chamou de “política de erradicação”, condição que estabeleceu sobre o projeto ‘liberal’ estabelecido pelos grandes proprietários, após os antagonismos que resultaram no fechamento da Constituinte e a promulgação, pelo Imperador D. Pedro I.

Da nossa legislação magna, completamente absolutista, até a manutenção da escravidão e o modelo monocultor agroexportador, a figura da tropa expressava uma ordem centralizadora, em oposição ao federalismo das elites locais. Foi contra essa situação de orfandade que lutou o Exército. Os políticos imperiais temiam que o estabelecimento de uma força militar coesa e poderosa, reforçaria a condição de limitação aos objetivos federalistas, de autonomia, opostos aos imperativos de uma sociedade desconfiada dos desmandos colonialistas dos portugueses.

²⁸² PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Paz e Terra, 5ª Ed. Cap. 1, 1990.

²⁸³ PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Paz e Terra, 5ª Ed. Cap. 1, 1990, pp. 19-43.

²⁸⁴ BOBBIO, Norberto; COUTINHO, Carlos Nelson. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, pp. 43-72.

²⁸⁵ Pretorianismo é um termo que faz referência à influência política de forma abusiva por parte do poder militar. Procede de pretoriano, soldado da Guarda Pretoriana, elite militar de grande influência que intervinha na eleição de imperadores romanos, proclamando uns e assassinando outros.

É por isso que o Exército foi esvaziado e submetido ao rígido controle das assembleias provinciais e nacional, durante todo o Império e parte da Primeira República, exceção para os momentos de conflagração das revoltas regenciais ou na região platina. Durante muito tempo, sem ter o direito de representar seu papel de representante da sociedade política no Estado, o Exército tornou-se uma figura ‘vazia’, frente de uma elite político-econômica temerosa de sua fortificação.

Exceção para alguns momentos de ameaças à integridade de nosso território, como já mencionado, nas Questões Platinas, principalmente na Guerra do Paraguai, na Proclamação da República ou na Revolução de 1930, quando participou da alteração da ordem e do poder constituídos, das mãos dos elementos mais representativos, daquelas oligarquias agrárias e conservadores, que dominavam a autoridade político-econômica no Brasil.

Mas, afora esses momentos, a caserna ainda não pode como pretendeu, afirmar-se como a controladora da parte decisória do Estado. É assim que, após o movimento de 1930, alguns dos líderes do Exército intensificaram as ações objetivando consolidar aquela posição de domínio sobre o Estado. Principalmente aquelas lideranças mais influenciadas pelas mudanças políticas do início do século, como foi o caso dos militares que foram tocados pela Missão Militar Francesa, que exerceu sua influência entre os anos 1919 e 1939.

Ela foi de fundamental importância para a profissionalização de uma força militar nacional, especialmente após a Primeira Guerra Mundial. Essa situação decorrente dos resultados da Grande Guerra pressionou os países mais desenvolvidos, e aqueles que pretendiam alcançar algum desenvolvimento, como no caso do Brasil, a buscarem uma organização, a elaboração de políticas de segurança nacional etc., objetivando para isso, se adequar as modernas demandas contemporâneas, fossem elas econômicas ou políticas, além de armamentista.

O problema que se apresentou à sociedade e, em especial, ao Exército, foi como enfrentar as forças conservadoras no poder desde o Império. Que força política seria capaz de fazer frente a esse obstáculo, que entravava os projetos desenvolvimentistas do Brasil. É nessa conjuntura, que aquelas lideranças militares começaram a caminhada em direção à consolidação do Exército, como o próprio general Pedro Aurélio Góes Monteiro, um dos expoentes desses militares renovadores de pensamento militar, sintetizou no seu pensamento institucional para a Arma, em sua

obra *A Revolução de Trinta e Finalidade Política do Exército*, “É preciso fazer a política do Exército e não política no Exército”.

Em primeiro lugar fazendo da Força, uma instituição instrumentalizada, unida e disciplinada, e em segundo lugar, afinada com o papel da tropa como fiel da balança política do Estado, mesmo que às vezes beirasse ao pretorianismo. Por isso, dificuldades estruturais ocasionais, influências de grupos políticos querendo utilizar as armas da tropa para atender seus próprios interesses, influências de ideologias revolucionárias, enfrentamentos para afirmação do binômio disciplina / hierarquia, principalmente em relação à baixa oficialidade e as praças, conflitando contra os oficiais superiores e o Alto Comando, interferência dos conflitos internacionais, como as guerras mundiais, as disputas da Guerra Fria, além dos ocasionais egos de comandantes militares tentando impor sua visão de mundo e desenvolvimento. É nessa conjuntura que se manifesta a presença do Clube Militar, no teatro da política nacional liderada pelo Exército.

É por isso, que afirmamos ter o Clube Militar sido o foco único, central e dominante das articulações políticas que derrubaram o Segundo Governo de Vargas. Entretanto, que as atas das suas reuniões e os artigos apresentados em sua revista demonstrassem a participação das forças militares, sim, e foi possível comprovar. Os debates que lá ocorreram atenderam também às necessidades das Forças Armadas, e em especial do Exército, na sua busca por firmar-se numa condição dominante na vida política do país. E isso é perceptível quando da organização da ESG e do Golpe Civil Militar de 1964, que definiram o papel que caberia ao Clube Militar: um local de lazer, de estudos e de confraternizaram das forças armadas. As ações políticas ficaram restritas aos gabinetes do Alto Comando, do Exército, da Marinha e da Força Aérea.

Em última instância, podemos considerar que o Clube Militar foi um ‘espaço de poder’ que durante muito tempo, serviu aos interesses de uma parcela da ‘sociedade política’ que, no decorrer de um período mais ou menos longo não foi aceita pelos representantes da elite política do Estado brasileiro. Sua luta foi, em vários momentos, influenciada por múltiplos conceitos, valores, ideologias, mas resistiu e afirmou-se como a principal expressão da confiabilidade da política nacional, o fiel da balança, chegando a exercitar o pretorianismo, num período conturbado da vida brasileira.

Esperamos com isso, ter oferecido uma resposta apropriada a questão por nós levantada, ou seja, sobre o que significou o papel do Clube Militar, no período especificado para a do Segundo Governo de Vargas, entre os anos de 1950 e o suicídio de presidente, em 24 de agosto de 1954.

Referências Bibliográficas:

Bibliografia:

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbetes Juarez Távora, Editora FGV, 2015.

ARENDT, Hannah et alii. O que é política? Bertrand Brasil, 2006, I Parte, Fragmento 1.

ARRUDA, Antônio de. ESG, história de sua doutrina. Edições GRD, 1980.

BARRETO, Kátia Marly Mendonça. O Clube Militar: atuação política (1950-1956). 1988.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o Udenismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOBBIO, Norberto; COUTINHO, Carlos Nelson. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, pp. 43-72.

BOBBIO, Norberto et alii. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política I, V. 2, 1998.

CALIL, Gilberto. O Populismo e a Hegemonia Burguesa na América Latina. História e Luta de Classes, n. 4, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Ed.). Nova História Militar Brasileira. FGV, 2004.

_____. Os Militares e a República. Zahar, 1995.

_____. A Proclamação da República. Zahar, 2000.

COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Editora Record, 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política. Zahar Editores, RJ, 1982.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Visões do Golpe. Nova Fronteira, 2014, pp. 77-78.

GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. Editora FGV, 2015.

DORATIOTO, Francisco. A Guerra do Paraguai. Editora Brasiliense, 1991.

FAUSTO, Boris. A Revolução de Trinta, historiografia e história. São Paulo, Editora Brasiliense, 1970.

FERREIRA, Jorge Luiz. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In FERREIRA, Jorge Luiz, O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, Vol. 3, 2003.

- FERREIRA, Oliveiros S. Vida e Morte do Partido Fardado. SENAC, 2000.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30. Forense Universitária, 1989.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Um Estadista da República. Rio de Janeiro, 1955.
- GOÉS MONTEIRO, Pedro Aurélio. A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército. Rio de Janeiro: Adersen Editores, 1934.
- GELLNER, Ernest. Nações e Nacionalismo. Lisboa, Gradiva, 1993.
- _____. “O Advento do Nacionalismo e Sua Interpretação: Os Mitos da Nação e da Classe”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). Um Mapa da Questão Nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- HOBBSAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1870, 3ª Edição. RJ, Paz e Terra.
- LAMARÃO, Sérgio, MONTALVÃO, Sérgio e URBINATI, Inoã Carvalho. In ALVES, Alzira Abreu. Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930). 1ª Ed., CPDOC, RJ, 2015.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In O Brasil Republicano—O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe. In O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec.
- MUNHOZ, Sidnei José. Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). Diálogos, v. 6, n. 1, p. 41-59, 2002.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Paz e Terra, 1977.
- RODRIGUES, Fernando da Silva. Estudos sobre poder e hierarquizações sociais: por um debate bibliográfico. In Jorge Calvário dos Santos. Excursos Contemporâneos: abordagens pertinentes à sociedade e sua defesa. 1ª ed., Curitiba, Ed. Prismas, 2017.
- ROUQUIÉ, Alain et. alii. Os Partidos Militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- SILVA, Lígia Osório. Projeto Nacional e Politização das Forças Armadas. In “Militares e Política no Brasil”. BARBOSA, Jefferson Rodrigues et. alii. 1ª Edição, SP, Expressão Popular, 2018.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Paz e Terra, 5ª Ed., 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. Editora Civilização Brasileira, 1965.

STEPAN, Alfred C.; TRONCA, Ítalo A. Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Ed. Artenova, 1975.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 35: sonho e realidade. Companhia das Letras, 1992.

VIVIANI, Fabrícia Carla et alii. A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 03 de Outubro (1922-1932). 2009.

Tese e Dissertação

CARDOSO, Rachel Motta. Depois, o Golpe: as Eleições de 1962 no Clube Militar. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

Documentos Eletrônicos

[http://funag.gov.br/loja/download/736-Discursos Seleccionados do Presidente Artur Bernardes.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/736-Discursos%20Selecionados%20do%20Presidente%20Artur%20Bernardes.pdf).

Instituições:

Arquivo Histórico Exército.

Biblioteca de Clube Militar.

Documentos:

Arquivo Ana Lagoa.

Arquivos da Câmara dos Deputados – DF.

Ata de fundação do Clube Militar, em 26 de junho de 1887. Fotocópia disponível na Biblioteca do Clube Militar.

Atlas Histórico do Brasil / Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Discursos Seleccionados do Presidente Artur Bernardes.

Estatutos do Clube Militar entre 1887 e 1955.